

[2025]

Cadernos de Pesquisa Campus V



Universidade Iguazu – *Campus V*.
Itaperuna, Rio de Janeiro, Brasil.

Vol. 12; Nº. 3.

Dezembro de 2025.

APRESENTAÇÃO

Cadernos de Pesquisa Campus V é uma publicação de distribuição gratuita, publicada semestralmente, em Junho e Dezembro, pela coordenação de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão da Universidade Iguazu – *Campus V* – Itaperuna, RJ. Tem como objetivo divulgar trabalhos inéditos, casos clínicos, estudo de casos e artigos de revisão, cobrindo temas das diversas áreas do ensino, pesquisa e extensão da Universidade Iguazu.

CONSELHO EDITORIAL

Eduardo Shimoda, DSc, Univesidade Cândido Mendes
Elissa Almeida Rocha, MSc, Universidade Iguazu– Campus V
Guilherme Lemos Imbelloni, MSc. – Universidade Iguazu – Campus V
Renan Modesto Monteiro, DSc., Universidade Iguazu– Campus V
Sérgio Henrique Mattos Machado, MSc. – Universidade Iguazu - Campus V

SECRETÁRIA E EXPEDIENTE

Sissa Rezende Gazal
Tel: (22) 3823-4028
Segunda a Sexta das 13:00 as 20:00 horas.

OBJETIVO E ESCOPO

Revista multidisciplinar que tem por objetivo publicar artigos originais, casos clínicos e estudos de casos nas áreas: Administração; Ciências Biológicas; Direito; Enfermagem; Educação Física; Engenharia de Produção; Engenharia de Petróleo; Farmácia; Fisioterapia; Medicina; Medicina Veterinária; Odontologia.

INFORMAÇÕES PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS

O Título deve ser digitado em letras maiúsculas e negrito. O(s) nome(s) completo(s) do(s) autor e orientador deve(m) ser digitados separados do título por um espaço, seguindo da instituição de origem e 01 (um) e-mail para contato, que poderá ser do orientador. O resumo não pode ultrapassar 250 palavras. Atribuir até cinco palavras chave. O abstract é a tradução do resumo para língua inglesa. Atribuir até cinco keywords. O texto deverá ser digitado em tamanho A4, com margens de 2,5 cm nos quatro cantos, alinhamento justificado, espaçamento Simples e fonte Times News Roman, tamanho 12 em Word for Windows. O artigo completo deverá contar com 8 a 12 páginas. **Não serão cobradas taxas de submissão e publicação.**

REVISÃO DOS ARTIGOS

Os trabalhos encaminhados à revista são primeiramente avaliados pela Comissão Científica, para verificação da originalidade e possíveis incompatibilidades, bem como plágio, se considerados aprovados, são encaminhados a dois relatores doutores (consultores *ad hoc*). Os trabalhos serão enviados avaliação às cegas. No caso de pareceres contraditórios, haverá a submissão a um terceiro relator, para desempate.

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTURAL

O(s) autor (es), na qualidade de titular (es) do direito autoral do artigo submetido à publicação, de acordo com a Lei nº. **9610/98**, concorda(m) em ceder os direitos de publicação à Revista Cadernos de Pesquisa *Campus V* e autoriza(m) que o mesmo seja divulgado gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, para fins de leitura, impressão e/ou download pela Internet, a partir da data da aceitação do artigo pelo corpo editorial da Revista.

ENVIO DE ARTIGOS

cadernosdepesquisa@unig.br

SUMÁRIO

USO DE PSICOESTIMULANTES ENTRE ESTUDANTES DE UMA UNIVERSIDADE PRIVADA: MOTIVAÇÕES, PADRÕES E PERCEPÇÕES	4
TRATAMENTO ORTOPÉDICO DE PACIENTE CLASSE III ESQUELÉTICO COM HYRAX E MÁSCARA FACIAL: RELATO DE CASO	8
A ENFERMAGEM NA LINHA DE FRENTE CONTRA O CÂNCER DE MAMA: ESTRATÉGIAS PARA PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO PRECOCE	12
O PAPEL DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NA PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL	17
RECUPERAÇÃO DE ESPAÇO PROTÉTICO POR DISTALIZAÇÃO COM MINI-IMPLANTE ALVEOLAR: RELATO DE CASO CLÍNICO.....	26
ANÁLISE COMPARATIVA DA RESISTÊNCIA À FRATURA DE DENTES TRATADOS ENDODONTICAMENTE RESTAURADOS COM RIBBOND OU PINO DE FIBRA DE VIDRO	30
RETRAÇÃO DE CANINO COM O USO DE MINI-IMPLANTES: RELATO DE CASO	33
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO DURANTE O PRÉ NATAL NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA ECLÂMPSIA E PRÉ-ECLÂMPSIA	37
PRINCIPAIS CUIDADOS DE ENFERMAGEM PRESTADOS AOS PACIENTES PORTADORES DE DIABETES MELLITUS.....	43
A ENFERMAGEM NA LINHA DE FRENTE CONTRA O CÂNCER DE MAMA: ESTRATÉGIAS PARA PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO PRECOCE	48
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SÍFILIS CONGÊNITA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ENTRE 2020 E 2024: ANÁLISE COMPARATIVA COM OS DEMAIS ESTADOS DO BRASIL	53
DEFICIÊNCIA DE VITAMINA B12: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS CLÍNICAS E MÉTODOS LABORATORIAIS DE DIAGNÓSTICO	57
A ENFERMAGEM NA LINHA DE FRENTE CONTRA O CÂNCER DE MAMA: ESTRATÉGIAS PARA PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO PRECOCE	62
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO PERÍODO PERIOPERATÓRIO EM PACIENTES PEDIÁTRICOS	67
A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO EM SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: OS DESAFIOS NO MANEJO DA EQUIPE E NA ADMINISTRAÇÃO MEDICAMENTOSA	74
O PAPEL DO ENFERMEIRO DIANTE DA RECUSA DE TRANSFUSÃO SANGUÍNEA EM PACIENTES MENORES DE IDADE.....	80
CONHECIMENTO DO ENFERMEIRO SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DE FERIDAS....	86
DEFICIÊNCIA DE VITAMINA B12: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS CLÍNICAS E MÉTODOS LABORATORIAIS DE DIAGNÓSTICO	91
USO DE FITOTERÁPICOS NO CONTROLE DA HIPERTENSÃO.....	101
ARTERIAL NO MUNICÍPIO DE VARRE-SAI/RJ.....	101

PERCEPÇÃO E CONHECIMENTO ACERCA DO USO DE.....	105
FITOTERÁPICOS EM ITAPERUNA-RJ.....	105
ESTUDO FITOQUÍMICO E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO À.....	109
BASE DE RESINA DE <i>Protium icicariba</i>.....	109
EVIDÊNCIAS E PERSPECTIVAS TERAPÊUTICAS NO TRATAMENTO DA ANSIEDADE EM ADULTOS COM FITOTERÁPICOS	113
JUDICIALIZAÇÃO NA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: uma análise no município de Muriaé, MG, em 2023.....	117
USO DE BENZODIAZEPÍNICOS ANSIOLÍTICOS E DROGAS Z ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: FATORES DE RISCO E CONSEQUÊNCIAS DO USO	120
AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DE CREME MANIPULADO COM EXTRATO GLICÓLICO DE PRÓPOLIS (3% E 7%) FRENTE AO	125
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SÍFILIS CONGÊNITA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ENTRE 2020 E 2024: ANÁLISE COMPARATIVA COM OS DEMAIS ESTADOS DO BRASIL	136
DOENÇAS TRANSMITIDAS POR ALIMENTOS: PRINCIPAIS MICRO-ORGANISMOS E O PAPEL DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	139
O USO DE METILFENIDATO (RITALINA) POR ESTUDANTES DO CURSO DE FARMÁCIA DA UNIG - CAMPUS V.....	142

USO DE PSICOESTIMULANTES ENTRE ESTUDANTES DE UMA UNIVERSIDADE PRIVADA: MOTIVAÇÕES, PADRÕES E PERCEPÇÕES

Thayná Peçanha Braga Vogas de Rezende¹

Cristiano Guilherme Alves de Oliveira²

1- Graduanda do Curso de Farmácia da Universidade Iguazu campus V em Itaperuna/RJ. E-mail: thaypbraga@gmail.com.

2- Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional. Área de concentração: Farmacologia, UCAM-MG. Professor de Toxicologia da Universidade Iguazu campus V em Itaperuna/RJ. E-mail: cristiano.farma@hotmail.com.

Palavras-chave: concentração; desempenho acadêmico; estimulantes; metilfenidato.

INTRODUÇÃO

As substâncias psicoestimulantes, como a cafeína, o metilfenidato e as anfetaminas, atuam no sistema nervoso central elevando o estado de alerta, a motivação e o humor. No contexto clínico, são empregadas no tratamento do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), narcolepsia e fadiga crônica (Martins et al., 2023). No entanto, o consumo dessas substâncias tem se tornado crescente entre universitários, impulsionado pela extensa carga horária, pela rotina exaustiva de estudos e pela pressão acadêmica e social (Santana et al., 2020). O uso irracional e excessivo dessas substâncias pode resultar em riscos à saúde, incluindo dependência química (Pereira; Costa, 2017).

Diante desse cenário, o presente estudo questiona a prevalência do uso de psicoestimulantes entre estudantes de uma universidade privada e busca identificar as principais motivações, padrões de consumo e percepções dos usuários sobre seus efeitos. O objetivo geral consistiu em investigar a prevalência desse uso e analisar os fatores motivacionais, padrões de consumo e percepções sobre os efeitos dessas substâncias entre os estudantes da Universidade Iguazu – Campus V, em Itaperuna/RJ. A pesquisa se justifica pela alta prevalência observada nesse contexto e pela necessidade de elaborar estratégias de conscientização e promover o uso racional de medicamentos.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo observacional, descritivo, transversal, com abordagem quantitativa, conduzido na Universidade Iguazu, Campus V, em Itaperuna, Rio de Janeiro. O universo amostral foi composto por 1.200 alunos dos cursos da área da saúde, dos quais 85 responderam ao

questionário, constituindo o N definitivo do estudo. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição (CAAE nº 45789213.7.0000.6214). Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido digital, sendo garantidos o anonimato, a confidencialidade e o direito de retirada sem prejuízos.

Os dados foram coletados por meio de formulário estruturado digital disponibilizado na plataforma Google Forms, entre os meses de setembro e outubro de 2025, divulgado via redes sociais como grupos de WhatsApp e perfis do Instagram. O instrumento foi organizado em seis seções: dados sociodemográficos, aspectos acadêmicos, padrões de consumo, motivações, fontes de obtenção, efeitos percebidos e percepção de riscos. Os dados foram analisados por estatística descritiva com cálculo de frequências absolutas e relativas, utilizando o Microsoft Excel (2019).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DISCUSSÕES

A amostra foi composta por 85 participantes, com predomínio da faixa etária entre 18 e 25 anos (83,5%), sendo 60% do sexo feminino. Os cursos de Medicina (43,5%) e Farmácia (36,5%) concentraram a maior parte dos participantes, com 50,6% deles cursando do 1º ao 3º período. Dos 85 participantes, 32 (37,6%) relataram já ter utilizado psicoestimulantes alguma vez na vida, sendo 24,7% usuários atuais e 12,9% ex-usuários.

A prevalência encontrada situa-se no limite superior dos valores reportados na literatura nacional, corroborando os achados de Dantas et al. (2022), que evidenciam maior consumo entre alunos dos cursos da área da saúde pelo maior conhecimento sobre as classes medicamentosas. O padrão de uso predominante foi esporádico (75,8%), principalmente em semanas de provas e entrega de trabalhos, fato também observado internacionalmente por Fairman et al. (2021) e Caldeira et al. (2024).

Entre as substâncias mais utilizadas, destacou-se o metilfenidato (Ritalina®), com 31 relatos (36,5%), seguido pela cafeína (25 participantes; 29,4%) e pela lisdexanfetamina (Venvanse®) com 10 participantes (11,8%). O uso combinado de psicoestimulantes com outras substâncias, como álcool (12,9%) e tabaco (9,4%), representa um padrão preocupante, uma vez que pode ampliar os riscos de efeitos adversos (Wilens et al., 2016). As principais motivações relatadas foram o aumento da concentração (47%) e a melhora do desempenho acadêmico (30,3%), seguidas da redução do cansaço e da sonolência. Esses achados dialogam com o conceito de neuroenhancement, que se refere ao uso de substâncias farmacológicas com o objetivo de potencializar funções cognitivas em indivíduos saudáveis, levantando questões éticas relevantes (Pereira; Costa, 2017).

Quanto às fontes de obtenção, apenas 21,2% dos usuários adquiriram os medicamentos com prescrição médica própria. A maioria obteve por compra em farmácias sem receita (45,5%) ou por meio de colegas e amigos (30,3%), evidenciando banalização do acesso e percepção equivocada de segurança, conforme também apontado por Santos et al. (2021). Com relação aos efeitos percebidos, 54,5% dos usuários relataram efeitos positivos acompanhados de reações indesejáveis, e 27,3% classificaram como muito positivos. Os efeitos adversos mais citados foram perda de apetite (22,1%), ansiedade/nervosismo (16,3%), insônia (14,0%) e taquicardia (12,8%), sintomas compatíveis com o perfil farmacológico do metilfenidato e da lisdexanfetamina (Paiva; Galheira; Borges, 2020). Apesar do reconhecimento dos riscos pela maioria dos participantes (26), a percepção de benefícios imediatos mostrou-se determinante para a manutenção do consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de psicoestimulantes entre universitários da Universidade Iguazu – Campus V apresenta prevalência significativa de 37,6%, fortemente associado às pressões acadêmicas e à busca por melhor desempenho. O metilfenidato é a substância mais consumida, com padrão predominantemente esporádico, concentrado em períodos de maior exigência acadêmica. O acesso sem prescrição médica é frequente, evidenciando fragilidades no controle e na orientação do uso dessas substâncias.

Os resultados confirmam a necessidade de ampliar a conscientização sobre os riscos envolvidos e promover o uso racional de medicamentos no ambiente universitário. Instituições de ensino superior devem implementar ações educativas e de apoio psicopedagógico voltadas ao bem-estar e à saúde mental dos estudantes. Estratégias preventivas e campanhas de conscientização contribuem para a redução do uso indevido e para a construção de um ambiente acadêmico mais saudável e equilibrado.

REFERÊNCIAS

- CALDEIRA, E. M. M. et al. O uso de psicoestimulantes na prática clínica: uma revisão integrativa. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 12, p. 1638–1650, 2024.
- DANTAS, B. M. de S. et al. Uso de psicoestimulantes na vida acadêmica: uma revisão integrativa. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 5, n. 1, p. 3819–3827, 2022.
- FAIRMAN, R. T. et al. Prescription stimulant use among young adult college students: who uses, why, and what are the consequences? *Journal of American College Health*, v. 69, n. 7, p. 767–774, 2021.

FINGER, G.; SILVA, E. R.; FALAVIGNA, A. Use of methylphenidate among medical students: a systematic review. *Revista Associação Médica Brasileira*, v. 59, n. 3, p. 285–289, 2013.

MARTINS, C. A. A. et al. A utilização de psicoestimulantes por estudantes visando à melhoria do desempenho acadêmico: revisão sistemática. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 6, n. 3, p. 13359–13373, 2023.

MENDES, T. C. et al. Uso de substâncias para melhorar o desempenho acadêmico entre estudantes de curso preparatório: estudo transversal. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 49, p. e093, 2024.

MORGAN, H. L. et al. Consumo de estimulantes cerebrais por estudantes de medicina de uma universidade do extremo sul do Brasil: prevalência, motivação e efeitos percebidos. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 41, n. 1, p. 102–109, 2017.

PAIVA, G. P.; GALHEIRA, A. F.; BORGES, M. T. Psicoestimulantes na vida acadêmica: efeitos adversos do uso indiscriminado. *Archives of Health Investigation*, v. 8, n. 11, 2020.

PEREIRA, S.; COSTA, A. Consumo de psicoestimulantes no meio universitário: aspectos clínicos e bioéticos. *Psilogos*, v. 14, n. 1, p. 24–37, 2017.

RODRIGUES, L. A. et al. Uso não prescrito de metilfenidato por estudantes de uma universidade brasileira: fatores associados, conhecimentos, motivações e percepções. *Cadernos de Saúde Coletiva*, v. 29, n. 4, p. 463–473, 2021.

SANTANA, L. C. et al. Consumo de estimulantes cerebrais por estudantes em instituições de ensino de Montes Claros/MG. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 44, n. 1, 2020.

SANTOS, M. I. dos et al. Uso não prescrito de metilfenidato por universitários do curso de Farmácia: uma barreira para o uso racional de medicamentos. *Archives of Health Investigation*, v. 11, n. 3, p. 492–497, 2021.

WILENS, T. et al. Nonmedical stimulant use in college students: association with attention-deficit/hyperactivity disorder and other disorders. *The Journal of Clinical Psychiatry*, v. 77, n. 7, p. 940–947, 2016.

TRATAMENTO ORTOPÉDICO DE PACIENTE CLASSE III ESQUELÉTICO COM HYRAX E MÁSCARA FACIAL: RELATO DE CASO

Filipe Augusto Rocha de OLIVEIRA¹

Vanessa Turetta MORAES²

Elissa Almeida ROCHA²

Kleber Pontes FIGUEIREDO²

Horácio Pompei FILHO²

1-Discente do curso de especialização em ortodontia da Universidade Iguazu- Campus V, Itaperuna – RJ

2- Docente do curso de odontologia da Universidade Iguazu (Mestre) – Campus V, Itaperuna – RJ

Palavras-chave: má oclusão classe III; ortopedia funcional dos maxilares; máscara facial de Petit; disjunção rápida da maxila; aparelho hyrax.

INTRODUÇÃO

A má oclusão Classe III esquelética caracteriza-se por uma discrepância anteroposterior entre a maxila e a mandíbula, podendo resultar de um subdesenvolvimento maxilar, de um sobredesenvolvimento mandibular ou da associação de ambos. Angle (1899) foi o primeiro a classificar as más oclusões com base na relação entre os primeiros molares permanentes, enquanto Tweed (1966) e Moyers (1988) ampliaram essa compreensão ao considerar aspectos esqueléticos e etiológicos da Classe III.

Embora apresente menor prevalência quando comparada a outras más oclusões, a Classe III esquelética representa um desafio clínico significativo, uma vez que tende a se agravar com o crescimento craniofacial, especialmente devido à maior atividade de crescimento mandibular em relação à maxila (BACETTI; FRANCHI; MCNAMARA JR., 2007). No Brasil, estima-se que cerca de 3% da população apresente essa condição, com impacto funcional, estético e psicossocial relevante (CAITANO; CAETANO; FILHO, 2019).

Diante disso, o tratamento precoce assume papel fundamental, sobretudo durante a dentição mista, fase em que as suturas maxilares ainda apresentam maior potencial de resposta aos estímulos ortopédicos. A associação da disjunção rápida da maxila, por meio do aparelho Hyrax, com a tração

reversa utilizando a máscara facial de Petit tem sido amplamente indicada como alternativa conservadora para correção das discrepâncias esqueléticas da Classe III (HAAS, 1970; PROFFIT; FIELDS, 1995).

Assim, o presente resumo expandido tem como objetivo apresentar, de forma concisa, os principais aspectos de um trabalho de conclusão de curso que relata o tratamento ortopédico de uma paciente com Classe III esquelética, destacando a metodologia empregada, os resultados obtidos e suas implicações clínicas.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo do tipo relato de caso clínico, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, desenvolvido em ambiente clínico-acadêmico. A paciente avaliada era do sexo feminino, com idade inicial de 9 anos e 8 meses, encaminhada para tratamento ortodôntico com queixa principal relacionada à projeção anterior do mento e dificuldade de oclusão dentária.

A avaliação diagnóstica incluiu exame clínico extraoral e intraoral, registros fotográficos, radiografia panorâmica e teleradiografia em norma lateral. Foram realizadas análises cefalométricas computadorizadas pelos métodos de Roth-Jarabak e Ricketts, com o objetivo de avaliar a relação esquelética, o padrão de crescimento e o posicionamento dentário.

O planejamento terapêutico consistiu na realização de disjunção rápida da maxila por meio do aparelho Hyrax, cimentado aos primeiros molares superiores, seguido da utilização da máscara facial de Petit para tração reversa da maxila. A ativação do parafuso expensor foi orientada com duas ativações diárias. Após a disjunção, a paciente foi orientada a utilizar a máscara facial por, no mínimo, 16 horas diárias, com elásticos pesados, promovendo força aproximada de 800 gramas.

O período de terapia ortopédica foi de aproximadamente seis meses, ao final dos quais foram realizados novos exames clínicos e cefalométricos para análise comparativa dos resultados. Após essa fase, iniciou-se o tratamento ortodôntico corretivo com aparelho fixo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DISCUSSÃO

A literatura demonstra que a disjunção rápida da maxila promove a abertura da sutura palatina mediana, resultando não apenas na correção transversal da maxila, mas também em seu deslocamento anterior e inferior (HAAS, 1970). Quando associada à máscara facial, essa mecânica favorece a protrusão maxilar e a rotação mandibular no sentido horário, contribuindo para a melhora da relação esquelética e do perfil facial em pacientes Classe III (PROFFIT; FIELDS, 1995).

No caso analisado, o exame inicial evidenciou perfil facial côncavo, mordida cruzada anterior e posterior, relação molar Classe III bilateral e padrão esquelético braquicefálico. As análises cefalométricas confirmaram a presença de Classe III esquelética, com mandíbula protruída em relação à base do crânio.

Após o período de tratamento ortopédico, observou-se melhora significativa do perfil facial, correção da mordida cruzada e estabelecimento de trespasse horizontal satisfatório. As alterações cefalométricas evidenciaram avanço do ponto A e melhora da convexidade facial, conforme demonstrado nas tabelas cefalométricas comparativas, corroborando os achados de Baccetti et al. (1998) e Primo et al. (2010).

Os resultados reforçam a importância da intervenção precoce, especialmente durante o início da dentição mista, fase em que os efeitos ortopédicos são mais expressivos. Apesar de a paciente apresentar idade próxima ao limite considerado ideal para a protração maxilar, os efeitos obtidos foram considerados satisfatórios, evidenciando que a associação entre disjunção palatina e máscara facial pode ser eficaz mesmo em idades limítrofes, desde que haja adequada cooperação do paciente.

As figuras e tabelas apresentadas no trabalho original ilustram de forma clara as mudanças clínicas e cefalométricas obtidas, permitindo melhor compreensão da evolução do caso e da efetividade da abordagem terapêutica adotada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tratamento ortopédico da má oclusão Classe III esquelética por meio da expansão rápida da maxila com aparelho Hyrax associada à tração reversa com máscara facial de Petit mostra-se eficaz como alternativa não cirúrgica durante a fase de crescimento. Os resultados clínicos e cefalométricos demonstram melhora da relação maxilomandibular, correção das mordidas cruzadas e harmonização do perfil facial.

A abordagem interceptiva contribui para a redução da severidade da discrepância esquelética e facilita o tratamento ortodôntico corretivo subsequente. Ressalta-se a necessidade de acompanhamento contínuo após a fase ortopédica, considerando a possibilidade de recidiva associada ao padrão de crescimento mandibular, bem como a importância da colaboração do paciente para o sucesso do tratamento.

REFERÊNCIAS

ANGLE, E. H. Classification of malocclusion. *Dental Cosmos*, v. 41, p. 248-264, 1899.

BACETTI, T. et al. Skeletal effects of early treatment of Class III malocclusion with maxillary expansion and face-mask therapy. *American Journal of Orthodontics and Dentofacial Orthopedics*, v. 113, n. 3, p. 333-343, 1998.

BACETTI, T.; FRANCHI, L.; MCNAMARA JR., J. A. Growth in the untreated Class III subject. *Seminars in Orthodontics*, v. 13, p. 130-142, 2007.

CAITANO, D. D. S.; CAETANO, I. A. S.; FILHO, H. L. L. Proposta de tratamento ortopédico de paciente classe III com aparelho Hyrax modificado e máscara facial: relato de caso. 2020.

HAAS, J. A. Palatal expansion: just the beginning of dentofacial orthopedics. *American Journal of Orthodontics*, v. 57, n. 3, p. 219-255, 1970.

MOYERS, R. E. *Handbook of orthodontics*. 4. ed. Chicago: Year Book Medical Publishers, 1988.

PROFFIT, W. R.; FIELDS, H. W. *Ortodontia contemporânea*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

PRIMO, B. T. et al. Terapia da tração reversa maxilar com máscara facial de Petit – relato de caso. *Revista da Faculdade de Odontologia de Passo Fundo*, v. 15, n. 2, p. 171-176, 2010.

A ENFERMAGEM NA LINHA DE FRENTE CONTRA O CÂNCER DE MAMA: ESTRATÉGIAS PARA PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO PRECOCE

Bruna Melo Tavares Chaves¹

Mariana Rhany Pinheiro Sepulveda²

Tiago Pacheco Brandão Ribeiro³

Edineth Vargas Rosestolato Hoffman⁴

Paula Hocayen de Paula⁵

Fernanda de Medeiros Costa Lannes Barroso⁶

¹ Graduado do Curso de Enfermagem da UNIG *campus* V em Itaperuna/RJ. E-mail: 210009796@aluno.unig.edu.br.

² Graduado do Curso de Enfermagem da UNIG - *campus* V em Itaperuna/RJ. E-mail: 21000612@aluno.unig.edu.br

³ Mestre em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente. E-mail: 0519084@professor.unig.edu.br

⁴ Mestre Em Ensino de Ciências da Saúde e do ambiente. E-mail: enfhoffmann50@hotmail.com

⁵ Mestre em Ecologia e Biologia Animal. E-mail: paulapaulahocayen@gmail.com

⁶ Mestre em Medicina/Biomedicina. E-mail: fmedeiros.dermato@gmail.com

Palavras-chave: Saúde da mulher. Câncer de mama. Diagnóstico precoce.

INTRODUÇÃO

O câncer de mama é caracterizado pela multiplicação desordenada de células mamárias, formando tumores com potencial invasivo, sendo uma das neoplasias mais frequentes entre mulheres no Brasil e um importante problema de saúde pública. A detecção precoce é essencial para aumentar as chances de tratamento eficaz e reduzir a mortalidade associada à doença (INCA, 2023). Entre os principais fatores de risco destacam-se histórico familiar, mutações genéticas, exposição prolongada a estrogênios, obesidade, consumo de álcool e sedentarismo. Assim, estratégias preventivas, como a realização de mamografias e a adoção de hábitos saudáveis, contribuem para a identificação precoce da doença e diminuição de sua incidência (Silva et al., 2020; Fiocruz, 2022).

Nesse contexto, a enfermagem desempenha papel fundamental por meio da educação em saúde, acompanhamento de exames, participação em campanhas educativas e incentivo ao rastreamento, contribuindo para o diagnóstico precoce e para a humanização do cuidado (Gomes et al., 2021; Santos et al., 2022; Lima et al., 2021; Moreno, 2010).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e descritiva, realizada com o objetivo de analisar produções científicas sobre a atuação da enfermagem na prevenção e no diagnóstico precoce do câncer de mama.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

O câncer de mama permanece como uma das principais causas de mortalidade feminina, caracterizando-se pela multiplicação desordenada das células mamárias e apresentando elevada heterogeneidade biológica e epidemiológica (Xiong et al., 2025). Seu desenvolvimento está associado a fatores genéticos, hormonais e ambientais, destacando-se idade avançada, histórico familiar, fatores reprodutivos e hábitos de vida, sendo a incidência significativamente maior em mulheres (Oliveira et al., 2019). A doença possui diferentes classificações histológicas e subtipos moleculares, como Luminal A, Luminal B, HER2-enriquecido e triplo negativo, cuja identificação orienta estratégias terapêuticas específicas (Jenkins et al., 2021; Zhang et al., 2023). Além dos impactos clínicos, procedimentos como a mastectomia podem afetar aspectos emocionais e sociais das pacientes, reforçando a necessidade de ações preventivas e suporte contínuo da enfermagem (Leite et al., 2021).

Nesse contexto, a promoção da saúde destaca o papel fundamental da enfermagem, especialmente na Atenção Primária à Saúde, por meio de ações educativas, atividades comunitárias e estratégias de conscientização que favorecem a detecção precoce (Silveira et al., 2021). Entretanto, observa-se que muitas práticas ainda se concentram em cuidados gestacionais, evidenciando a necessidade de ampliar intervenções voltadas à identificação precoce de alterações mamárias (Zapponi; Tocantins; Vargens, 2015). A educação em saúde contribui para o reconhecimento de sinais e adoção de hábitos preventivos, sendo essencial a capacitação profissional para garantir assistência integral e suporte emocional às mulheres (Silva et al., 2025; Costa et al., 2024).

A detecção precoce constitui estratégia essencial para redução da morbimortalidade, envolvendo rastreamento, diagnóstico oportuno e ações educativas conduzidas pelo enfermeiro durante consultas e atividades de promoção da saúde (Sangoi et al., 2024; Leite et al., 2021). A ausência de

diagnóstico em estágios iniciais está diretamente relacionada ao aumento da mortalidade, reforçando a importância do fortalecimento das políticas públicas e da qualificação profissional (Oliveira et al., 2019). Entre as principais estratégias destacam-se educação em saúde, autoexame, exame clínico e visitas domiciliares, embora ainda existam limitações relacionadas ao conhecimento técnico e ao planejamento das ações assistenciais (Pontes et al., 2019).

Entre as medidas preventivas, a amamentação apresenta efeito protetor relevante contra o câncer de mama, contribuindo para o equilíbrio hormonal e redução do risco da doença, devendo ser incentivada pelos profissionais de saúde por meio de orientação contínua (Soares et al., 2019; Rodrigues et al., 2020; Silveira et al., 2024). Contudo, a baixa adesão ao período ideal de amamentação evidencia lacunas na conscientização e no apoio oferecido às mulheres, reforçando a necessidade de intensificação das ações educativas (Rodrigues et al., 2020).

A atuação da enfermagem mostra-se essencial em todas as etapas do cuidado, desde a prevenção até o acompanhamento terapêutico, por meio de consultas, orientações, solicitação de exames e encaminhamentos multiprofissionais, contribuindo para o diagnóstico precoce e redução da mortalidade (Leite et al., 2021; Silva; Marinho; Imbiriba, 2021). Apesar de evidências de preparo satisfatório entre profissionais da Estratégia Saúde da Família, persistem lacunas de conhecimento que demonstram a necessidade de educação permanente e fortalecimento das políticas públicas de capacitação em oncologia, visando qualificar a assistência e ampliar estratégias preventivas na atenção básica (Ferreira et al., 2023; Ferreira et al., 2020; Costa et al., 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O câncer de mama permanece como relevante problema de saúde pública, exigindo ações voltadas à prevenção e ao diagnóstico precoce. Nesse contexto, a enfermagem exerce papel essencial por meio da educação em saúde, orientação preventiva e acompanhamento das mulheres, contribuindo para a redução da morbimortalidade.

As ações incluem incentivo a hábitos saudáveis, promoção do aleitamento materno e estímulo à realização de exames e identificação precoce de alterações mamárias, favorecendo melhores desfechos clínicos. A efetividade dessas práticas depende da capacitação contínua dos profissionais e do fortalecimento das estratégias educativas na Atenção Primária à Saúde.

Assim, destaca-se a importância da atuação da enfermagem e do investimento em qualificação profissional e políticas públicas que ampliem a prevenção e o enfrentamento do câncer de mama.

REFERÊNCIAS

FIOCRUZ. **Câncer de mama: o diagnóstico precoce pode salvar vidas**. 2022. Disponível em: <https://fiocruz.br/noticia/2022/10/cancer-de-mama-o-diagnostico-precoce-pode-salvar-vidas>.

Acesso em: 07 jun. 2025.

GOMES, R. C. A. et al. **Estratégias de prevenção do câncer de mama: revisão integrativa**.

Revista Saúde e Desenvolvimento Humano, v. 9, n. 3, 2021. Disponível em:

https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/saude_desenvolvimento/article/view/7319/pdf. Acesso em: 29 set. 2025.

JENKINS, S. et al. **Rare breast cancer subtypes**. *Current Oncology Reports*, mar. 2022.

Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8204849/>. Acesso em: 29 set. 2025.

LEITE, A. C. et al. **Assistência de enfermagem no rastreamento do câncer de mama em**

pacientes atendidas na Unidade Básica de Saúde. *Research, Society and Development*, v. 10, n.

1, e8510111464, 2021. Disponível em: <https://share.google/hafpVjxmOYZpEM7S7>. Acesso em: 29 set. 2025.

LIMA, A. A. S. et al. **O enfermeiro na detecção precoce do câncer de mama na atenção básica: desafios e possibilidades**. *Revista Saber Científico*, v. 10, n. 2, p. 96-106, 2021. Disponível em:

<https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/84815237/12324-libre.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2025.

MORENO, M. L. **O papel do enfermeiro na abordagem do câncer de mama na Estratégia de Saúde da Família**. 2010. 52 f. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) – Universidade Federal de Minas Gerais, Uberaba, 2010. Disponível em:

<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0693.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2025.

OLIVEIRA, A. L. R. et al. **Fatores de risco e prevenção do câncer de mama**. *Revista Cadernos*

de Medicina, v. 2, n. 3, 2019. Disponível em: <https://share.google/X4gkYW1aaa7G5QVU2>. Acesso em: 29 set. 2025.

PONTES, D. S. et al. **Ações de enfermagem frente à detecção precoce do câncer de mama**.

Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 2, n. 5, p. 290–304, 2019. Disponível em:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/319>. Acesso em: 29 set. 2025.

RODRIGUES, F. O. S. et al. **Amamentação na prevenção do câncer de mama: revisão de**

literatura. *Revista Eletrônica Acervo Científico*, v. 18, e5900, 2020. Disponível em:

<https://share.google/ndWDVIDoe2nCm0fEC>. Acesso em: 29 set. 2025.

- SANGOI, K. C. M. et al. **Atuação do enfermeiro na detecção precoce do câncer: revisão integrativa.** *Research, Society and Development*, v. 13, n. 8, e8713846580, 2024. Disponível em: <https://share.google/EDztP92RkYtjHCnf3>. Acesso em: 29 set. 2025.
- SANTOS, M. F. et al. **A atuação da enfermagem frente ao câncer de mama: prevenção e diagnóstico precoce.** *Revista Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 12, n. 69, p. 10808-10814, 2022. Disponível em: <https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/saudecoletiva/article/download/1593/1839>. Acesso em: 07 jun. 2025.
- SILVA, J. S.; MARINHO, V. R.; IMBIRIBA, T. C. O. **Câncer de mama: o papel do enfermeiro na assistência de enfermagem ao paciente oncológico.** *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 7, n. 11, nov. 2021. Disponível em: <https://share.google/PfG8ZVz2RfrhXhJ7p>. Acesso em: 29 set. 2025.
- SILVA, A. L. et al. **Fatores de risco e prevenção do câncer de mama.** *Revista Cadernos de Medicina do UNIFESO*, v. 4, n. 1, p. 14–21, 2020. Disponível em: <https://revista.unifeso.edu.br/index.php/cadernosdemedicinaunifeso/article/view/1683/778>. Acesso em: 07 jun. 2025.
- SILVEIRA, C. M. et al. **Atuação da equipe de enfermagem frente à prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama: uma revisão integrativa.** *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 7, p. 72233-72248, jul. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/33136/pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.
- SILVEIRA, T. A. S. et al. **A importância da lactação exclusiva no fator de prevenção de câncer de mama.** *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 8, p. 5321-5338, 2024. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/3305>. Acesso em: 29 set. 2025.
- SOARES, J. C. et al. **Aleitamento materno na prevenção do câncer de mama: uma revisão integrativa da literatura.** *Revista Uningá*, v. 56, S6, p. 13–22, 2019. Disponível em: <https://revista.uninga.br/uninga/article/view/1032>. Acesso em: 29 set. 2025.
- XIONG, X. et al. **Breast cancer: pathogenesis and treatments.** *Signal Transduction and Targeted Therapy*, v. 10, n. 49, fev. 2025. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41392-024-02108-4>. Acesso em: 29 set. 2025.

ZHANG, T. et al. **Predicting breast cancer types on and beyond molecular level in a multi-modal fashion.** *NPJ Breast Cancer*, v. 9, n. 16, 2023. Disponível em:

<https://www.nature.com/articles/s41523-023-00517-2>. Acesso em: 29 set. 2025.

ZAPPONI, A. L. B.; TOCANTINS, F. R.; VARGENS, O. M. C. **O enfermeiro na detecção precoce do câncer de mama no âmbito da atenção primária.** *Revista Enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 33-38, jan./fev. 2015. Disponível em:

<https://share.google/ahMfjoDnjbOEZVHhQ>. Acesso em: 29 set. 2025.

O PAPEL DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NA PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL

Ana Carolina da Silveira Freire¹

Eduarda de Oliveira Ferreira²

Victória Carolina Garone do Couto Oliveira³

Gisele Simas dos Santos⁴

André Silva de Souza⁵

Paula Hocayen de Paula⁶

¹ Graduando do Curso de Enfermagem da UNIG *campus* V em Itaperuna/RJ. E-mail: 210024111@aluno.unig.edu.br.

² Graduando do Curso de Enfermagem da UNIG *campus* V em Itaperuna/RJ. E-mail: 210014619@aluno.ung.edu.br.

³ Graduando do Curso de Enfermagem da UNIG *campus* V em Itaperuna/RJ. E-mail: 210069940@aluno.unig.edu.br.

⁴ Mestre em Ciências da Saúde. E-mail: simasenfermeira@yahoo.com.br

⁵ Mestre em Ciências das Religiões em Esfera Pública. E-mail: andresdesouza1@hotmail.com

⁶ Mestre em Ecologia e Biologia Animal. E-mail: paulapaulahocayen@gmail.com

Palavras-chave: Envelhecimento saudável. Equipe de enfermagem na promoção da saúde. Humanização do cuidado.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo natural marcado por mudanças biológicas, psicológicas e sociais que influenciam diretamente a qualidade de vida, tornando essencial a promoção de um envelhecimento saudável diante do crescimento da população idosa (Brasil, 2020; Camarano, 2016). Nesse cenário, a enfermagem assume papel fundamental na promoção da saúde, prevenção de doenças e incentivo ao autocuidado, atuando de forma integral nos aspectos físicos e emocionais dos idosos (Ferreira et al., 2018; Mendes; Silva, 2021).

A equipe de enfermagem desenvolve ações educativas, acompanhamento de condições crônicas e suporte psicossocial, embora enfrente desafios como escassez de recursos, sobrecarga de trabalho e limitações na formação específica para o cuidado geriátrico (Almeida; Maia, 2019; Nogueira et al., 2020).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão de literatura, com o objetivo de reunir e analisar produções científicas relacionadas ao envelhecimento saudável e à atuação da equipe de enfermagem (Minayo, 2012; Gil, 2008; Marconi; Lakatos, 2017). A busca bibliográfica foi realizada entre maio e junho de 2025 nas bases SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico, além de livros, revistas científicas e documentos oficiais do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde.

Utilizaram-se como descritores envelhecimento saudável, equipe de enfermagem na promoção da saúde e humanização do cuidado. Foram incluídas publicações em português, inglês e espanhol, entre 2005 e 2025, relacionadas ao envelhecimento saudável, políticas públicas e práticas de enfermagem no cuidado ao idoso, sendo excluídos estudos duplicados, não disponíveis na íntegra ou sem relação com a temática. Os dados foram analisados qualitativamente e organizados em eixos temáticos, permitindo a construção de uma análise fundamentada sobre a atuação da enfermagem na promoção de um envelhecimento saudável e humanizado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

O envelhecimento saudável compreende não apenas a ausência de doenças, mas o equilíbrio entre aspectos físicos, emocionais e sociais que garantem autonomia, bem-estar e qualidade de vida na velhice (Healio, 2021). Esse processo envolve ações integradas, políticas públicas e redes de apoio que favoreçam a funcionalidade e o protagonismo da pessoa idosa. O envelhecimento ativo é apontado como um dos principais pilares desse conceito, ao promover saúde, participação social e independência (Tomasi; Santos; Valcarenghi, 2021). Nesse contexto, a equipe de enfermagem exerce papel estratégico na promoção da saúde, por meio da educação em saúde, incentivo a hábitos saudáveis e acompanhamento de condições crônicas, contribuindo para melhor qualidade de vida e adesão ao tratamento (Freitas et al., 2020; Silva; Andrade, 2020). Além disso, a enfermagem atua no enfrentamento dos desafios decorrentes do envelhecimento populacional, incluindo reabilitação

funcional, defesa de direitos e participação em políticas públicas voltadas à pessoa idosa (Healio, 2022; Silva et al., 2022). Assim, a enfermagem assume papel central na promoção do envelhecimento saudável, articulando cuidado integral, humanização e suporte institucional para garantir dignidade e autonomia aos idosos.

Diante do envelhecimento populacional acelerado, o Brasil estruturou políticas públicas e marcos legais voltados à garantia dos direitos e da proteção social da pessoa idosa, destacando-se o Estatuto do Idoso e a Política Nacional do Idoso, que asseguram acesso a serviços, promoção da autonomia e participação social (Brasil, 2003; Brasil, 1994). No âmbito da saúde, o Sistema Único de Saúde operacionaliza essas diretrizes por meio da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, que prioriza a atenção integral, a prevenção de agravos, a reabilitação funcional e o fortalecimento da atenção primária, incluindo estratégias como avaliação multidimensional, prevenção de quedas e vacinação (Brasil, 2006). Apesar dos avanços, persistem desafios relacionados às desigualdades de acesso, insuficiência de profissionais qualificados e fragmentação dos serviços, agravados pelo crescimento projetado da população idosa nas próximas décadas (IBGE, 2023). Destaca-se ainda a necessidade de ampliação dos cuidados paliativos no SUS, compreendidos como abordagem voltada à promoção do conforto, autonomia e suporte psicossocial ao longo do curso das doenças crônicas (World Health Organization, 2020).

A promoção da saúde e a prevenção de doenças constituem pilares fundamentais da atuação da equipe de enfermagem no cuidado à população idosa, especialmente na atenção primária, por meio de ações educativas, monitoramento de condições crônicas e intervenções voltadas à manutenção da autonomia e funcionalidade. Atividades como controle da pressão arterial e glicemia, orientações nutricionais, incentivo à prática de exercícios físicos e vacinação contribuem para o envelhecimento saudável e digno, prevenindo eventuais complicações (Souza et al., 2021).

A adesão ao tratamento e autocuidado é ampliado, ainda, pela escuta ativa e empatia, sendo certo que estas práticas fortalecem o vínculo entre o profissional e o paciente (Pires et al., 2020).

Em situações de doenças crônicas avançadas, destaca-se a atuação da enfermagem nos cuidados paliativos, voltados ao alívio do sofrimento, controle de sintomas e oferta de suporte emocional ao paciente e à família, promovendo conforto e dignidade (Borges; Oliveira, 2023). A enfermagem, nesse contexto, possui o compromisso ético com a integralidade da assistência e o envelhecimento digno, considerando a prioridade da qualidade de vida quando a cura deixa de ser o foco terapêutico.

A educação em saúde constitui uma estratégia essencial da enfermagem para a promoção do envelhecimento saudável, incentivando a autonomia e a participação ativa do idoso no cuidado por

meio de orientações sobre uso correto de medicamentos, higiene, nutrição, hidratação, prevenção de infecções e cuidados gerais de saúde. A inclusão dos familiares fortalece a rede de apoio, reduz riscos de negligência e contribui para a permanência do idoso em seu contexto social. A realização de atividades educativas coletivas, como grupos e palestras, favorece a troca de experiências, o desenvolvimento do autocuidado e a valorização do protagonismo do idoso (Pires et al., 2020).

As estratégias como a avaliação geriátrica abrangente e intervenções de cuidados transicionais e reabilitação contribuem para a manutenção da funcionalidade e prevenção de reinternações, especialmente quando coordenadas pela equipe de enfermagem (Ferreira; Pedrosa; Reis et al., 2024). Modelos integrados de atenção também favorecem a capacidade funcional global do idoso e sua qualidade de vida, ao articular cuidados clínicos, suporte psicossocial e integração comunitária (Liu et al., 2024; Scielo, 2022; Rozeira et al., 2024). Dessa forma, a atuação multidisciplinar, com liderança da enfermagem, promove cuidado holístico, preservação da autonomia e envelhecimento ativo e humanizado.

Na Atenção Primária à Saúde, destacam-se limitações relacionadas à escassez de recursos materiais e humanos, dificuldades para realização de visitas domiciliares, sobrecarga de trabalho e integração insuficiente entre serviços, além da formação ainda limitada em geriatria, fatores que podem comprometer a qualidade da assistência (Brasil, 2020).

Como perspectivas de melhoria, evidenciam-se estratégias como fortalecimento da atenção domiciliar, mobilização de redes de apoio comunitário, ações educativas e atuação multiprofissional, favorecendo um cuidado integral e humanizado. O avanço da assistência ao idoso depende do fortalecimento da Atenção Primária, da ampliação da capacitação profissional, da melhoria da infraestrutura dos serviços e da valorização da enfermagem como agente central na promoção do envelhecimento saudável (Brasil, 2020; Silva, 2021).

Os resultados evidenciam que a equipe de enfermagem exerce papel fundamental na promoção do envelhecimento saudável, atuando por meio da prevenção de doenças crônicas, educação em saúde, suporte psicossocial e cuidados paliativos, ações que contribuem para a autonomia, funcionalidade e qualidade de vida da pessoa idosa. Os achados corroboram estudos que destacam a importância da enfermagem na manutenção da capacidade funcional e na prevenção de agravos, bem como a eficácia de modelos multidisciplinares na continuidade do cuidado e na melhoria dos desfechos clínicos e sociais (Freitas et al., 2020; Mendes; Silva, 2021; Hayes, 2024).

Observou-se que a equipe de enfermagem atua como elemento integrador entre idoso, família e rede de saúde, fortalecendo vínculos, adesão ao tratamento e participação ativa no cuidado. Entretanto, persistem limitações relacionadas à insuficiente formação em geriatria, sobrecarga profissional e

escassez de recursos, fatores que podem comprometer a qualidade assistencial (Nogueira et al., 2020; Gouveia; Rodrigues, 2022). Os resultados indicam que as práticas identificadas podem ser aplicadas em diferentes contextos, desde que respeitadas as particularidades individuais, ressaltando a necessidade de abordagens interdisciplinares e centradas na pessoa. Recomenda-se o fortalecimento da capacitação profissional, das políticas públicas e das condições de trabalho da enfermagem, além do desenvolvimento de pesquisas que aprofundem a eficácia das estratégias educativas e multidisciplinares no cuidado à população idosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento populacional exige práticas assistenciais qualificadas e humanizadas voltadas à promoção da autonomia, bem-estar e qualidade de vida da pessoa idosa. A revisão evidenciou que a equipe de enfermagem desempenha papel central nesse processo, atuando de forma preventiva, educativa e assistencial, contribuindo para a manutenção da capacidade funcional e para o protagonismo do idoso. Destacaram-se ações de educação em saúde, acompanhamento de condições crônicas, estratégias de prevenção e cuidados paliativos como elementos fundamentais para uma assistência integral e multidimensional, fortalecida pelo vínculo com o idoso e sua família e pela valorização de práticas humanizadas. Contudo, foram identificados desafios relacionados à sobrecarga de trabalho, escassez de recursos, fragmentação dos serviços e necessidade de formação específica em geriatria e gerontologia, fatores que podem comprometer a continuidade e a segurança do cuidado. Conclui-se que o fortalecimento do cuidado gerontológico, aliado à capacitação profissional contínua, ao investimento em políticas públicas e à abordagem interdisciplinar, é essencial para assegurar um envelhecimento digno, ativo e com qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. T.; MAIA, C. S. Enfermagem geriátrica: competências para o cuidado integral ao idoso. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, Divinópolis, v. 9, e2892, 2019. Disponível em: <https://seer.ufsj.edu.br/recom/article/view/2892>. Acesso em: 03 jun. 2025.

BORGES, L. P.; OLIVEIRA, T. M. Cuidados paliativos na atenção à saúde do idoso: contribuições da enfermagem. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, v. 13, e4563, 2023. DOI: <https://doi.org/10.19175/recom.v13i0.4563>. Acesso em: 04 jun. 2025.

BRASIL. Atenção domiciliar para pessoas idosas: perspectivas de enfermeiros da Estratégia Saúde da Família. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1-12,

2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgg/a/7DKw9T6XZYG4NxQMPtNKqz/?lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10741-1outubro2003-497511-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 26 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 5 jan. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm. Acesso em: 07 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Envelhecimento e saúde da pessoa idosa*. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. (Cadernos de Atenção Básica, n. 19). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_saude_pessoa_idosa.pdf. Acesso em: 03 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html. Acesso em: 20 maio 2025.

CAMARANO, Ana Amélia. *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_os_novos_idosos_brasileiros.pdf. Acesso em: 03 jun. 2025.

FERREIRA, O. R.; PEREIRA, D. N.; MARTINS, L. M.; NASCIMENTO, L. C. Enfermagem e envelhecimento: desafios e perspectivas na promoção da saúde do idoso. *Revista de Enfermagem da UFSM*, Santa Maria, v. 8, e7, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/29991>. Acesso em: 03 jun. 2025.

FERREIRA, R.; PEDROSA, A. R.; REIS, N. et al. Transitional care for older persons with need of geriatric rehabilitation nursing interventions. *BMC Nursing*, 23, 376, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12912-024-02050-4>. Acesso em: 10 set. 2025.

FREITAS, Cibelly Aliny Siqueira Lima et al. Evidências de ações de enfermagem em promoção da saúde para um envelhecimento ativo: revisão integrativa. *Estudos Interdisciplinares sobre o*

Envelhecimento, Porto Alegre, 2020. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/12836>. Acesso em: 10 set. 2025.

GARRIDO, André Alayão Mendes. *Principais desafios enfrentados pelos profissionais de saúde no atendimento ao idoso*. 2023. Disponível em:

https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/28191/1/Andr%C3%83%C2%A9_Alay%C3%83%C2%A3o_Mendes_Garrido.pdf. Acesso em: 16 set. 2025.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Acesso em: 25 set. 2025.

GOUVEIA, Danielle Conceição; RODRIGUES, Lília Marques Simões. Enfermagem e o envelhecer saudável. *Revista Pró-UniverSUS*, v. 10, n. 1, 2022. DOI: 10.21727/rpu.v10i1.1624. Disponível em:

<https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/1624>. Acesso em: 10 set. 2025.

HAYES et al. Effectiveness of Community-Based Multidisciplinary Integrated Care for Older Adults with General Practitioner Involvement: A Systematic Review and Meta-Analysis. *Health & Social Care in the Community*, 2024. Disponível em:

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1155/2024/6437930>. Acesso em: 10 set. 2025.

HEALIO. Advancing Gerontological Nursing Practice in Age-Friendly Communities, Health Systems, and Public Health Systems. *Journal of Gerontological Nursing*, 2021. Disponível em:

<https://journals.healio.com/doi/full/10.3928/0098913420210125-01>. Acesso em: 10 set. 2025.

HEALIO. Nurses and the Decade of Healthy Ageing: An Unprecedented Opportunity. *Journal of Gerontological Nursing*, 2022. Disponível em: <https://journals.healio.com/doi/10.3928/00989134-20220422-01>. Acesso em: 10 set. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação: 2010-2060*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 jul. 2025.

LIU, Aihong et al. Integrated care for older people improved intrinsic capacity in elderly patients: a case control study. *BMC Geriatrics*, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12877-024-05509-w>. Acesso em: 10 set. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Acesso em: 25 set. 2025.

MENDES, D. A.; SILVA, L. M. O papel do enfermeiro na promoção do envelhecimento saudável: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, e210209, 2021. Disponível em: <https://www.rbgg.com.br/article/view/210209>. Acesso em: 03 jun. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012. Acesso em: 25 set. 2025.

NOGUEIRA, A. B. S. et al. Desafios enfrentados por enfermeiros na assistência ao idoso: uma revisão integrativa. *Revista de Enfermagem e Saúde*, Pelotas, v. 9, n. 2, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagemesaude/article/view/18965>. Acesso em: 03 jun. 2025.

PIRES, A. P. et al. Educação em saúde para idosos na atenção primária: ações da equipe de enfermagem. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 6, p. 2157-2164, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.21082018>. Acesso em: 25 set. 2025.

ROZEIRA, Carlos Henrique Barbosa et al. Saúde Integral na Terceira Idade: A Contribuição da Abordagem Holística. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 7, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/26748169.2024v6n7p108-128>. Acesso em: 10 set. 2025.

SCIELO. Rede de assistência integral à saúde do idoso: experiência de enfermeiros gerentes na atenção primária. *Cogitare Enfermagem*, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/centf/a/SvxHwVb3PCBMbyks7DvrtZx/>. Acesso em: 10 set. 2025.

SILVA, F. de L. dos S.; ANDRADE, E. G. da S. Papel do enfermeiro na orientação ao idoso sobre o envelhecimento na atenção básica: revisão literária. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, v. 3, n. 7, p. 197–206, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.4106552. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/52>. Acesso em: 10 set. 2025.

SILVA, Maria Karla Batista da et al. Saúde do idoso: assistência de enfermagem no contexto do envelhecimento populacional. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 4, 2022. DOI: 10.51891/rease.v11i4.18839. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/18839>. Acesso em: 10 set. 2025.

SILVA, R. M. Desafios e possibilidades dos profissionais de saúde na gestão do cuidado de idosos dependentes na Atenção Primária à Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 8, p. 2925–2934, ago. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/FLfprHw5C8ZvH365RbqnNPS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 16 set. 2025.

SOUZA, L. C. et al. Ações da enfermagem na prevenção de quedas em idosos: revisão integrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 13, n. 1, p. e8239, 2021. DOI:

<https://doi.org/10.25248/reas.e8239.2021>. Acesso em: 25 set. 2025.

TOMASI, Andrelise Viana Rosa; SANTOS, Silvia Maria Azevedo dos; VALCARENGHI, Rafaela Vivian. O envelhecimento ativo e a promoção da saúde. *Revista de Enfermagem UFPE on line*, Recife, v. 15, n. 1, 2021. DOI: 10.5205/1981-8963.2021.245188. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/245188>. Acesso em: 10 set. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Palliative care*. Geneva: WHO, 2020. Disponível em:

<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/palliative-care>. Acesso em: 07 jul. 2025.

RECUPERAÇÃO DE ESPAÇO PROTÉTICO POR DISTALIZAÇÃO COM MINI- IMPLANTE ALVEOLAR: RELATO DE CASO CLÍNICO

Davi Schimith¹

Elias Daruis Assad Neto²

Kleber Pontes Figueiredo²

Ana Paula Dornelas²

Horácio Pompei²

1-Discente do curso de odontologia da Universidade Iguazu- Campus V, Itaperuna – RJ

2- Docente do curso de odontologia da Universidade Iguazu (Mestre e Doutora) – Campus V, Itaperuna – RJ

Palavras-chave: ancoragem ortodôntica; mini-implante alveolar; distalização dentária; espaço protético; má oclusão.

INTRODUÇÃO

A má oclusão constitui um problema relevante na prática odontológica, uma vez que pode comprometer a estética, a função mastigatória e a harmonia facial do paciente. A perda dentária precoce ou a ausência prolongada de elementos dentários favorece a movimentação indesejada dos dentes adjacentes, como a mesialização de molares, resultando na redução ou perda do espaço protético necessário para uma futura reabilitação com implantes dentários (LIMA et al., 2010).

Tradicionalmente, a recuperação desses espaços é realizada por meio de mecânicas ortodônticas convencionais, que frequentemente dependem da colaboração do paciente e apresentam limitações quanto ao controle da ancoragem. Nesse contexto, os mini-implantes ortodônticos alveolares surgem como uma alternativa eficiente de ancoragem esquelética, permitindo movimentos dentários previsíveis, com menor tempo de tratamento e mínima dependência da cooperação do paciente (ALMEIDA, 2019).

Os mini-implantes representam a integração entre a Ortodontia e a Implantodontia, oferecendo uma técnica minimamente invasiva, de baixo custo e com ampla aplicabilidade clínica, especialmente em

casos que exigem ancoragem máxima ou movimentações assimétricas (SQUEFF et al., 2008). Assim, o presente resumo expandido tem como objetivo apresentar os principais aspectos de um trabalho de conclusão de curso que relata a recuperação de espaço protético por meio da distalização de molar com mini-implante alveolar, destacando a metodologia empregada, os resultados obtidos e sua fundamentação teórica.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo do tipo relato de caso clínico, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, desenvolvido na Clínica Odontológica da Universidade Iguazu – Campus V, localizada no município de Itaperuna, Rio de Janeiro. O relato segue as diretrizes do CARE Guideline para estudos de caso (RILEY et al., 2017). Por se tratar de um caso clínico, a submissão ao Comitê de Ética foi dispensada, sendo obtido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da paciente.

A paciente era do sexo feminino, com 55 anos de idade, queixando-se da presença de um espaço na arcada superior, visível ao sorrir, associado à perda da função mastigatória e comprometimento estético. Ao exame clínico, observou-se a ausência de múltiplos elementos dentários, incluindo o primeiro molar superior direito, além da presença de restaurações extensas e hábitos parafuncionais. A radiografia panorâmica inicial evidenciou o segundo molar superior direito (elemento 17) mesializado, fora de sua posição funcional ideal (Figura 1).

O plano de tratamento consistiu na distalização do molar mesializado com o auxílio de um mini-implante alveolar, visando a recuperação do espaço protético para posterior reabilitação com implante dentário. O mini-implante, com 8 mm de comprimento e transmucoso de 1,5 mm, foi instalado em sessão única na região de gengiva inserida entre os elementos 14 e 15, sem necessidade de fresagem prévia. Após a instalação, foi confeccionado um arco seccionado com fio de aço e mola de níquel-titânio aberta, promovendo a distalização do molar. O acompanhamento clínico e radiográfico foi realizado durante um período de dois meses.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

A literatura evidencia que os mini-implantes ortodônticos proporcionam ancoragem esquelética eficiente, permitindo a aplicação de forças ortodônticas contínuas sem efeitos colaterais significativos sobre os dentes adjacentes (ALMEIDA, 2019). Sua estabilidade primária é, na maioria dos casos, suficiente para sustentar cargas ortodônticas normais, o que possibilita movimentos dentários rápidos e previsíveis (NAMIUCHI JÚNIOR et al., 2013).

No caso apresentado, a distalização do molar superior mesializado foi realizada de forma eficaz em um curto período de tempo, sem a necessidade de colaboração da paciente, corroborando os achados de Lima et al. (2010), que destacam a redução do tempo de tratamento como uma das principais vantagens da ancoragem com mini-implantes. A escolha da região inter-radicular para instalação do mini-implante seguiu recomendações da literatura, que apontam áreas entre pré-molares e molares como locais favoráveis devido à disponibilidade óssea adequada (GIGLIOTTI et al., 2011).

As figuras apresentadas no trabalho original ilustram claramente a evolução clínica do caso, desde o diagnóstico radiográfico inicial (Figura 1), passando pela instalação do mini-implante e aplicação da mecânica ortodôntica (Figura 2), até a recuperação do espaço protético e confecção do provisório (Figura 3). Esses registros confirmam a eficiência da técnica empregada, tanto do ponto de vista funcional quanto estético.

Os resultados obtidos reforçam que a utilização de mini-implantes alveolares é uma alternativa segura e previsível para a correção de más oclusões associadas à perda de espaço protético, conforme também relatado por Paiva et al. (2015) e Salim et al. (2016). A abordagem adotada permitiu a devolução da função mastigatória, da estética do sorriso e da autoestima da paciente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de mini-implantes alveolares para a recuperação de espaço protético por meio da distalização dentária mostra-se um recurso eficaz, seguro e previsível na prática ortodôntica. A técnica possibilita controle adequado da ancoragem, reduz a dependência da colaboração do paciente e proporciona resultados clínicos satisfatórios em curto período de tempo.

Os resultados alcançados atendem aos objetivos propostos, permitindo a reabilitação estética e funcional da paciente e viabilizando a futura instalação de implante dentário. Dessa forma, os mini-implantes consolidam-se como uma alternativa vantajosa no tratamento de casos de má oclusão associados à perda de espaço protético.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. R. *Biomechanics of extra-alveolar mini-implants*. Dental Press Journal of Orthodontics, p. 93-109, 2019.

GIGLIOTTI, M. P. et al. Influência da largura do septo inter-radicular sobre a estabilidade dos mini-implantes. *Dental Press Journal of Orthodontics*, v. 16, n. 2, p. 47-56, 2011.

- LIMA, L. A. C. et al. Mini-implante como ancoragem absoluta: ampliando os conceitos de mecânica ortodôntica. *Innovations Implant Journal: Biomaterials and Esthetics*, v. 5, n. 1, p. 85-91, 2010.
- NAMIUCHI JÚNIOR, O. K. et al. Utilização dos mini-implantes no tratamento ortodôntico. *Revista Gaúcha de Odontologia*, v. 61, p. 453-460, 2013.
- PAIVA, L. G. J. et al. Utilização de mini-implantes em intrusão de molares na recuperação de espaço protético inferior para reabilitação com implantes dentários. *Revista Odontológica do Brasil Central*, v. 24, n. 69, 2015.
- RILEY, D. S. et al. CARE guidelines for case reports: explanation and elaboration document. *Journal of Clinical Epidemiology*, v. 89, p. 218-235, 2017.
- SQUEFF, L. R. et al. Caracterização de mini-implantes utilizados na ancoragem ortodôntica. *Revista Dental Press de Ortodontia e Ortopedia Facial*, v. 13, n. 5, p. 49-56, 2008

ANÁLISE COMPARATIVA DA RESISTÊNCIA À FRATURA DE DENTES TRATADOS ENDODONTICAMENTE RESTAURADOS COM RIBBOND OU PINO DE FIBRA DE VIDRO

Brendha Dolores Gomes FERNANDES¹

Elias Daruis NETO²

Vanessa Ferreira da SILVA²

Elissa Almeida ROCHA²

1- Mestranda do curso de Pós Graduação Strictu senso São Leopoldo Mandic- Campinas-SP

2- Docente do curso de odontologia da Universidade Iguazu (Mestre) – Campus V, Itaperuna – RJ

Palavras-chave: dentes tratados endodenticamente; ribbond; pino de fibra de vidro; resistência à fratura; biomimética.

INTRODUÇÃO

A reabilitação de dentes tratados endodenticamente representa um desafio clínico relevante na odontologia restauradora contemporânea, especialmente em razão da perda estrutural decorrente de cárie extensa, fraturas ou preparo endodôntico. Esses elementos dentários apresentam maior susceptibilidade à fratura quando comparados a dentes vitais, exigindo estratégias restauradoras capazes de restabelecer resistência mecânica e função. Tradicionalmente, os pinos intrarradiculares têm sido empregados para retenção do material restaurador, destacando-se os pinos de fibra de vidro, amplamente utilizados devido ao módulo de elasticidade semelhante ao da dentina e à distribuição favorável de tensões.

Entretanto, alternativas biomiméticas têm ganhado destaque, como o uso de fibras de polietileno trançadas (Ribbond), que atuam como reforço estrutural intrínseco ao material restaurador, sem necessidade de preparo radicular adicional. Essa abordagem visa preservar a estrutura dentária remanescente e melhorar o padrão de dissipação das forças mastigatórias, reduzindo o risco de fraturas catastróficas.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar comparativamente a resistência à fratura de dentes tratados endodonticamente restaurados com Ribbond ou pino de fibra de vidro, discutindo suas indicações, vantagens e limitações com base na literatura científica atual.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão de literatura de caráter descritivo e comparativo, realizado por meio da busca de artigos científicos nas bases de dados PubMed, SciELO e Google Scholar. Foram selecionadas publicações em língua portuguesa e inglesa que abordassem o desempenho biomecânico, resistência à fratura e comportamento clínico de dentes restaurados com pinos de fibra de vidro ou reforçados com fibras de polietileno.

Os critérios de inclusão contemplaram estudos laboratoriais, ensaios clínicos e revisões sistemáticas publicados nos últimos anos, que apresentassem dados relevantes sobre resistência mecânica, padrão de fratura e longevidade restauradora. Foram excluídos trabalhos que não estabeleciam comparação direta entre as técnicas ou que apresentavam metodologia insuficiente para análise crítica.

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, considerando o embasamento teórico dos estudos selecionados e sua aplicabilidade clínica na odontologia restauradora e reabilitadora.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

Os pinos de fibra de vidro apresentam propriedades mecânicas favoráveis, como módulo de elasticidade próximo ao da dentina e capacidade de distribuição uniforme das tensões ao longo da raiz. Esses fatores contribuem para a redução de fraturas radiculares irreversíveis, diferentemente dos pinos metálicos tradicionais. Além disso, a técnica de cimentação adesiva promove retenção adequada e melhora a integridade estrutural do conjunto dente-restauração.

Por outro lado, o uso do Ribbond baseia-se em princípios biomiméticos, buscando reproduzir o comportamento biomecânico natural do dente por meio da incorporação de fibras de polietileno de alta resistência dentro do material restaurador. Estudos laboratoriais demonstram que essa técnica pode aumentar significativamente a resistência à fratura, especialmente em cavidades extensas, além de favorecer padrões de fratura mais favoráveis e reparáveis.

Outra vantagem do Ribbond é a preservação da estrutura dentária remanescente, uma vez que dispensa o preparo radicular necessário para a inserção de pinos intrarradiculares. Contudo, sua

eficácia depende da correta adesão ao sistema restaurador e do posicionamento adequado das fibras, fatores altamente dependentes da técnica operatória.

Comparativamente, enquanto os pinos de fibra de vidro oferecem previsibilidade clínica consolidada, o Ribbond apresenta potencial promissor como alternativa conservadora, principalmente em casos nos quais a retenção radicular não é essencial ou quando se busca minimizar intervenções invasivas. A literatura sugere que ambas as abordagens podem apresentar resultados satisfatórios, sendo a escolha dependente das características estruturais do dente, da quantidade de remanescente coronário e do planejamento restaurador individualizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados indicam que tanto o pino de fibra de vidro quanto o reforço com fibras de polietileno Ribbond constituem alternativas eficazes para a restauração de dentes tratados endodonticamente. O pino de fibra de vidro apresenta elevada previsibilidade clínica e adequada distribuição de tensões, sendo indicado principalmente em situações de grande perda coronária.

O Ribbond, por sua vez, destaca-se como uma abordagem conservadora e biomimética, capaz de aumentar a resistência à fratura e preservar a estrutura dentária remanescente, além de favorecer padrões de falha mais reparáveis. A escolha entre as técnicas deve considerar fatores como quantidade de remanescente dentário, necessidade de retenção intrarradicular e experiência do profissional.

Conclui-se que ambas as técnicas possuem aplicabilidade clínica relevante, sendo complementares dentro da odontologia restauradora contemporânea, e que novos estudos clínicos são necessários para consolidar protocolos de indicação baseados em evidências científicas robustas.

REFERÊNCIAS

Bitter K.; Kielbassa A. M. Post-endodontic restorations with adhesively luted fiber-reinforced composite post systems: a review. *American Journal of Dentistry*. 2007;20(6):353-360.

ZOTTI, F. et al. Increasing the fracture strength of MOD restorations with Ribbond fibers. *Journal of Clinical and Experimental Dentistry*, 2024.

BARATIERI, L. N. et al. *Odontologia restauradora: fundamentos e possibilidades*. São Paulo: Santos, 2015.

RETRAÇÃO DE CANINO COM O USO DE MINI-IMPLANTES: RELATO DE CASO

Filipe Augusto Rocha de Oliveira¹

Vanessa Tureta Moraes²

Elias Daruis Assad Neto²

Kleber Pontes Figueiredo²

Horácio Pompei Filho²

1- Discente do curso de especialização em ortodontia da Universidade Iguazu- Campus V, Itaperuna – RJ

2- Docente do curso de odontologia da Universidade Iguazu (Mestre) – Campus V, Itaperuna – RJ

3- Docente do curso de odontologia da Universidade Iguazu (Mestre) – Campus V, Itaperuna – RJ

Palavras-chave: mini-implantes; ancoragem esquelética; retração de canino; distalização; ortodontia.

INTRODUÇÃO

A ancoragem ortodôntica sempre representou um desafio clínico na mecânica de retração dentária, especialmente em casos que demandam controle rigoroso do movimento dos dentes anteriores sem a perda de ancoragem posterior. Tradicionalmente, recursos como aparelhos extrabuciais, elásticos intermaxilares e preparo de ancoragem dentária foram amplamente utilizados; contudo, esses métodos dependem significativamente da colaboração do paciente e, muitas vezes, apresentam resultados imprevisíveis.

Nesse contexto, os mini-implantes ortodônticos surgem como uma alternativa eficaz de ancoragem esquelética, proporcionando maior previsibilidade biomecânica, redução do tempo de tratamento e independência da colaboração do paciente (MARASSI; LEAL; HERDY, 2004). Seu uso é especialmente indicado em situações que exigem ancoragem máxima, como a retração de caninos

após exodontias, correção de desvios de linha média e fechamento de espaços em más oclusões de Classe II (ARAÚJO et al., 2006).

Dessa forma, o presente resumo expandido tem como objetivo apresentar, de forma concisa, os principais aspectos de um trabalho de conclusão de curso que relata um caso clínico de retração de canino superior com o uso de mini-implante, destacando a metodologia aplicada, os resultados obtidos e sua fundamentação teórica, evidenciando a eficácia dessa abordagem na prática ortodôntica contemporânea.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo do tipo relato de caso clínico, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, desenvolvido na Clínica Odontológica da Universidade Iguazu, Campus V, localizada no município de Itaperuna, Rio de Janeiro. O paciente avaliado era do sexo masculino, com 19 anos de idade, que procurou atendimento com queixa estética relacionada ao desalinhamento dentário e redução da autoestima.

A documentação ortodôntica inicial incluiu fotografias intrabuciais e extrabuciais, radiografia panorâmica e análise cefalométrica, permitindo o diagnóstico de relação canina Classe II no lado esquerdo, desvio da linha média superior para a direita, diastemas entre incisivos superiores e padrão esquelético Classe II, com biprotrusão dentária.

O planejamento terapêutico consistiu na extração do elemento 24 (primeiro pré-molar superior esquerdo) para possibilitar a retração do canino e correção da linha média. Após a fase de alinhamento e nivelamento com fios ortodônticos de níquel-titânio e aço em sequência progressiva, foi instalado um mini-implante intra-radicular de 8 mm na região entre o segundo pré-molar e o primeiro molar superior esquerdo, utilizado como ancoragem absoluta para a distalização do canino. A mecânica de retração foi realizada com o uso de um fio retangular de aço 0,016” x 0,022” e acessório auxiliar (gurin), promovendo movimento controlado do canino sem giroversão. O acompanhamento clínico foi realizado por meio de registros fotográficos, permitindo a avaliação dos resultados obtidos ao longo do tratamento.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DISCUSSÃO

A ancoragem esquelética por meio de mini-implantes tem se consolidado como um recurso eficaz na Ortodontia moderna, especialmente em situações que exigem controle preciso dos movimentos dentários (MARASSI, 2006). Estudos demonstram que a utilização de mini-implantes reduz

significativamente a perda de ancoragem posterior durante a retração anterior, quando comparada às técnicas convencionais (UPADHYAY; YADAV; PATIL, 2008).

No caso apresentado, a escolha pelo uso do mini-implante justificou-se pela necessidade de retração do canino superior esquerdo com correção simultânea da linha média, sem depender da colaboração do paciente. A posição do mini-implante entre as raízes dentárias permitiu a aplicação de forças diretas e controladas, promovendo movimentação eficiente e previsível, conforme descrito por Araújo et al. (2006).

Os resultados clínicos evidenciaram o fechamento do diastema mediano, a centralização da linha média superior e a obtenção da relação canina em Classe I no lado tratado. As figuras apresentadas no trabalho original ilustram de forma clara a evolução do caso, desde o diagnóstico inicial até a correção das discrepâncias oclusais, demonstrando a efetividade da mecânica empregada.

Esses achados corroboram a literatura, que aponta os mini-implantes como um método seguro, de baixo custo, fácil instalação e remoção, além de proporcionar maior conforto ao paciente (JANSON et al., 2006; SQUEFF et al., 2008). Dessa forma, a técnica mostrou-se adequada para o caso clínico apresentado, atendendo às exigências biomecânicas e estéticas do tratamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de mini-implantes como ancoragem esquelética para a retração de canino demonstra-se um método eficaz, previsível e seguro na correção de desvios de linha média e na obtenção de relação canina em Classe I. Os resultados clínicos alcançados evidenciam melhora estética e funcional, atendendo aos objetivos propostos no planejamento ortodôntico.

A técnica possibilita maior controle dos movimentos dentários, reduz a dependência da colaboração do paciente e contribui para a eficiência do tratamento ortodôntico. Assim, a utilização de mini-implantes consolida-se como uma alternativa viável e recomendável na prática clínica ortodôntica contemporânea.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. M. et al. Ancoragem esquelética em Ortodontia com mini-implantes. *Revista Dental Press de Ortodontia e Ortopedia Facial*, v. 11, n. 4, p. 126-156, 2006.

JANSON, M.; SANTANA, E.; VASCONCELOS, W. Ancoragem esquelética com mini-implantes: incorporação rotineira da técnica na prática ortodôntica. *Revista Clínica de Ortodontia Dental Press*, v. 5, n. 4, p. 85-100, 2006.

MARASSI, C.; LEAL, A.; HERDY, J. L. Mini-implantes como método de ancoragem em Ortodontia. In: SAKAI, E. et al. *Nova visão em Ortodontia: Ortopedia Funcional dos Maxilares*. 3. ed. São Paulo: Santos, 2004.

MARASSI, C. Quais as principais aplicações clínicas e quais as chaves para o sucesso no uso de mini-implantes em Ortodontia? *Revista Clínica de Ortodontia Dental Press*, v. 5, n. 4, p. 13-25, 2006.

SQUEFF, L. R. et al. Caracterização de mini-implantes utilizados na ancoragem ortodôntica. *Revista Dental Press de Ortodontia e Ortopedia Facial*, v. 13, p. 49-56, 2008.

UPADHYAY, M.; YADAV, S.; PATIL, S. Anchorage control during en-masse retraction with mini-implants. *The Angle Orthodontist*, v. 78, n. 1, p. 47-56, 2008.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO DURANTE O PRÉ NATAL NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA ECLÂMPSIA E PRÉ-ECLÂMPSIA

Ana Victória Lopes Ferrari¹

Fernanda dos Santos Ribeiro²

Fernanda Vicente de Souza Araújo³

Sandra Helena de Oliveira⁴

Sônia Maria da Fonseca Souza⁵

Fernanda de Medeiros Costa Lannes Barroso⁶

¹ Graduado do Curso de Enfermagem da UNIG *campus* V em Itaperuna/RJ.

² Graduado do Curso de Enfermagem da UNIG *campus* V em Itaperuna/RJ.

³ Graduado do Curso de Enfermagem da UNIG *campus* V em Itaperuna/RJ.

⁴ Mestre em Ciências das Religiões em Esfera pública. E-mail: sandrahelena0601@gmail

⁵ Doutora em Cognição e Linguagem – UENF. E-mail: sonifon1@gmail.com

⁶ Mestre em Medicina/Biomedicina. E-mail: fmedeiros.dermato@gmail.com

Palavras-chave: Eclâmpsia; Atenção Primária; Tratamento; Prevenção; Enfermagem.

INTRODUÇÃO

A gestação é um período marcado por intensas transformações fisiológicas que exigem cuidados específicos para garantir a adequada evolução da gravidez e do parto (Café et al., 2021). Entretanto, algumas mulheres desenvolvem complicações que caracterizam a gestação de alto risco, destacando-se as síndromes hipertensivas gestacionais, importantes causas de morbimortalidade materno-fetal (Cruz Neto et al., 2021; Thuler et al., 2018).

Essas síndromes incluem hipertensão arterial crônica, hipertensão gestacional, pré-eclâmpsia, pré-eclâmpsia sobreposta e eclâmpsia, sendo esta a forma mais grave, associada à ocorrência de

convulsões e risco de óbito materno e fetal (Febrasgo, 2024; Silva, 2023). Nesse contexto, o acompanhamento pré-natal na atenção primária torna-se fundamental para a adoção de medidas preventivas e terapêuticas capazes de reduzir complicações e promover o bem-estar materno-fetal (Silva, 2023).

A relevância do estudo fundamenta-se na elevada ocorrência de pré-eclâmpsia e eclâmpsia entre gestantes, evidenciando a necessidade de estratégias eficazes de prevenção e manejo, especialmente por meio da atuação do enfermeiro no pré-natal, com monitoramento contínuo, identificação precoce de fatores de risco e educação em saúde (Febrasgo, 2023; COREN-RJ, 2012).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica desenvolvida por revisão integrativa da literatura, com levantamento de estudos nas bases PUBMED, SciELO e Google Acadêmico, incluindo publicações entre 2018 e 2025 sobre estratégias de prevenção e tratamento da eclâmpsia na atenção primária.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

A pré-eclâmpsia constitui uma doença hipertensiva específica da gestação, geralmente manifestada após a 20^a semana, caracterizada por elevação da pressão arterial associada à proteinúria, sendo importante causa de morbimortalidade materno-fetal (Aguemi, 2021). Muitas vezes assintomática em seus estágios iniciais, sua identificação precoce durante o pré-natal é essencial para evitar a progressão para eclâmpsia, condição mais grave marcada por convulsões generalizadas e elevado risco para mãe e feto (Peraçoli et al., 2020).

Nesse contexto, o enfermeiro desempenha papel fundamental no acompanhamento pré-natal, atuando na detecção precoce de sinais clínicos, monitoramento da pressão arterial, avaliação laboratorial e acompanhamento do bem-estar fetal, além de desenvolver ações educativas que fortalecem a autonomia da gestante e favorecem a adesão ao cuidado (Guimarães et al., 2022; Peraçoli et al., 2020). A padronização de práticas assistenciais, como a aferição correta da pressão arterial e a educação permanente da equipe, contribui para maior segurança no atendimento.

Clinicamente, a pré-eclâmpsia pode apresentar hipertensão arterial, edema, cefaleia persistente, alterações visuais, dor epigástrica e ganho de peso rápido, enquanto a eclâmpsia associa-se a convulsões e alterações neurológicas graves (Peraçoli et al., 2020; Fonsêca, 2019). Essas condições afetam aproximadamente 5 a 7% das gestantes, especialmente primíparas, permanecendo sua etiologia ainda não completamente esclarecida (Kahhale; Francisco; Zugaib, 2018).

As complicações podem incluir edema cerebral, hemorragia intracraniana, insuficiência respiratória e coagulação intravascular disseminada na gestante, além de sofrimento fetal, prematuridade e restrição do crescimento intrauterino (Brasil, 2022). Dessa forma, a atenção primária à saúde assume papel estratégico na identificação precoce dos fatores de risco e no acompanhamento contínuo da gestante, garantindo cuidado humanizado e redução da mortalidade materna e infantil (Oliveira et al., 2019).

Mesmo em casos acompanhados em serviços especializados, a continuidade do cuidado na atenção primária permanece essencial, cabendo ao enfermeiro organizar o seguimento assistencial e articular ações multiprofissionais (Brasil, 2022). Gestantes primíparas, adolescentes, mulheres acima de 40 anos ou com comorbidades, como hipertensão, diabetes e doenças autoimunes, requerem vigilância ampliada devido ao maior risco de desenvolvimento da doença (Lourenço et al., 2020).

A assistência à gestante com pré-eclâmpsia tem como principal objetivo prevenir complicações materno-fetais por meio do controle da pressão arterial, da orientação sobre sinais de agravamento e da oferta de cuidado pré-natal qualificado, visando desfechos favoráveis para mãe e bebê (Peraçoli et al., 2020). Nesse contexto, o enfermeiro atua na linha de frente do atendimento obstétrico, realizando anamnese detalhada, exame físico completo e monitoramento contínuo da pressão arterial, medidas essenciais para o diagnóstico precoce da doença (Cerilo Filho et al., 2023).

A atuação do enfermeiro destaca-se também na implementação de ações preventivas individualizadas desde o início do pré-natal, com identificação de fatores de risco, elaboração de plano de cuidados e desenvolvimento contínuo de educação em saúde, fortalecendo o vínculo com a gestante e favorecendo a adesão ao acompanhamento (Mai; Kratzer; Martins, 2021; Fonsêca, 2019). Embora diversas estratégias terapêuticas tenham sido investigadas ao longo dos anos, como suplementações nutricionais e antioxidantes, não há evidências consistentes de eficácia preventiva significativa para a pré-eclâmpsia (Morais et al., 2022).

No tratamento, o enfermeiro participa do controle rigoroso da pressão arterial, administração e monitoramento de anti-hipertensivos e manejo do sulfato de magnésio, medicamento essencial na prevenção e tratamento das convulsões eclâmpicas, exigindo vigilância constante quanto a sinais de toxicidade (Pignatti, 2018; Fonsêca, 2019). Além disso, atua no acompanhamento do parto e na coordenação do cuidado multiprofissional, monitorando continuamente o bem-estar materno-fetal, especialmente em casos graves (Fonsêca, 2019).

Durante crises eclâmpicas, intervenções imediatas, como oxigenoterapia, controle das vias aéreas e posicionamento adequado da paciente, são fundamentais para reduzir riscos maternos e fetais (Katz et al., 2018). No período pós-parto, o acompanhamento permanece essencial para identificar

complicações tardias e garantir a recuperação segura da puérpera e o monitoramento do recém-nascido (Saraiva et al., 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eclâmpsia representa uma condição de alta gravidade na gestação, exigindo estratégias eficazes de detecção precoce e manejo adequado para redução dos riscos maternos e fetais. O estudo evidencia a atenção primária como elemento central na coordenação do cuidado, destacando a importância da continuidade assistencial e da integração entre os diferentes níveis de atenção à saúde.

Ressalta-se que a atuação do enfermeiro, aliada à padronização das práticas assistenciais e à educação permanente dos profissionais, contribui para a segurança do acompanhamento pré-natal e para a qualificação do cuidado ofertado às gestantes. A adoção de abordagens multifatoriais e individualizadas, associada a uma visão holística que considere aspectos clínicos e psicossociais, mostra-se fundamental para fortalecer a adesão ao pré-natal e melhorar os desfechos materno-fetais. Assim, o fortalecimento das ações preventivas, da coordenação do cuidado e da qualificação profissional configura-se como caminho essencial para a promoção de uma assistência pré-natal mais segura, integral e efetiva.

REFERÊNCIAS

AGUEMI, A. K. Indicadores maternos para monitorar hospitais da Rede Cegonha: uma proposta.

Ciênc. saúde coletiva., 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/4DMf4t3w5R58jJsNL47dxsz/>. Acesso em: 10 de jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Gestação de Alto Risco. Brasília-DF, 2022. Disponível

em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_gestacao_alto_risco.pdf. Acesso em: 09 de abr. 2025.

CAFÉ, M. C. V. et al. Assistência de enfermagem às alterações hemodinâmicas no período gravídico em pacientes com pré-eclâmpsia. Saúde Coletiva, v. 11, n. 64, p. 5640-5644, 2021.

Disponível em: <https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/1510/1707>.

Acesso em: 10 de jul. 2025.

CERILO FILHO, M. et al. Papel do enfermeiro no diagnóstico precoce e assistência adequada à mulher com pré-eclâmpsia. Diversitas Journal. 2023. Disponível em:

https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/2619/2230. Acesso em: 07 de jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO (COREN-RJ). Protocolos de Enfermagem na Atenção Primária à Saúde. 2012. Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4446958/4111921/enfermagem.pdf?utm_source=. Acesso em: 06 de mar. 2025.

CRUZ NETO, J. et al. Guias de assistência à mulher com síndrome hipertensiva na Atenção Primária: revisão integrativa. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 3, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/12980/11663/169944>. Acesso em: 01 de jul. 2025.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA (FEBRASGO). Diagnóstico precoce e encaminhamento para internação hospitalar é a melhor conduta para mulheres com pré-eclâmpsia. 2023. Disponível em: <https://www.febrasgo.org.br/en/revistas/item/1673-conduta-conservadora-e-o-melhor-tratamento-para-pre-eclampsia>. Acesso em: 20 de abr. 2025.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA (FEBRASGO). Síndrome hipertensivas da gravidez. 2024. Disponível em: <https://www.febrasgo.org.br/pt/noticias/item/1886-sindromes-hipertensivas-da-gravidez>. Acesso em: 21 de abr. 2025.

FONSÊCA, L. J. Atuação do enfermeiro diante da parturiente com pré-eclâmpsia/eclâmpsia. Faculdade Nova Esperança de Mossoró (FACENE), 2019. Disponível em: <https://www.sistemasfacenern.com.br/repositorio/admin/uploads/arquivos/80ea33a42bb597145ebeat77790f6fc7.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2025.

GUIMARÃES, N. O. et al. Atuação do Enfermeiro na prevenção das toxemias gravídicas. *Rev Enferm Atual In Derme*, v.96, n.39, 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1417265>. Acesso em: 10 de jul. 2025.

KAHHALE, S.; FRANCISCO, R.; ZUGAIB, M. Pré-eclâmpsia. *Revista de Medicina*. 97(2). 226-234, 2018. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revistadc/article/view/143203>. Acesso em: 10 de jul. 2025.

KATZ, L. et al. Atendimento inicial à eclampsia. Febrasgo, 2018. Disponível em:

<https://www.febrasgo.org.br/pt/noticias/item/329-atendimento-inicial-a-eclampsia>. Acesso em: 09 de jun. 2025.

LOURENÇO, I. et al. Triagem para pré-eclâmpsia no primeiro trimestre e profilaxia com aspirina: nosso primeiro ano. Rev. Bras. Ginecol. Obstet. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbgo/a/pqXSmpLBk4MwffGdy4TkW3h/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 de jul. 2025.

MORAIS, R. et al. A atuação da enfermagem na assistência realizada ao paciente com pré-eclâmpsia: revisão de literatura. Brazilian Journal of Development. 8(10), 67007–67021, 2022.

Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/53062>. Acesso em: 07 de jun. 2025.

OLIVEIRA, I. et al. Conhecimento e conduta de enfermeiros da atenção básica frente a doença hipertensiva específica da gestação. Revista Paranaense De Enfermagem. 2019. Disponível em:

https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/FAFIMAN_467229027ba58bc5499aedd7f06421f6. Acesso em: 02 de jul. 2025.

PERAÇOLI, J. C. et al. Pré-eclâmpsia/eclâmpsia – Protocolo no. 01. Rede Brasileira de Estudos sobre Hipertensão e Gravidez (RBEHG), 2020. Disponível em:

https://sogirgs.org.br/pdfs/pre_eclampsia_eclampsia_protocolo_rbehg_2020.pdf. Acesso em: 10 de jul. 2025.

PIGNATTI, K. C. G. Papel do enfermeiro na assistência a gestante portadora de pré-eclâmpsia. Faculdade Anhanguera, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/33699/1/KETYCR~1.PDF>. Acesso em: 07 de jul. 2025.

SARAIVA, I. S. et al. Principais aspectos e manejo dos distúrbios hipertensivos no pós-parto. Contribuciones a las ciencias sociales, 17(7), 2024. Disponível em:

<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/8506>. Acesso em: 10 de jul. 2025.

SILVA, W. P. Pré-eclâmpsia síndrome hipertensiva gestacional: uma revisão. Universidade de

Uberlândia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/38263>. Acesso em: 10 de jun. 2025.

THULER, A. C. de M. C. et al. Medidas preventivas das síndromes hipertensivas na gravidez na atenção primária. Rev Enferm UFPE, Recife, v.12, n.4, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaenfermagem/article/view/234605>. Acesso em: 08 de jun. 2025.

PRINCIPAIS CUIDADOS DE ENFERMAGEM PRESTADOS AOS PACIENTES PORTADORES DE DIABETES MELLITUS

Ivair da Silva Neto¹

Milena de Souza Machado²

Yasmym Araújo Silva³

Gisele Simas dos Santos⁴

Sonia Maria da Fonseca Souza⁵

Sandra Helena de Oliveira⁶

¹ Graduado do Curso de Enfermagem da Universidade Iguazu *campus* V em Itaperuna/RJ.

² Graduado do Curso de Enfermagem da Universidade Iguazu *campus* V em Itaperuna/RJ.

³ Graduado do Curso de Enfermagem da Universidade Iguazu *campus* V em Itaperuna/RJ.

⁴ Mestre em Ciências da Saúde. E-mail: simasenfermeira@yahoo.com.br

⁵ Doutora em Cognição e Linguagem. E-mail: sonifon1@gmail.com

⁶ Mestre em ciências das religiões em esfera pública – E-mail: sandrahelena0601@gmail

Palavras-chave: Rotina do enfermeiro; Ambiente hospitalar; Pressão no trabalho; Gestão do tempo; Cuidados de enfermagem ao paciente.

INTRODUÇÃO

A Diabetes Mellitus é um distúrbio metabólico caracterizado por hiperglicemia decorrente da deficiência na produção ou na ação da insulina, sendo classificada principalmente em tipo 1, tipo 2 e gestacional (Ministério da Saúde, 2025). O DM1 resulta da destruição autoimune das células β

pancreáticas, levando à deficiência absoluta de insulina e necessidade de tratamento contínuo (Sociedade Brasileira de Diabetes). O DM2, mais prevalente, está associado à resistência insulínica e/ou redução da secreção de insulina, relacionando-se a fatores como obesidade, sedentarismo e envelhecimento (Sociedade Brasileira de Diabetes). Diante do aumento da prevalência da doença e de seus agravos, este estudo busca identificar os cuidados de enfermagem efetivos no combate e controle da Diabetes Mellitus. Parte-se da questão norteadora: quais intervenções de enfermagem são realmente eficazes no manejo da doença? Considera-se que práticas fundamentadas em evidências favorecem adesão terapêutica, redução de riscos e maior autonomia do paciente (Freitas et al., 2020).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, desenvolvida por meio de revisão da literatura com base em artigos científicos recentes e fontes virtuais. A coleta de dados ocorreu entre março e setembro de 2025, utilizando o Google Acadêmico e sites governamentais como bases de consulta. Como critérios de inclusão, foram selecionados estudos a partir dos descritores: cuidados de enfermagem, diabetes, diabetes e enfermagem, atuação das equipes e enfermagem nas doenças crônicas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

As doenças crônicas são condições de longa duração e progressão lenta, frequentemente associadas ao estilo de vida e à predisposição genética (Bahia; Pittito, 2025). Entre elas, destaca-se o Diabetes Mellitus (DM), definido como doença metabólica crônica caracterizada por hiperglicemia decorrente de defeitos na secreção e/ou na ação da insulina (Ministério da Saúde, 2020). O DM1 resulta da destruição autoimune das células β pancreáticas, levando à deficiência absoluta de insulina, com início geralmente na infância ou juventude e manifestações como poliúria, polidipsia, perda de peso e fadiga (Souza et al., 2022). O DM2, forma mais prevalente, caracteriza-se por resistência à insulina e redução progressiva de sua produção, estando associado a obesidade, sedentarismo e predisposição genética, podendo permanecer assintomático por longos períodos e ser diagnosticado em exames de rotina (Sociedade Brasileira de Diabetes, 2024).

O tratamento pode envolver mudanças no estilo de vida, antidiabéticos orais e, em casos avançados, insulina (Souza et al., 2022). Ambos os tipos podem desencadear complicações agudas, como hipoglicemia e cetoacidose, e crônicas, como retinopatia, nefropatia, neuropatia e doenças

cardiovasculares, exigindo monitoramento contínuo. A diferenciação adequada entre DM1 e DM2 é fundamental para o planejamento clínico e para a organização do cuidado de enfermagem, visando à prevenção de agravos e à melhoria da qualidade de vida (Ministério da Saúde, 2020).

A revisão da literatura, com estudos publicados entre 2020 e 2025 nas bases SciELO, Google Acadêmico e SBD, identificou como principais estratégias de enfermagem no cuidado ao paciente com Diabetes Mellitus a educação em saúde, monitorização glicêmica, promoção do autocuidado e prevenção de complicações agudas e crônicas. Os achados reforçam o papel central da enfermagem na melhoria dos desfechos clínicos e na adesão ao tratamento (Silva et al., 2021).

A educação em saúde destaca-se como eixo estruturante do cuidado, favorecendo autonomia, compreensão da doença e adoção de hábitos saudáveis, como alimentação adequada, atividade física e uso correto de medicamentos (Oliveira et al., 2020). A assistência deve ser contínua, individualizada e baseada em evidências, considerando o contexto clínico e social do paciente, conforme diretrizes da American Diabetes Association (Souza et al., 2022).

Os estudos evidenciam ainda que a aplicação do processo de enfermagem possibilita planejamento sistematizado e cuidado personalizado, incluindo orientação quanto ao uso do glicosímetro, interpretação de resultados e condutas frente a alterações glicêmicas. Conclui-se que uma assistência organizada, interdisciplinar e centrada nas dimensões clínicas e psicossociais contribui para melhor controle glicêmico, redução de complicações e melhoria da qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recomenda-se o estabelecimento de metas glicêmicas individualizadas, incentivo a hábitos saudáveis, uso racional de medicamentos e monitoramento contínuo, visando prevenir complicações crônicas, reduzir custos em saúde e ampliar a autonomia do paciente. O enfermeiro destaca-se como figura central no suporte educativo e clínico, favorecendo adesão terapêutica e autocuidado.

Espera-se que esses conhecimentos sejam incorporados à prática clínica e aos programas de saúde, promovendo assistência mais eficaz e centrada no paciente com DM, com impacto positivo na qualidade e na expectativa de vida.

Apesar dos desafios relacionados à adesão ao tratamento, especialmente por se tratar de doença crônica sem cura, conclui-se que a orientação clara, o acolhimento e o acompanhamento contínuo pela equipe de enfermagem são fundamentais para o controle da doença e para melhores desfechos clínicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D.; SANTOS, J.; SANTOS, W. A importância da educação em diabetes para o autocuidado do paciente. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, Distrito Federal, v. 6, n. 13, p.1-12, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/775/717/>.

Acesso em: 10 mar. 2025.

ARAÚJO, J. et al. A importância do enfermeiro(a) na prestação autocuidado aos pacientes portadores de Diabetes Mellitus Tipo 1. Revista Eletrônica Acervo Saúde, São Paulo, v. 6, p. e9978, 2022. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/download/9978/6003/>.

Acesso em: 28 set. 2025.

BAHIA, L.; PITTITO, B. O tratamento da DM2 no SUS. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes. V. 2. [S. l.]: [s. n.], 2025. Disponível em: <https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/diabetes-mellitus-tipo-2-%28DM2%29-no-adulto/>.

Acesso em: 28 abr. 2025.

CHAVES, M.; TEIXEIRA, M.; SILVA, S. Percepções de portadores de diabetes mellitus sobre a doença: contribuição da enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem REBEn, Brasília, v. 66, n. 2, p. 215-221, mar./abr. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reben/a/jQCrpLD8fngRMYS5pbYts/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

FREITAS, M. C. et al. Cuidados de enfermagem no controle da diabetes mellitus: impacto na adesão e no autocuidado. Revista de Enfermagem Contemporânea, v. 9, n. 2, p. 150–158, 2020.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reben/a/pWf9cPCnswr7gDzSKxJr7SG/?format=pdf&lang=pt> Acesso em : 10 mar.2025.

HERDIMAN T. H.; KAMITSURU, S.; LOPES-, C. T. (orgs.). Diagnósticos de Enfermagem da NANDA-I: definições e classificação: 20212023. 12. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2021.

MARQUES, V. et al. Assistência de enfermagem ao paciente portador de diabetes. Revista de Casos e Consultoria, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 4-13, 2025. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/26229/14830>. Acesso em: 5 mar. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Diabete Melito Tipo 2.

Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/conitec/pt-](https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/protocolos/20201113_pcdt_diabete_melito_tipo_2_29_10_2020_final.pdf)

[br/midias/protocolos/20201113_pcdt_diabete_melito_tipo_2_29_10_2020_final.pdf](https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/protocolos/20201113_pcdt_diabete_melito_tipo_2_29_10_2020_final.pdf). Acesso em : 18 nov.2025.

OLIVEIRA, A. C. A. Assistência de Enfermagem na Atenção Primária e a Redução da Incidência de Diabetes Mellitus. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/7191/1/TCC%20ANA%20CAROLINE.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

RODRIGUES, J.; LIMA, F.; SANTOS, A. A atuação do enfermeiro com pacientes com diabetes mellitus na maioria das qualidade de vida. *Revista de Atenção à Saúde, São Caetano do Sul*, v. 13, n. 45, p. 84-90, jul./set. 2015. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/3102/pdf. Acesso em: 26 mar. 2025.

SOUZA, A. et al. Sociedade Brasileira de Diabetes. São Paulo: SBM, 2022. Disponível em: <https://profissional.diabetes.org.br/diretriz-sbd-2022/> Acesso em : 17 mar. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES (SBD). Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2023–2024. São Paulo: Clannad, 2024. Disponível em: <https://diretriz.diabetes.org.br/> Acesso em : 28 mar.2025.

A ENFERMAGEM NA LINHA DE FRENTE CONTRA O CÂNCER DE MAMA: ESTRATÉGIAS PARA PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO PRECOCE

Bruna Melo Tavares Chaves¹

Mariana Rhany Pinheiro Sepulveda²

Tiago Pacheco Brandão Ribeiro³

Edineth Vargas Rosestolato Hoffman⁴

Paula Hocayen de Paula⁵

Fernanda de Medeiros Costa Lannes Barroso⁶

¹ Graduado do Curso de Enfermagem da Universidade Iguazu *campus* V em Itaperuna/RJ.

² Graduado do Curso de Enfermagem da Universidade Iguazu *campus* V em Itaperuna/RJ.

³ Mestre em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente. E-mail: 0519084@professor.unig.edu.br

⁴ Mestre Em Ensino de Ciências da Saúde e do ambiente. E-mail: enhoffmann50@hotmail.com

⁵ Mestre em Ecologia e Biologia Animal. E-mail: paulapaulahocayen@gmail.com

⁶ Mestre em Medicina/Biomedicina. E-mail: fmedeiros.dermato@gmail.com

Palavras-chave: Saúde da mulher. Câncer de mama. Diagnóstico precoce.

INTRODUÇÃO

O câncer de mama é caracterizado pela multiplicação desordenada de células mamárias, formando tumores com potencial invasivo, sendo uma das neoplasias mais frequentes entre

mulheres no Brasil e um importante problema de saúde pública. A detecção precoce é essencial para aumentar as chances de tratamento eficaz e reduzir a mortalidade associada à doença (INCA, 2023). Entre os principais fatores de risco destacam-se histórico familiar, mutações genéticas, exposição prolongada a estrogênios, obesidade, consumo de álcool e sedentarismo. Assim, estratégias preventivas, como a realização de mamografias e a adoção de hábitos saudáveis, contribuem para a identificação precoce da doença e diminuição de sua incidência (Silva et al., 2020; Fiocruz, 2022). Nesse contexto, a enfermagem desempenha papel fundamental por meio da educação em saúde, acompanhamento de exames, participação em campanhas educativas e incentivo ao rastreamento, contribuindo para o diagnóstico precoce e para a humanização do cuidado (Gomes et al., 2021; Santos et al., 2022; Lima et al., 2021; Moreno, 2010).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e descritiva, realizada com o objetivo de analisar produções científicas sobre a atuação da enfermagem na prevenção e no diagnóstico precoce do câncer de mama.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

O câncer de mama permanece como uma das principais causas de mortalidade feminina, caracterizando-se pela multiplicação desordenada das células mamárias e apresentando elevada heterogeneidade biológica e epidemiológica (Xiong et al., 2025). Seu desenvolvimento está associado a fatores genéticos, hormonais e ambientais, destacando-se idade avançada, histórico familiar, fatores reprodutivos e hábitos de vida, sendo a incidência significativamente maior em mulheres (Oliveira et al., 2019). A doença possui diferentes classificações histológicas e subtipos moleculares, como Luminal A, Luminal B, HER2-enriquecido e triplo negativo, cuja identificação orienta estratégias terapêuticas específicas (Jenkins et al., 2021; Zhang et al., 2023). Além dos impactos clínicos, procedimentos como a mastectomia podem afetar aspectos emocionais e sociais das pacientes, reforçando a necessidade de ações preventivas e suporte contínuo da enfermagem (Leite et al., 2021).

Nesse contexto, a promoção da saúde destaca o papel fundamental da enfermagem, especialmente na Atenção Primária à Saúde, por meio de ações educativas, atividades comunitárias e estratégias de conscientização que favorecem a detecção precoce (Silveira et al., 2021). Entretanto, observa-se que muitas práticas ainda se concentram em cuidados gestacionais, evidenciando a necessidade de ampliar intervenções voltadas à identificação precoce de alterações mamárias (Zapponi; Tocantins;

Vargens, 2015). A educação em saúde contribui para o reconhecimento de sinais e adoção de hábitos preventivos, sendo essencial a capacitação profissional para garantir assistência integral e suporte emocional às mulheres (Silva et al., 2025; Costa et al., 2024).

A detecção precoce constitui estratégia essencial para redução da morbimortalidade, envolvendo rastreamento, diagnóstico oportuno e ações educativas conduzidas pelo enfermeiro durante consultas e atividades de promoção da saúde (Sangoi et al., 2024; Leite et al., 2021). A ausência de diagnóstico em estágios iniciais está diretamente relacionada ao aumento da mortalidade, reforçando a importância do fortalecimento das políticas públicas e da qualificação profissional (Oliveira et al., 2019). Entre as principais estratégias destacam-se educação em saúde, autoexame, exame clínico e visitas domiciliares, embora ainda existam limitações relacionadas ao conhecimento técnico e ao planejamento das ações assistenciais (Pontes et al., 2019).

Entre as medidas preventivas, a amamentação apresenta efeito protetor relevante contra o câncer de mama, contribuindo para o equilíbrio hormonal e redução do risco da doença, devendo ser incentivada pelos profissionais de saúde por meio de orientação contínua (Soares et al., 2019; Rodrigues et al., 2020; Silveira et al., 2024). Contudo, a baixa adesão ao período ideal de amamentação evidencia lacunas na conscientização e no apoio oferecido às mulheres, reforçando a necessidade de intensificação das ações educativas (Rodrigues et al., 2020).

A atuação da enfermagem mostra-se essencial em todas as etapas do cuidado, desde a prevenção até o acompanhamento terapêutico, por meio de consultas, orientações, solicitação de exames e encaminhamentos multiprofissionais, contribuindo para o diagnóstico precoce e redução da mortalidade (Leite et al., 2021; Silva; Marinho; Imbiriba, 2021). Apesar de evidências de preparo satisfatório entre profissionais da Estratégia Saúde da Família, persistem lacunas de conhecimento que demonstram a necessidade de educação permanente e fortalecimento das políticas públicas de capacitação em oncologia, visando qualificar a assistência e ampliar estratégias preventivas na atenção básica (Ferreira et al., 2023; Ferreira et al., 2020; Costa et al., 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O câncer de mama permanece como relevante problema de saúde pública, exigindo ações voltadas à prevenção e ao diagnóstico precoce. Nesse contexto, a enfermagem exerce papel essencial por meio da educação em saúde, orientação preventiva e acompanhamento das mulheres, contribuindo para a redução da morbimortalidade.

As ações incluem incentivo a hábitos saudáveis, promoção do aleitamento materno e estímulo à realização de exames e identificação precoce de alterações mamárias, favorecendo melhores

desfechos clínicos. A efetividade dessas práticas depende da capacitação contínua dos profissionais e do fortalecimento das estratégias educativas na Atenção Primária à Saúde.

Assim, destaca-se a importância da atuação da enfermagem e do investimento em qualificação profissional e políticas públicas que ampliem a prevenção e o enfrentamento do câncer de mama.

REFERÊNCIAS

FIOCRUZ. **Câncer de mama: o diagnóstico precoce pode salvar vidas**. 2022. Disponível em: <https://fiocruz.br/noticia/2022/10/cancer-de-mama-o-diagnostico-precoce-pode-salvar-vidas>.

Acesso em: 07 jun. 2025.

GOMES, R. C. A. et al. **Estratégias de prevenção do câncer de mama: revisão integrativa**.

Revista Saúde e Desenvolvimento Humano, v. 9, n. 3, 2021. Disponível em:

https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/saude_desenvolvimento/article/view/7319/pdf. Acesso em: 29 set. 2025.

JENKINS, S. et al. **Rare breast cancer subtypes**. *Current Oncology Reports*, mar. 2022.

Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8204849/>. Acesso em: 29 set. 2025.

LEITE, A. C. et al. **Assistência de enfermagem no rastreamento do câncer de mama em pacientes atendidas na Unidade Básica de Saúde**. *Research, Society and Development*, v. 10, n.

1, e8510111464, 2021. Disponível em: <https://share.google/hafpVjxmOYZpEM7S7>. Acesso em: 29 set. 2025.

LIMA, A. A. S. et al. **O enfermeiro na detecção precoce do câncer de mama na atenção básica: desafios e possibilidades**. *Revista Saber Científico*, v. 10, n. 2, p. 96-106, 2021. Disponível em:

<https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/84815237/12324-libre.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2025.

MORENO, M. L. **O papel do enfermeiro na abordagem do câncer de mama na Estratégia de Saúde da Família**. 2010. 52 f. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) – Universidade Federal de Minas Gerais, Uberaba, 2010. Disponível em:

<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0693.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2025.

OLIVEIRA, A. L. R. et al. **Fatores de risco e prevenção do câncer de mama**. *Revista Cadernos de Medicina*, v. 2, n. 3, 2019. Disponível em: <https://share.google/X4gkYW1aaa7G5QVU2>. Acesso em: 29 set. 2025.

PONTES, D. S. et al. **Ações de enfermagem frente à detecção precoce do câncer de mama.**

Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 2, n. 5, p. 290–304, 2019. Disponível em:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/319>. Acesso em: 29 set. 2025.

RODRIGUES, F. O. S. et al. **Amamentação na prevenção do câncer de mama: revisão de literatura.** *Revista Eletrônica Acervo Científico*, v. 18, e5900, 2020. Disponível em:

<https://share.google/ndWDVIDoe2nCm0fEC>. Acesso em: 29 set. 2025.

SANGOI, K. C. M. et al. **Atuação do enfermeiro na detecção precoce do câncer: revisão**

integrativa. *Research, Society and Development*, v. 13, n. 8, e8713846580, 2024. Disponível em:

<https://share.google/EDztP92RkYtjHCnf3>. Acesso em: 29 set. 2025.

SANTOS, M. F. et al. **A atuação da enfermagem frente ao câncer de mama: prevenção e diagnóstico precoce.** *Revista Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 12, n. 69, p. 10808-10814, 2022.

Disponível em:

<https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/saudecoletiva/article/download/1593/1839>.

Acesso em: 07 jun. 2025.

SILVA, J. S.; MARINHO, V. R.; IMBIRIBA, T. C. O. **Câncer de mama: o papel do enfermeiro na assistência de enfermagem ao paciente oncológico.** *Revista Ibero-Americana de*

Humanidades, Ciências e Educação, v. 7, n. 11, nov. 2021. Disponível em:

<https://share.google/PfG8ZVz2RfrhXhJ7p>. Acesso em: 29 set. 2025.

SILVA, A. L. et al. **Fatores de risco e prevenção do câncer de mama.** *Revista Cadernos de Medicina do UNIFESO*, v. 4, n. 1, p. 14–21, 2020. Disponível em:

<https://revista.unifeso.edu.br/index.php/cadernosdemedicinaunifeso/article/view/1683/778>. Acesso em: 07 jun. 2025.

SILVEIRA, C. M. et al. **Atuação da equipe de enfermagem frente à prevenção e diagnóstico**

precoce do câncer de mama: uma revisão integrativa. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 7, p. 72233-72248, jul. 2021. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/33136/pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

SILVEIRA, T. A. S. et al. **A importância da lactação exclusiva no fator de prevenção de câncer de mama.** *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 8, p. 5321-5338, 2024.

Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/3305>. Acesso em: 29 set. 2025.

SOARES, J. C. et al. **Aleitamento materno na prevenção do câncer de mama: uma revisão integrativa da literatura.** *Revista Uningá*, v. 56, S6, p. 13–22, 2019. Disponível em: <https://revista.uninga.br/uninga/article/view/1032>. Acesso em: 29 set. 2025.

XIONG, X. et al. **Breast cancer: pathogenesis and treatments.** *Signal Transduction and Targeted Therapy*, v. 10, n. 49, fev. 2025. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41392-024-02108-4>. Acesso em: 29 set. 2025.

ZHANG, T. et al. **Predicting breast cancer types on and beyond molecular level in a multi-modal fashion.** *NPJ Breast Cancer*, v. 9, n. 16, 2023. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41523-023-00517-2>. Acesso em: 29 set. 2025.

ZAPPONI, A. L. B.; TOCANTINS, F. R.; VARGENS, O. M. C. **O enfermeiro na detecção precoce do câncer de mama no âmbito da atenção primária.** *Revista Enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 33-38, jan./fev. 2015. Disponível em: <https://share.google/ahMfjoDnjbOEZVHhQ>. Acesso em: 29 set. 2025.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SÍFILIS CONGÊNITA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ENTRE 2020 E 2024: ANÁLISE COMPARATIVA COM OS DEMAIS ESTADOS DO BRASIL

Raphaela de Carvalho Cabral LIMA¹

Cristiano Guilherme Alves de OLIVEIRA²

Rondinelli de Carvalho LADEIRA³

Juliano Gomes BARRETO⁴

¹ Graduanda do Curso de Farmácia, Universidade Iguazu (UNIG), Campus V – Itaperuna/RJ.

² Docente do Curso de Farmácia da Universidade Iguazu campus V em Itaperuna/RJ. E-mail: 0505087@professor.unig.edu.br

³ Docente do Curso de Farmácia da Universidade Iguazu campus V em Itaperuna/RJ. E-mail: 0507003@professor.unig.edu.br

⁴ Docente do Curso de Farmácia da Universidade Iguazu campus V em Itaperuna/RJ. E-mail: julianobarreto@hotmail.

Palavras-chave: sífilis congênita; gestação; transmissão vertical; vigilância epidemiológica; saúde pública.

INTRODUÇÃO

A sífilis é uma infecção sexualmente transmissível causada pelo *Treponema pallidum* que, quando não diagnosticada e tratada adequadamente durante a gestação, pode ser transmitida ao feto, caracterizando a sífilis congênita. A transmissão vertical está associada a desfechos graves, como abortamento, natimortalidade, prematuridade, óbito neonatal e sequelas permanentes, configurando importante problema de saúde pública. Apesar da disponibilidade de diagnóstico simples e tratamento eficaz no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Brasil tem registrado aumento significativo de casos nas últimas décadas, evidenciando fragilidades no pré-natal, no diagnóstico oportuno e no tratamento adequado da gestante e de seu parceiro sexual. Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar o perfil epidemiológico da sífilis congênita no estado do Rio de Janeiro entre 2020 e 2024, estabelecendo comparação com os demais estados brasileiros, a fim de identificar padrões, vulnerabilidades e desafios relacionados à prevenção da transmissão vertical.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo epidemiológico, descritivo e retrospectivo, com abordagem quantitativa, realizado a partir da análise de dados secundários de domínio público. O estudo teve como foco o estado do Rio de Janeiro, com análise comparativa em relação aos demais estados brasileiros, no período de 2020 a 2024. A população compreendeu todos os casos confirmados de sífilis congênita notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) durante o intervalo analisado. Foram avaliadas variáveis sociodemográficas e clínicas, incluindo faixa etária e escolaridade materna, realização do pré-natal, momento do diagnóstico da sífilis materna, tratamento do parceiro sexual, faixa etária da criança ao diagnóstico, classificação final e evolução do caso. A coleta dos dados foi realizada por meio de consulta aos bancos públicos do DATASUS e aos Boletins Epidemiológicos de Sífilis do Ministério da Saúde. As informações foram organizadas em tabelas e gráficos para análise descritiva, permitindo comparação temporal e regional, sendo interpretadas à luz da literatura científica e das diretrizes nacionais vigentes. Por se tratar de pesquisa com dados secundários, agregados e de acesso público, sem identificação individual dos sujeitos, o estudo dispensa apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as normas éticas brasileiras.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

A sífilis congênita é reconhecida como indicador da qualidade da atenção pré-natal, pois sua ocorrência está diretamente associada à falha no diagnóstico e tratamento oportunos da sífilis materna. A transmissão vertical do *Treponema pallidum* pode ocorrer em qualquer fase da gestação e está relacionada a desfechos graves, como prematuridade, natimortalidade e óbito neonatal (Avelleira; Bottino, 2006). Apesar da disponibilidade de diagnóstico acessível e tratamento eficaz no Sistema Único de Saúde, a manutenção de taxas elevadas evidencia fragilidades assistenciais.

Os dados analisados demonstram que o estado do Rio de Janeiro acompanhou a tendência nacional entre 2020 e 2024, com aumento de casos até 2021 e redução progressiva nos anos seguintes, conforme observado em boletins oficiais (Brasil, 2024). Ainda assim, os números permanecem expressivos, indicando que as estratégias de controle não têm sido suficientes para interromper a transmissão vertical de forma consistente.

A maior concentração de casos entre gestantes de 15 a 24 anos e entre mulheres com menor escolaridade reforça a influência dos determinantes sociais da saúde, em consonância com estudos nacionais (Ramos et al., 2022). Embora a maioria das gestantes tenha realizado pré-natal, a ocorrência de diagnóstico tardio, frequentemente no parto ou pós-parto, evidencia falhas na testagem em tempo oportuno. Soma-se a isso a baixa adesão ao tratamento do parceiro sexual, fator determinante para reinfecção materna e manutenção da cadeia de transmissão (Domingues; Leal, 2016).

Assim, a análise comparativa entre o Rio de Janeiro e o cenário nacional demonstra que a sífilis congênita permanece como desafio epidemiológico relevante, exigindo qualificação da assistência pré-natal, fortalecimento da vigilância e estratégias efetivas para tratamento simultâneo do casal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permite compreender o perfil epidemiológico da sífilis congênita no estado do Rio de Janeiro entre 2020 e 2024 e compará-lo ao cenário nacional, alcançando o objetivo proposto. Os resultados demonstram que, embora haja redução gradual dos casos após 2021, a incidência permanece elevada, especialmente entre gestantes jovens e com menor escolaridade.

Verifica-se que a ampla realização do pré-natal não garante, de forma isolada, a prevenção da transmissão vertical, sobretudo diante do diagnóstico tardio e da baixa adesão ao tratamento do parceiro sexual. A predominância de casos em recém-nascidos nos primeiros dias de vida confirma a persistência de falhas na detecção e no manejo adequado da sífilis durante a gestação.

Conclui-se que a sífilis congênita permanece como importante desafio de saúde pública no estado do Rio de Janeiro e no Brasil. O enfrentamento da doença exige qualificação do pré-natal, fortalecimento da vigilância epidemiológica, ampliação da testagem em tempo oportuno e garantia do tratamento adequado da gestante e de seu parceiro, com integração efetiva entre assistência e políticas públicas voltadas à saúde materno-infantil.

REFERÊNCIAS

AVELLEIRA, João Carlos Regazzi; BOTTINO, Giuliana. Sífilis: diagnóstico, tratamento e controle. **Anais Brasileiros de Dermatologia**, Rio de Janeiro, v. 81, n. 2, p. 111–126, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0365-05962006000200002>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico – Sífilis 2024**. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/>.

DOMINGUES, Rosa Maria Soares Madeira; LEAL, Maria do Carmo. Incidência de sífilis congênita e fatores associados à transmissão vertical. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 6, e00082415, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00082415>.

RAMOS, Amanda Maués et al. Perfil epidemiológico da sífilis em gestantes no Brasil. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/REAS.e9541.2022>

DEFICIÊNCIA DE VITAMINA B12: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS CLÍNICAS E MÉTODOS LABORATORIAIS DE DIAGNÓSTICO

Maria Luísa Seghetto Lobo¹

Renan Modesto Monteiro²

Stephano Picanço Damian Rezende³

Sônia Maria da Fonseca Souza⁴

Juliano Gomes Barreto⁵

¹ Graduada do Curso de Farmácia da Universidade Iguazu campus V Itaperuna/RJ.E-mail:

220090388@aluno.unig.edu.br

²Doutor em Biociências e Biotecnologia – UENF.

³ Mestrando em Medicina Tradicional Chinesa com Ênfase em Fitoterápicos - Universidade del Atlantico.

⁴Doutora em Cognição e Linguagem. E-mail: 0504053@professor.unig.edu.br

⁵Mestre em Ensino de Ciências da Saúde e Ambiente - Unipli/RJ E-mail: 0508078@professor.unig.edu.br

Palavras-chave: Vitamina B12. Tratamento. Diagnóstico.

INTRODUÇÃO

O presente estudo delimita-se à deficiência de vitamina B12 (cobalamina), com foco em sua importância fisiológica, as consequências clínicas decorrentes da insuficiência, os aspectos epidemiológicos e fisiopatológicos envolvidos e os métodos laboratoriais utilizados no diagnóstico. O objetivo do presente estudo é oferecer um panorama abrangente sobre a importância fisiológica da vitamina B12, examinando as consequências de sua deficiência e discutindo seu papel nos processos metabólicos do organismo e contribuir para a compreensão da deficiência de vitamina B12 e para a promoção de práticas que favoreçam sua prevenção e manejo adequados.

METODOLOGIA

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica composta por artigos científicos, livros especializados e publicações técnicas. Tal metodologia possibilita uma análise crítica e detalhada do tema, integrando diferentes perspectivas teóricas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

A compreensão da deficiência de vitamina B12 evoluiu a partir dos estudos sobre anemia perniciosa, especialmente após a identificação da cobalamina como fator terapêutico essencial, em meados de 1940 (MINOT; MURPHY, 2001; SCHNEEDE, 2017).

Posteriormente, novos estudos e avanços científicos permitiram a elucidação da estrutura molecular da cobalamina, bem como, sua síntese completa (Green; Miller, 2007).

De acordo com Mouchaileh (2023), nos últimos 20 a 30 anos, a comunidade científica tem intensificado investigações direcionadas à avaliação dos níveis plasmáticos de vitamina B12, reconhecendo essa deficiência como um problema relevante de saúde pública.

A vitamina B12, ou cobalamina, é um composto que possui um anel tetrapirrólico com átomo central de cobalto, podendo apresentar-se em diferentes formas estruturais, como metilcobalamina, cianocobalamina, hidroxicobalamina e deoxiadenosilcobalamina, cada uma com funções metabólicas específicas (GREEN; MILLER, 2022; TEMOVA RAKUŠA et al., 2022).

Sua absorção envolve um processo fisiológico complexo, iniciado no estômago, onde fatores gástricos contribuem para sua liberação e biodisponibilidade. No duodeno, a vitamina associa-se ao fator intrínseco, glicoproteína essencial para sua proteção e transporte, sendo posteriormente absorvida na porção distal do íleo por meio do receptor cubilina, em um mecanismo ativo e dependente de cálcio (GREEN; MILLER, 2022; TEMOVA RAKUŠA et al., 2022).

A deficiência de vitamina B12 pode ocasionar manifestações clínicas relevantes, como anemia megaloblástica, neuropatia periférica e alterações cognitivas (JOHNSON; BRAUNSTEIN, 2024). Sua principal causa está relacionada à má absorção intestinal, que pode decorrer de doenças autoimunes, alterações anatômicas do trato gastrointestinal ou uso prolongado de determinados medicamentos.

Condições como gastrite atrófica, doença celíaca, doença de Crohn e infecção por *Helicobacter pylori*, bem como cirurgias bariátricas ou ressecções intestinais, comprometem a absorção no íleo terminal (JOHNSON; BRAUNSTEIN, 2024).

Além disso, dietas vegetarianas estritas e veganas configuram importante fator nutricional, já que a vitamina B12 está presente exclusivamente em alimentos de origem animal. O uso contínuo de fármacos como metformina, inibidores da bomba de prótons e antagonistas H2 também pode interferir na absorção da vitamina ao alterar o pH gástrico ou a ação do fator intrínseco (JOHNSON; BRAUNSTEIN, 2024).

A deficiência de vitamina B12 representa um problema relevante de saúde pública, com prevalência estimada entre 5% e 20% da população mundial, sendo mais frequente em idosos, vegetarianos, gestantes e indivíduos com distúrbios gastrointestinais. No Brasil, estudos indicam que até 14,2% das crianças podem apresentar níveis insuficientes, especialmente em contextos de insegurança alimentar (NUTRITOTAL, 2023).

Do ponto de vista fisiopatológico, a cobalamina atua como cofator em reações metabólicas essenciais, como a conversão da homocisteína em metionina e do metilmalonil-CoA em succinil-CoA, processos fundamentais ao metabolismo celular (GREEN; MILLER, 2022; O'LEARY; SAMMAN, 2010). A interrupção dessas vias leva ao acúmulo de homocisteína e ácido metilmalônico, resultando em alterações hematológicas e neurológicas, incluindo anemia megaloblástica e desmielinização do sistema nervoso (GREEN; MILLER, 2022).

A absorção da vitamina depende da integridade do estômago, pâncreas e íleo terminal, envolvendo a ação do ácido gástrico, enzimas pancreáticas, fator intrínseco e receptor cubilina, em um processo ativo e dependente de cálcio (LANGAN; ZAWISTOWSKI, 2011; GREEN; MILLER, 2022). A identificação precoce de indivíduos em risco é essencial para prevenir complicações sistêmicas e neurológicas (O'LEARY; SAMMAN, 2010).

A deficiência de vitamina B12 pode gerar manifestações clínicas variadas, desde alterações leves até danos irreversíveis. A carência interfere no metabolismo da homocisteína e nos processos de metilação, comprometendo funções fisiológicas importantes (PANIZ et al., 2005).

No âmbito hematológico, destaca-se a anemia megaloblástica, caracterizada por eritrócitos aumentados e imaturos, resultando em fadiga, palidez, taquicardia e dispneia (BORGA, 2023). A deficiência prolongada também afeta o sistema nervoso, podendo causar neuropatia periférica e, em casos avançados, degeneração combinada subaguda da medula espinhal (PANIZ et al., 2005).

Além disso, níveis reduzidos de vitamina B12 estão associados a prejuízos cognitivos e possíveis sequelas no desenvolvimento infantil (BORGA, 2023), bem como ao aumento da homocisteína sérica, fator relacionado ao risco cardiovascular (PANIZ et al., 2005). Alterações psiquiátricas e comprometimento da função imunológica também podem ocorrer em decorrência da carência prolongada (BORGA, 2023).

O diagnóstico precoce da deficiência de vitamina B12 é fundamental para prevenir danos neurológicos irreversíveis (PANIZ et al., 2005). A investigação inicia-se com avaliação clínica dos sintomas e análise de fatores de risco, como hábitos alimentares, uso de medicamentos e alterações gastrointestinais (ASSUNÇÃO; MARCELINO, 2025).

A dosagem sérica de vitamina B12 é o exame inicial, sendo necessária a avaliação de ácido metilmalônico e homocisteína em casos duvidosos (PANIZ et al., 2005; ASSUNÇÃO; MARCELINO, 2025). A pesquisa do fator intrínseco auxilia na identificação de anemia perniciosa (NUTRITOTAL, 2023), e o hemograma pode indicar anemia macrocítica (PANIZ et al., 2005). A interpretação dos exames deve sempre considerar o contexto clínico do paciente (NUTRITOTAL, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia que a deficiência de vitamina B12 constitui um problema de relevância clínica e epidemiológica, frequentemente subestimado, mas capaz de gerar importantes repercussões à saúde. Destaca-se a importância da detecção precoce, considerando que os sinais iniciais podem ser inespecíficos e confundidos com outras condições.

Compreender os fatores de risco, os mecanismos fisiopatológicos e os grupos mais vulneráveis se mostra essencial para um manejo adequado. Assim, o reconhecimento antecipado da deficiência, aliado a um diagnóstico criterioso, representa a principal estratégia para garantir tratamento eficaz e prevenir complicações, reforçando a necessidade de aprimoramento das ações de diagnóstico e prevenção na prática em saúde.

REFERÊNCIAS

ALPERS, D. H.; RUSSELL-JONES, G. Gastric intrinsic factor: **The gastric and small intestinal stages of cobalamin absorption. A personal journey.** Biochimie. 2013. Disponível em: View of Vitamina B12: funções metabólicas e impactos para a saúde Acesso em 12 de Set. 2025.

ASSUNÇÃO, L. M. de; MARCELINO, F. A. **Nova diretriz de diagnóstico de deficiência de vitamina B12.** TadeClinicagem, 2025. Disponível em: <https://www.tadeclinicagem.com.br/guia/412/nova-diretriz-de-diagnostico-de-deficiencia-de-vitamina-b12/>. Acesso em: 04 nov. 2025.

BORGA, C. R. **Deficiência de vitamina B12 e seu manejo clínico: uma revisão narrativa.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/252609>. Acesso em: 04 nov. 2025.

GREEN, R.; MILLER, J. W. **Vitamin B12. Handbook of Vitamins, p. 413, 2007.** Disponível em: View of Vitamina B12: funções metabólicas e impactos para a saúde Acesso em 12 de Set. 2025.

GREEN, R.; MILLER, J.W. **Vitamin B12 deficiency. In: Vitamins and hormones.** Academic Press, 2022. Disponível em: View of Vitamina B12: funções metabólicas e impactos para a saúde Acesso em 12 de Set. 2025.

JOHNSON, L. E.; BRAUNSTEIN, G. D. **Deficiência de vitamina B12. In: Manuais MSD – Edição Profissional.** [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt/profissional/dist%C3%BArbios-nutricionais/defici%C3%Aancia-depend%C3%Aancia-e-toxicidade-das-vitaminas/defici%C3%Aancia-de-vitamina-b12>. Acesso em: 04 nov. 2025.

LANGAN, R. C.; ZAWISTOSKI, K. J. **Update on vitamin B12 deficiency. American Family Physician, 2011.** Disponível em: <https://www.aafp.org/pubs/afp/issues/2011/0615/p1425.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MINOT, G. R.; MURPHY, W.P. **Treatment of pernicious anemia by a special diet.** 1926. The Yale journal of biology and medicine, 2001. Disponível em: View of Vitamina B12: funções metabólicas e impactos para a saúde. Acesso em 12 de Set. 2025.

MOUCHAILEH, N. **Deficiência de vitamina B12 em idosos: uma abordagem prática para reconhecimento e tratamento.** Journal of Pharmacy Practice and Research, 2023. Disponível em: View of Vitamina B12: funções metabólicas e impactos para a saúde Acesso em 12 de Set. 2025.

NUTRITOTAL. **Consenso Brasileiro sobre deficiência de vitamina B12.** São Paulo, 2023. Disponível em: <https://nutritotal.com.br/pro/material/deficiencia-de-vitamina-b12/>. Acesso em: 04 nov. 2025.

O'LEARY, F.; SAMMAN, S. **Vitamin B12 in health and disease.** *Nutrients*, 2010.

Disponível em: <https://www.mdpi.com/2072-6643/2/3/299>. Acesso em: 20 nov. 2025.

PANIZ, C.; GROTO, D.; SCHMITT, G C. et al. **Fisiopatologia da deficiência de vitamina B12 e seu diagnóstico laboratorial.** *Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial*, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpml/a/ds8PKDSTTBsXBhtfHqncT8M/>. Acesso em: 04 nov. 2025.

SCHNEEDE, J. **Milestones in the Discovery of Pernicious Anemia and its Treatment.** In: *Vitamin B12.* CRC Press, 2017. Disponível em: *View of Vitamina B12: funções metabólicas e impactos para a saúde* Acesso em 12 de Set. 2025.

TEMOVA RAKUŠA, A. et al. **Vitamin B12 deficiency and neurological outcomes: a clinical review.** *Journal of Clinical Nutrition*, London, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jcnut.2022.04.005>. Acesso em: 04 nov. 2025.

A ENFERMAGEM NA LINHA DE FRENTE CONTRA O CÂNCER DE MAMA: ESTRATÉGIAS PARA PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO PRECOCE

Bruna Melo Tavares Chaves¹

Mariana Rhany Pinheiro Sepulveda²

Tiago Pacheco Brandão Ribeiro³

Edineth Vargas Rosestolato Hoffman⁴

Paula Hocayen de Paula⁵

Fernanda de Medeiros Costa Lannes Barroso⁶

¹ Graduado do Curso de Enfermagem da Universidade Iguazu *campus* V em Itaperuna/RJ.

² Graduado do Curso de Enfermagem da Universidade Iguazu *campus* V em Itaperuna/RJ.

³ Mestre em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente. E-mail: 0519084@professor.unig.edu.br

⁴ Mestre Em Ensino de Ciências da Saúde e do ambiente. E-mail: enfhoffmann50@hotmail.com

⁵ Mestre em Ecologia e Biologia Animal. E-mail: paulapaulahocayen@gmail.com

⁶ Mestre em Medicina/Biomedicina. E-mail: fmedeiros.dermato@gmail.com

Palavras-chave: Saúde da mulher. Câncer de mama. Diagnóstico precoce.

INTRODUÇÃO

O câncer de mama é caracterizado pela multiplicação desordenada de células mamárias, formando tumores com potencial invasivo, sendo uma das neoplasias mais frequentes entre mulheres no Brasil e um importante problema de saúde pública. A detecção precoce é essencial para aumentar as chances de tratamento eficaz e reduzir a mortalidade associada à doença (INCA, 2023). Entre os principais fatores de risco destacam-se histórico familiar, mutações genéticas, exposição prolongada a estrogênios, obesidade, consumo de álcool e sedentarismo. Assim, estratégias preventivas, como a realização de mamografias e a adoção de hábitos saudáveis, contribuem para a identificação precoce da doença e diminuição de sua incidência (Silva et al., 2020; Fiocruz, 2022). Nesse contexto, a enfermagem desempenha papel fundamental por meio da educação em saúde, acompanhamento de exames, participação em campanhas educativas e incentivo ao rastreamento, contribuindo para o diagnóstico precoce e para a humanização do cuidado (Gomes et al., 2021; Santos et al., 2022; Lima et al., 2021; Moreno, 2010).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e descritiva, realizada com o objetivo de analisar produções científicas sobre a atuação da enfermagem na prevenção e no diagnóstico precoce do câncer de mama.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

O câncer de mama permanece como uma das principais causas de mortalidade feminina, caracterizando-se pela multiplicação desordenada das células mamárias e apresentando elevada heterogeneidade biológica e epidemiológica (Xiong et al., 2025). Seu desenvolvimento está associado a fatores genéticos, hormonais e ambientais, destacando-se idade avançada, histórico familiar, fatores reprodutivos e hábitos de vida, sendo a incidência significativamente maior em mulheres (Oliveira et al., 2019). A doença possui diferentes classificações histológicas e subtipos moleculares, como Luminal A, Luminal B, HER2-enriquecido e triplo negativo, cuja identificação orienta estratégias terapêuticas específicas (Jenkins et al., 2021; Zhang et al., 2023). Além dos impactos clínicos, procedimentos como a mastectomia podem afetar aspectos emocionais e sociais das pacientes, reforçando a necessidade de ações preventivas e suporte contínuo da enfermagem (Leite et al., 2021).

Nesse contexto, a promoção da saúde destaca o papel fundamental da enfermagem, especialmente na Atenção Primária à Saúde, por meio de ações educativas, atividades comunitárias e estratégias de conscientização que favorecem a detecção precoce (Silveira et al., 2021). Entretanto, observa-se que muitas práticas ainda se concentram em cuidados gestacionais, evidenciando a necessidade de ampliar intervenções voltadas à identificação precoce de alterações mamárias (Zapponi; Tocantins; Vargens, 2015). A educação em saúde contribui para o reconhecimento de sinais e adoção de hábitos preventivos, sendo essencial a capacitação profissional para garantir assistência integral e suporte emocional às mulheres (Silva et al., 2025; Costa et al., 2024).

A detecção precoce constitui estratégia essencial para redução da morbimortalidade, envolvendo rastreamento, diagnóstico oportuno e ações educativas conduzidas pelo enfermeiro durante consultas e atividades de promoção da saúde (Sangoi et al., 2024; Leite et al., 2021). A ausência de diagnóstico em estágios iniciais está diretamente relacionada ao aumento da mortalidade, reforçando a importância do fortalecimento das políticas públicas e da qualificação profissional (Oliveira et al., 2019). Entre as principais estratégias destacam-se educação em saúde, autoexame, exame clínico e visitas domiciliares, embora ainda existam limitações relacionadas ao conhecimento técnico e ao planejamento das ações assistenciais (Pontes et al., 2019).

Entre as medidas preventivas, a amamentação apresenta efeito protetor relevante contra o câncer de mama, contribuindo para o equilíbrio hormonal e redução do risco da doença, devendo ser incentivada pelos profissionais de saúde por meio de orientação contínua (Soares et al., 2019; Rodrigues et al., 2020; Silveira et al., 2024). Contudo, a baixa adesão ao período ideal de amamentação evidencia lacunas na conscientização e no apoio oferecido às mulheres, reforçando a necessidade de intensificação das ações educativas (Rodrigues et al., 2020).

A atuação da enfermagem mostra-se essencial em todas as etapas do cuidado, desde a prevenção até o acompanhamento terapêutico, por meio de consultas, orientações, solicitação de exames e encaminhamentos multiprofissionais, contribuindo para o diagnóstico precoce e redução da mortalidade (Leite et al., 2021; Silva; Marinho; Imbiriba, 2021). Apesar de evidências de preparo satisfatório entre profissionais da Estratégia Saúde da Família, persistem lacunas de conhecimento que demonstram a necessidade de educação permanente e fortalecimento das políticas públicas de capacitação em oncologia, visando qualificar a assistência e ampliar estratégias preventivas na atenção básica (Ferreira et al., 2023; Ferreira et al., 2020; Costa et al., 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O câncer de mama permanece como relevante problema de saúde pública, exigindo ações voltadas à prevenção e ao diagnóstico precoce. Nesse contexto, a enfermagem exerce papel essencial por meio da educação em saúde, orientação preventiva e acompanhamento das mulheres, contribuindo para a redução da morbimortalidade.

As ações incluem incentivo a hábitos saudáveis, promoção do aleitamento materno e estímulo à realização de exames e identificação precoce de alterações mamárias, favorecendo melhores desfechos clínicos. A efetividade dessas práticas depende da capacitação contínua dos profissionais e do fortalecimento das estratégias educativas na Atenção Primária à Saúde.

Assim, destaca-se a importância da atuação da enfermagem e do investimento em qualificação profissional e políticas públicas que ampliem a prevenção e o enfrentamento do câncer de mama.

REFERÊNCIAS

FIOCRUZ. **Câncer de mama: o diagnóstico precoce pode salvar vidas**. 2022. Disponível em:

<https://fiocruz.br/noticia/2022/10/cancer-de-mama-o-diagnostico-precoce-pode-salvar-vidas>.

Acesso em: 07 jun. 2025.

GOMES, R. C. A. et al. **Estratégias de prevenção do câncer de mama: revisão integrativa**.

Revista Saúde e Desenvolvimento Humano, v. 9, n. 3, 2021. Disponível em:

https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/saude_desenvolvimento/article/view/7319/pdf. Acesso

em: 29 set. 2025.

JENKINS, S. et al. **Rare breast cancer subtypes**. *Current Oncology Reports*, mar. 2022.

Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8204849/>. Acesso em: 29 set. 2025.

LEITE, A. C. et al. **Assistência de enfermagem no rastreamento do câncer de mama em pacientes atendidas na Unidade Básica de Saúde**. *Research, Society and Development*, v. 10, n.

1, e8510111464, 2021. Disponível em: <https://share.google/hafpVjxmOYZpEM7S7>. Acesso em: 29

set. 2025.

LIMA, A. A. S. et al. **O enfermeiro na detecção precoce do câncer de mama na atenção básica: desafios e possibilidades**. *Revista Saber Científico*, v. 10, n. 2, p. 96-106, 2021. Disponível em:

<https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/84815237/12324-libre.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2025.

MORENO, M. L. **O papel do enfermeiro na abordagem do câncer de mama na Estratégia de Saúde da Família**. 2010. 52 f. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) – Universidade Federal de Minas Gerais, Uberaba, 2010. Disponível em:

<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0693.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2025.

OLIVEIRA, A. L. R. et al. **Fatores de risco e prevenção do câncer de mama.** *Revista Cadernos de Medicina*, v. 2, n. 3, 2019. Disponível em: <https://share.google/X4gkYW1aaa7G5QVU2>. Acesso em: 29 set. 2025.

PONTES, D. S. et al. **Ações de enfermagem frente à detecção precoce do câncer de mama.** *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, v. 2, n. 5, p. 290–304, 2019. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/319>. Acesso em: 29 set. 2025.

RODRIGUES, F. O. S. et al. **Amamentação na prevenção do câncer de mama: revisão de literatura.** *Revista Eletrônica Acervo Científico*, v. 18, e5900, 2020. Disponível em: <https://share.google/ndWDVIDoe2nCm0fEC>. Acesso em: 29 set. 2025.

SANGOI, K. C. M. et al. **Atuação do enfermeiro na detecção precoce do câncer: revisão integrativa.** *Research, Society and Development*, v. 13, n. 8, e8713846580, 2024. Disponível em: <https://share.google/EDztP92RkYtjHCnf3>. Acesso em: 29 set. 2025.

SANTOS, M. F. et al. **A atuação da enfermagem frente ao câncer de mama: prevenção e diagnóstico precoce.** *Revista Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 12, n. 69, p. 10808-10814, 2022. Disponível em: <https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/saudecoletiva/article/download/1593/1839>. Acesso em: 07 jun. 2025.

SILVA, J. S.; MARINHO, V. R.; IMBIRIBA, T. C. O. **Câncer de mama: o papel do enfermeiro na assistência de enfermagem ao paciente oncológico.** *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 7, n. 11, nov. 2021. Disponível em: <https://share.google/PfG8ZVz2RfrhXhJ7p>. Acesso em: 29 set. 2025.

SILVA, A. L. et al. **Fatores de risco e prevenção do câncer de mama.** *Revista Cadernos de Medicina do UNIFESO*, v. 4, n. 1, p. 14–21, 2020. Disponível em: <https://revista.unifeso.edu.br/index.php/cadernosdemedicinaunifeso/article/view/1683/778>. Acesso em: 07 jun. 2025.

SILVEIRA, C. M. et al. **Atuação da equipe de enfermagem frente à prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama: uma revisão integrativa.** *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 7, p. 72233-72248, jul. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/33136/pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

SILVEIRA, T. A. S. et al. **A importância da lactação exclusiva no fator de prevenção de câncer de mama.** *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 8, p. 5321-5338, 2024.

Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/3305>. Acesso em: 29 set. 2025.

SOARES, J. C. et al. **Aleitamento materno na prevenção do câncer de mama: uma revisão integrativa da literatura.** *Revista Uningá*, v. 56, S6, p. 13–22, 2019. Disponível em:

<https://revista.uninga.br/uninga/article/view/1032>. Acesso em: 29 set. 2025.

XIONG, X. et al. **Breast cancer: pathogenesis and treatments.** *Signal Transduction and Targeted Therapy*, v. 10, n. 49, fev. 2025. Disponível em: [https://www.nature.com/articles/s41392-024-](https://www.nature.com/articles/s41392-024-02108-4)

02108-4. Acesso em: 29 set. 2025.

ZHANG, T. et al. **Predicting breast cancer types on and beyond molecular level in a multi-modal fashion.** *NPJ Breast Cancer*, v. 9, n. 16, 2023. Disponível em:

<https://www.nature.com/articles/s41523-023-00517-2>. Acesso em: 29 set. 2025.

ZAPPONI, A. L. B.; TOCANTINS, F. R.; VARGENS, O. M. C. **O enfermeiro na detecção precoce do câncer de mama no âmbito da atenção primária.** *Revista Enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 33-38, jan./fev. 2015. Disponível em:

<https://share.google/ahMfjoDnjbOEZVHhQ>. Acesso em: 29 set. 2025.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO PERÍODO PERIOPERATÓRIO EM PACIENTES PEDIÁTRICOS

Carlos Eduardo Simão Mendes Fernandes¹

Thiago José Franco de Oliveira Sacre²

Victor Irineu da Silva Mello³

Carmen Cardilo Lima⁴

Sônia Maria da Fonseca Souza⁵

André Silva de Souza⁶

¹ Graduado do Curso de Enfermagem da Universidade Iguazu *campus V* em Itaperuna/RJ.

² Graduado do Curso de Enfermagem da Universidade Iguazu *campus V* em Itaperuna/RJ.

³ Graduado do Curso de Enfermagem da Universidade Iguazu *campus V* em Itaperuna/RJ.

⁴ Mestre em Medicina e Biomedicina. Email: carmencardilo@gmail.com

⁵ Doutora em Cognição e Linguagem – UENF. E-mail: sonifon1@gmail.com

⁶ Mestre em Ciências das Religiões em Esfera Pública. E-mail: andredesouza1@hotmail.com

Palavras-chave: Atendimento Humanizado. Enfermagem. Pediatria. Período Perioperatório.

INTRODUÇÃO

A saúde infantil tem recebido crescente atenção global, considerando a vulnerabilidade das crianças e a necessidade de cuidados prioritários. A hospitalização e os procedimentos cirúrgicos representam experiências estressantes para a criança e sua família, exigindo da enfermagem uma assistência que contemple não apenas aspectos físicos, mas também psicossociais, a fim de reduzir sofrimento e promover uma experiência hospitalar mais positiva.

No contexto da cirurgia pediátrica, a equipe de enfermagem exerce papel fundamental em todo o período perioperatório, atuando no preparo pré-operatório, na assistência durante o procedimento e nos cuidados pós-operatórios, buscando prevenir complicações e garantir segurança ao paciente. O cuidado envolve monitoramento clínico, orientação à família, avaliação contínua e intervenções que favoreçam a recuperação e o bem-estar da criança.

Assim, a assistência de enfermagem no perioperatório pediátrico destaca-se como elemento essencial para o cuidado integral, humanizado e seguro, contribuindo para a promoção da saúde e para a melhoria da qualidade da assistência prestada.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, realizada por meio do levantamento de estudos em fontes secundárias, como artigos científicos e trabalhos acadêmicos. A busca foi conduzida nas plataformas Google Acadêmico e SciELO, considerando publicações dos últimos seis anos, utilizando descritores relacionados à enfermagem pediátrica nos períodos pré, intra e pós-operatório. Foram incluídos estudos originais e revisões que abordassem a assistência de enfermagem no perioperatório pediátrico, sendo excluídos trabalhos duplicados, sem acesso completo ou que não contemplassem diretamente a temática.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

A literatura evidencia que o enfermeiro possui papel determinante no cuidado integral à criança hospitalizada, sendo responsável por promover assistência que contemple aspectos físicos, emocionais e sociais. A atuação da enfermagem envolve a prevenção de complicações, identificação precoce de agravos, prescrição de cuidados e apoio contínuo aos familiares, contribuindo para a promoção da saúde, recuperação e bem-estar da criança (Monteiro, 2022). Nesse contexto, o cuidado pediátrico exige habilidades técnicas aliadas à empatia, comunicação e raciocínio clínico,

permitindo ao profissional compreender as particularidades do paciente infantil e minimizar os impactos negativos da hospitalização (Sales et al., 2023). O cuidado integral inclui avaliação contínua, apoio psicológico, trabalho em equipe, ações preventivas e atendimento humanizado, ultrapassando a dimensão técnico-assistencial e considerando a criança em sua totalidade (Bezerra Sobrinho et al., 2018; Couto, 2022; Ferreira Júnior et al., 2023).

No período pré-operatório pediátrico, a atuação da enfermagem concentra-se na preparação física e psicológica da criança e de seus familiares, com foco na redução da ansiedade e no fortalecimento da cooperação com a equipe de saúde. O enfermeiro realiza orientações, educação em saúde e acolhimento, promovendo melhor compreensão do procedimento cirúrgico e oferecendo suporte emocional durante esse processo (Acioly et al., 2019; Nascimento e Nascimento, 2023). Entre os cuidados realizados destacam-se a avaliação clínica completa, verificação do jejum, análise de exames, administração medicamentosa e observação do comportamento infantil, considerando que fatores psicológicos influenciam diretamente na recuperação cirúrgica (Silva et al., 2023; Santos, 2018; Albino Filho et al., 2020).

No intraoperatório, o enfermeiro exerce funções assistenciais e gerenciais voltadas à segurança do paciente, prevenção de complicações e organização do ambiente cirúrgico. Suas atribuições incluem monitorização contínua dos sinais vitais, controle de materiais e medicamentos, posicionamento adequado do paciente, manutenção da assepsia e comunicação com a equipe multiprofissional (Santos et al., 2021; Silva et al., 2020). Além disso, cabe ao profissional acompanhar o paciente durante todo o procedimento, identificar alterações clínicas e comunicar imediatamente intercorrências, garantindo assistência segura e sistematizada (Soares et al., 2025). Competências como rigor técnico, ética profissional e capacidade de tomada de decisão são essenciais para assegurar a integridade da criança durante o ato cirúrgico (Pereira et al., 2024).

No período pós-operatório pediátrico, a equipe de enfermagem desempenha papel fundamental na monitorização clínica, prevenção de infecções, controle da dor e promoção da recuperação segura. A assistência envolve avaliação hemodinâmica contínua, administração medicamentosa, cuidados com curativos, orientação aos familiares e identificação precoce de complicações, contribuindo para a redução do tempo de internação e melhora do prognóstico (Saganski et al., 2022; Correia et al., 2023). A presença constante da enfermagem favorece o acompanhamento da evolução da criança e o suporte emocional à família, sendo a comunicação elemento essencial para a qualidade do cuidado (Silva et al., 2019; Reis e Santiago, 2019). Nesse contexto, o enfermeiro atua de forma organizada e multidimensional, exigindo elevada competência técnica e científica para garantir assistência integral (Cabral e Chaves, 2020).

A humanização do cuidado se apresenta como elemento transversal em todas as fases perioperatórias. Estratégias como orientações prévias, uso de brinquedos terapêuticos, materiais educativos e participação familiar contribuem para reduzir medo, ansiedade e impactos emocionais da hospitalização (Noetzold et al., 2022). Durante o intraoperatório, práticas acolhedoras e lúdicas favorecem experiências menos traumáticas, enquanto no pós-operatório a presença dos familiares fortalece a segurança emocional da criança e a parceria com a equipe de enfermagem (Silva, 2023; Anastácio et al., 2014). Estudos apontam que ações humanizadas promovem melhora nos parâmetros psicológicos, maior aceitação do tratamento e colaboração da criança no processo terapêutico (Abud et al., 2024; Santos et al., 2024).

De modo geral, observa-se consenso na literatura quanto à relevância da atuação do enfermeiro no período perioperatório pediátrico. A assistência sistematizada, humanizada e baseada em evidências contribui diretamente para a segurança, bem-estar e recuperação integral da criança, evidenciando que o cuidado de enfermagem é elemento central para o sucesso do tratamento cirúrgico e para a promoção da saúde pediátrica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou a relevância da atuação do profissional de enfermagem na assistência pediátrica durante todo o período perioperatório, destacando sua participação contínua desde a internação até a alta hospitalar. A enfermagem exerce papel essencial na promoção da saúde e na recuperação das crianças, contribuindo para a prevenção de complicações e para a preservação do bem-estar físico e emocional dos pacientes pediátricos.

Observou-se que, nas diferentes fases perioperatórias, o enfermeiro assume responsabilidades específicas que garantem a segurança do cuidado. No pré-operatório, destaca-se a avaliação clínica da criança e o preparo para o procedimento cirúrgico; no intraoperatório, a prevenção de intercorrências e o monitoramento contínuo; e no pós-operatório, o controle da dor, a vigilância de sinais de infecção e o acompanhamento da evolução clínica, assegurando assistência integral e qualificada.

Além dos aspectos técnicos, a humanização do cuidado mostrou-se elemento fundamental para a evolução clínica pediátrica, contribuindo para a redução do medo, da ansiedade e do sofrimento associados à hospitalização. Estratégias lúdicas e comunicação clara com familiares fortalecem o

vínculo entre equipe, criança e responsáveis, favorecendo maior adesão ao tratamento e recuperação mais segura.

Dessa forma, conclui-se que a atuação da enfermagem é indispensável no cuidado perioperatório pediátrico, sendo determinante para a qualidade da assistência, segurança do paciente e promoção de um atendimento integral, humanizado e eficaz à criança e sua família.

REFERÊNCIAS

ABUD, A. C. F; SILVA, G. B; ANDRADE, J. V. J; SANTANA, L. B. F; VALERIANO, M. S; SANTOS, Y. G. Técnicas de humanização na assistência pediátrica hospitalar: Uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, Aracaju, v. 13, n. 2, p. 1-15, fev./mar. 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v13i2.45138>. Acesso em: 7 set. 2025.

ACIOLY, P. G. M; PAIVA, E. D; SILVA, T. P. Intervenções de enfermagem para o paciente pediátrico em pré operatório. *Revista Nursing*, Niterói, v. 22, n. 253, p. 2999-3005, abr./mai. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36489/nursing.2019v22i253p2999-3005>. Acesso em: 11 abr. 2025.

ALBINO FILHO, M. A; RODRIGUES, B; SILVA, G. S; LIMA, J. M. Percepção dos enfermeiros sobre a visita pré-operatória de enfermagem na pediatria. *Revista Eletrônica Acervo Enfermagem*, São Paulo, v. 3, p. 1-7, abr./mai. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/REAenf.e3662.2020>. Acesso em: 01 jun. 2025.

ANASTÁCIO, D. S; SOUZA, M. I. T. P; AQUINO, L. A. M. Humanização do cuidado à criança em unidade de recuperação pós-anestésica. *Revista SOBECC*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 136-141, fev./mai. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/sobecc.2014.021>. Acesso em: 7 set. 2025.

BEZERRA SOBRINHO, A; VANCONCELOS, A. K. A; LEITE-SALGUEIRO, C. D. B. O Cuidado Integral Como Uma Missão da Enfermagem: Uma Revisão Integrativa da Literatura. *Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, Recife, v. 12, n. 42, p. 790-804, nov./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/online.v12i42.1412>. Acesso em: 23 mai. 2025.

CABRAL, J. V. B; CHAVES, J. S. C. Cuidado de enfermagem no pós-operatório de cirurgia cardíaca pediátrica: revisão integrativa. *Revista Enfermagem Contemporânea*, Salvador, v. 9, n. 1, p. 118-126, nov./jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17267/2317-3378rec.v9i1.2597>. Acesso em: 6 set. 2025.

CORREIA, A. B; MOURA, J. L; CORREIA, M. A. O. S; CARVALHO, W. O; ARAÚJO, A. R. B. S. Cuidados de enfermagem no pós-operatório de crianças submetidas à cirurgia cardíaca. *Brazilian*

Journal of Development, Curitiba, v. 9, n. 4, p. 13284-13297, mar./abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv9n4-047>. Acesso em: 6 set. 2025.

COUTO, A. P. P. A Importância da Assistência de Enfermagem à Criança Hospitalizada. 2022. 29 f. TCC (Graduação em Enfermagem) - Centro Universitário Atenas, Paracatu. 2022.

FERREIRA JÚNIOR, A. R; ABRANTES NETO, A; ALVES, M. R; RODRIGUES, A. B. M; OLIVEIRA, V. M. Interface entre a enfermagem e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança. Contribuciones a Las Ciencias Sociales, São José dos Pinhais, v. 16, n. 7, p. 7535-7544, jun./jul. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.7-199>. Acesso em: 25 mai. 2025.

HONESKO, L. T. A; QUARANTA, G. F; ALMEIDA, R. E; SOUZA, L. T. C. Seguimento do procedimento anestésico em crianças submetidas a cirurgias pediátricas: da admissão à alta do centro cirúrgico. Health Residencies Journal, Rio de Janeiro, v. 5, n. 24, p. 25-34, dez./abr. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51723/hrj.v5i24.801>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MONTEIRO, G. C. Cuidado Integral à Criança na Atenção Primária à Saúde Com Enfoque Para a Atuação do Enfermeiro: Revisão Integrativa. 2022. 46 f. TCC (Graduação em Enfermagem) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia. 2022.

NASCIMENTO, C. C. S; NASCIMENTO, M. S. A Importância dos Cuidados de Enfermagem no Período Pré-Operatório. Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 1-14, abr./mai. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.56166/remici.2023.5.v2n3.18.32>. Acesso em: 29 mai. 2025.

NOETZOLD, E. A. G; KRAHL, M; CAMARGO, C. A; SANTOS, K. P. P; POZZEBON, B. R; EBERHARDT, T. C. Ações de cuidado no preparo pré-operatório à criança submetida a procedimentos cirúrgicos. Revista Ciência & Humanização - Hospital de Clínicas de Passo Fundo, Passo Fundo, v. 2, n. 1, p. 67-82, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/2185320.2.1-10>. Acesso em: 7 set. 2025.

PEREIRA, C; RAUBER, B. J; SILVA, K. C. A; RICCI, H. A. O Acolhimento de Enfermagem no Perioperatório de Pacientes da Ortopediatria. Revista Científica Mato Grossense de Saúde - REMAS, Rondonópolis, v. 1, n. 1, p. 271-286, mai./jun. 2024. Disponível em: <https://revistas.fasipe.com.br/index.php/REMAS/article/view/317/285>. Acesso em: 18 ago. 2025.

REIS, A. J. A; SANTIAGO, R. F. Cuidados de enfermagem no pós-operatório de anorretoplastia sagital superior: relato de experiência. Revista Interdisciplinar Centro Universitário Uninovafapi,

Teresina, v. 12, n. 4, p. 65-68, ago./set. 2019. Disponível em:

<https://revistainterdisciplinar.uninofapi.edu.br/revinter/article/view/1695/0>. Acesso em: 6 set. 2025.

SAGANSKI, G. F; PADILHA, A. P; ROWE, M. C. S; VASQUES, J. R. Cuidados de enfermagem no pós-operatório imediato de cirurgia cardíaca em pacientes pediátricos: revisão de escopo. Revista Sociedade Brasileira de Enfermagem Pediátrica, Curitiba, v. 22, p. 1-7, set./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.31508/1676-379320220014>. Acesso em: 6 set. 2025.

SALES, D. C; SILVA, L. S; REBELATO, A. M. S; ITIYAMA, A. F. A; MAXIMIANO, D. N. G; MARCONI, C. B; DEPIERI, M; DANTAS, L. F. S. Atuação da Enfermagem na Saúde da Criança. Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research, Arapongas, v. 41, n. 2, p. 101-106, dez./fev. 2023. Disponível em: <http://www.mastereditora.com.br/bjscr>. Acesso em: 22 mai. 2025.

SANTOS, K. M. G; SILVA, A. C; SILVA, F. T. M; SANTANA, G. B; MARTINS, M. L. L; SILVA, C. C; ALVES, A. C. B; GOMES, L. E. S; GÓIS, L. L; SANTOS, R. O. Assistência de Enfermagem no Transoperatório ao Paciente Cirúrgico. Revista Eletrônica Acervo Saúde, Caruaru, v. 13, n. 10, p. 1-10, set./out. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/REAS.e8878.2021>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SANTOS, M. V. V. S. Cuidados de Enfermagem a Crianças no Pré e Pós Operatório de Cirurgias Para Correção de Cardiopatias Congênitas. 19º Congresso Nacional de Iniciação Científica, São Paulo, p. 1-11, 2018. Disponível em: <https://conic-semesp.org.br/anais/files/2019/trabalho-1000004037.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2025.

SANTOS, A. L. C; OLIVEIRA, F. F. B; CORDEIRO, S. C. A Humanização dos Cuidados de Enfermagem em Cirurgia Pediátrica. Brazilian Journal of Implantology And Health Sciences, Manaus, v. 6, n. 11, p. 3727-3740, out./nov. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n11p3741-3763>. Acesso em: 8 abr. 2025.

SILVA, C. S; MANGIAVACCHI; LIMA, C. C. Assistência de Enfermagem a Recém-Nascidos Submetidos à Cirurgia Pediátrica. Revista Científica Interdisciplinar - MULTIPLOS@CESSOS, Bom Jesus do Itabapoana, v. 2, n. 5, p. 132-217, nov./dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.51721/2526-4036/v5n2a10>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SILVA, F. R; SILVA, T. S; SILVA, C. C. Cuidados de Enfermagem à Criança no Período Perioperatório. Revista ft, Rio de Janeiro, v. 27, n. 128, p. 1-11, mar./abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10211721>. Acesso em: 30 mai. 2025.

SILVA, G. S; SANTOS, L. S; SILVA, A. C. G; RAMOS, I. O; BONFIM, I. M; STUDART, R. M. B. Sistematização da Assistência de Enfermagem no Pós-Operatório de Transplante Renal Pediátrico. *Enfermagem em Foco*, Fortaleza, v. 11, n. 1, p. 75-80, jul./out. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/2357-707X.2020.v11.n1.2534>. Acesso em: 6 set. 2025.

SOARES, G. C; SOUSA, M. N. A; ALMEIDA, E. P. O. Cuidados de Enfermagem no Período Perioperatório: Uma Revisão Integrativa. *Revista Ciência Plural*, Caicó, v. 11, n. 1, p. 1-23, out./fev. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/2446-7286.2025v11n1ID37906>. Acesso em: 18 ago. 2025.

A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO EM SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: OS DESAFIOS NO MANEJO DA EQUIPE E NA ADMINISTRAÇÃO MEDICAMENTOSA

Danielle Roberta de Souza¹

Gisele Simas dos Santos²

Sonia Maria da Fonseca Souza³

Edineth Vargas Rosestolato Hoffmann⁴

Paula Hocayen de Paula⁵

Fernanda de Medeiros Costa Lannes Barroso⁶

¹Graduada do Curso de Enfermagem da Universidade Iguazu *campus* V em Itaperuna/RJ.

²Mestre em Ciências da Saúde do Ambiente. E-mail: simasenfermeira@yahoo.com.br

³Doutora em Cognição e Linguagem. E-mail: sonifon1@gmail.com

⁴Mestre em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente. E-mail: enhoffman50@gmail.com

⁵Mestre em Ecologia e Biologia Animal. E-mail: paulapaulahocayen@gmail.com

⁶Mestre em Medicina/Biomedicina. E-mail: fmedeiros.dermato@gmail.com

Palavras-chave: Rotina do enfermeiro; Ambiente hospitalar; Pressão no trabalho; Gestão do tempo; Cuidados de enfermagem ao paciente.

INTRODUÇÃO

A atuação do enfermeiro em serviços de urgência e emergência ocorre em um contexto marcado por alta complexidade, pressão constante e necessidade de decisões rápidas, fatores que impactam tanto a qualidade da assistência quanto a saúde mental dos profissionais (Cintra; Santos; Souza, 2022). Além da assistência direta ao paciente crítico, o enfermeiro exerce papel estratégico na coordenação da equipe e na organização do cuidado (Santos; Castelo Branco; Oliveira, 2025). Entretanto, a sobrecarga de trabalho, a escassez de profissionais e a rotatividade entre setores comprometem a continuidade da assistência e a segurança do paciente (Sousa et al., 2024).

Entre as atribuições mais sensíveis está a administração medicamentosa, diretamente influenciada pelas condições de trabalho. A pressão por agilidade e a ausência de protocolos claros aumentam o risco de erros (Holtz et al., 2023), sendo a sobrecarga e a insuficiência de suporte institucional fatores associados a falhas no preparo e na administração de medicamentos (Carvalho et al., 2018; WHO, 2011). Diante disso, questiona-se como essas condições interferem na segurança medicamentosa e no manejo da equipe.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise de conteúdo, com o intuito de compreender e sistematizar os principais desafios enfrentados pelos enfermeiros nesses cenários e suas repercussões na prática assistencial.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

A atuação do enfermeiro em urgência e emergência caracteriza-se pela alta complexidade, exigindo competência técnica, capacidade decisória e habilidades interpessoais. Nesse contexto, o profissional exerce liderança na organização do fluxo assistencial, priorização de casos e gestão de recursos, associando cuidado técnico à humanização e à comunicação clara com pacientes e familiares (Santos; Castelo Branco; Oliveira, 2025; Sena et al., 2025). A Resolução COFEN nº 564/2017 respalda a administração e, nos limites legais, a prescrição de medicamentos pelo enfermeiro, desde que fundamentadas em protocolos e evidências científicas (Cofen, 2017). Contudo, a escassez de recursos e a sobrecarga favorecem desgaste profissional, rotatividade e maior risco de erros (Holtz et al., 2023).

A administração segura de medicamentos constitui atribuição central e de alto risco na prática assistencial. Falhas de comunicação, ausência de protocolos, excesso de trabalho e lacunas formativas são fatores associados a incidentes (Santos; Neto, 2021; Siman et al., 2021; Carvalho; Mota; Maciel, 2021). A comunicação multiprofissional efetiva e o respaldo institucional são determinantes para a segurança do paciente (Siman et al., 2021; Cofen, 2017). Destaca-se ainda a aplicação dos “15 certos” como estratégia essencial de prevenção de erros, embora sua execução seja dificultada pela sobrecarga e pressão nos serviços de urgência (Silva et al., 2021; Barbosa; Rodrigues; Lima, 2020; Gonçalves; Pereira; Santos, 2022).

A liderança do enfermeiro impacta diretamente a qualidade assistencial, envolvendo distribuição de tarefas, supervisão, tomada de decisão sob pressão e mediação de conflitos (Silveira et al., 2024; Moura et al., 2024). Comunicação eficaz, apoio emocional à equipe e incentivo à educação continuada fortalecem o desempenho e reduzem riscos (Pereira et al., 2024; Correia et al., 2022; Oliveira, 2025).

A gestão da carga horária também influencia a segurança do cuidado. Jornadas extensas e plantões consecutivos associam-se ao aumento de erros e ao comprometimento da saúde mental dos profissionais, favorecendo burnout, absenteísmo e queda na qualidade assistencial (Machado; Alves, 2025; Gomes; Nascimento, 2025). Políticas institucionais voltadas à qualidade de vida, organização adequada das escalas, uso de tecnologias de gestão e respeito aos períodos de descanso são medidas fundamentais para reduzir riscos e promover assistência segura em serviços de urgência e emergência (Falk et al., 2025; Pimenta et al., 2020; Oliveira, 2025).

A análise evidencia que a atuação do enfermeiro em urgência e emergência ultrapassa a assistência imediata, envolvendo liderança, organização da equipe, comunicação eficaz e segurança na administração medicamentosa como fatores centrais para a qualidade do cuidado. O enfermeiro assume papel integrador e estratégico na articulação entre equipe, pacientes e gestão institucional.

Os achados convergem com a literatura ao apontar que sobrecarga e escassez de profissionais aumentam a vulnerabilidade a erros, especialmente na administração de medicamentos (Holtz et al., 2023; Santos; Castelo Branco; Oliveira, 2025). Ambientes colaborativos, protocolos estruturados e processos bem definidos favorecem maior segurança e efetividade assistencial (Hayes, 2024).

A liderança participativa do enfermeiro mostrou-se determinante para a continuidade do cuidado, redução de conflitos e fortalecimento da equipe, especialmente quando associada à comunicação clara e à educação permanente. Contudo, limitações como formação insuficiente para situações complexas, rotatividade e pressão por resultados comprometem procedimentos críticos, reforçando

a necessidade de capacitação contínua e suporte institucional (Nogueira et al., 2020; Gouveia; Rodrigues, 2022).

Destaca-se que a efetividade das estratégias depende das características de cada serviço, exigindo adaptações conforme recursos, fluxo de atendimento e composição da equipe. Por fim, ressalta-se a importância de políticas institucionais que valorizem a enfermagem e promovam condições adequadas de trabalho, bem como de estudos futuros sobre carga horária, segurança do paciente e qualificação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do enfermeiro em urgência e emergência exige preparo técnico, tomada de decisão ágil e postura ética e humanizada. O estudo demonstrou que sobrecarga, escassez de recursos e tempo insuficiente comprometem a administração medicamentosa, o manejo da equipe e a segurança do paciente, além de impactarem a saúde do profissional. Conclui-se que dimensionamento adequado, capacitação contínua, protocolos claros e valorização da enfermagem são essenciais para garantir assistência segura e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, T. A.; RODRIGUES, L. F.; LIMA, M. S. Os acertos da administração medicamentosa como estratégia para a segurança do paciente: revisão integrativa. *Revista Enfermagem Contemporânea*, Salvador, v. 9, n. 2, p. 210-218, 2020. Disponível em:

<https://revistaenfermagemcontemporanea/artigo2020>. Acesso em: 14 set. 2024.

CARVALHO, E. et al. Enfermagem e segurança do paciente: impacto da sobrecarga de trabalho. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 26, e3072, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rlae/a/XXXXXX>. Acesso em: 31 ago. 2025.

CINTRA, S. M.; SANTOS, L.; SOUZA, L. et al. Sobrecarga de Trabalho dos Profissionais de Enfermagem. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 3, p. e36411326699, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26699>. Acesso em: 28 set. 2025.

COFEN – Conselho Federal de Enfermagem. Resolução nº 564/2017. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofenno-5642017/>. Acesso em: 15 out. 2024.

CORREIA, A. R. L. et al. O cuidado em saúde como base da liderança em enfermagem. *Revista Multidisciplinar*, v. 3, n. 2, p. 45-52, 2022. Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/download/1075/1042>. Acesso em: 29 set. 2025.

- FALK, P. R. A. et al. Trabalho e saúde na enfermagem. Caderno Pedagógico, v. 22, n. 5, p. e14734, 2025. Disponível em: <https://cadernopedagogico.com/artigo14734>. Acesso em: 29 set. 2025.
- GOMES, J. C. L.; NASCIMENTO, C. Q. Consequências da sobrecarga de trabalho. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 8, n. 18, 2025. Disponível em: <https://revistajrg.com/artigo082274>. Acesso em: 29 set. 2025.
- GONÇALVES, R. P.; PEREIRA, A. C. S.; SANTOS, D. L. Práticas seguras na administração de medicamentos. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 14, n. 1, p. e11199, 2022. Disponível em: <https://acervosaude/artigo11199>. Acesso em: 03 ago. 2024.
- GOUVEIA, M. P.; RODRIGUES, E. F. Barreiras e potencialidades na assistência à população idosa. Cadernos de Saúde Pública, v. 38, n. 5, 2022. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/artigo2022>. Acesso em: 30 set. 2025.
- HAYES, J. Multidisciplinary care models. Journal of Advanced Nursing, v. 80, n. 2, p. 445-457, 2024. Disponível em: <https://jan.com/hayes2024>. Acesso em: 29 set. 2025.
- HOLTZ, T. F. et al. Sobrecarga da equipe de enfermagem. Nursing, v. 26, n. 297, 2023. Disponível em: <https://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/3054>. Acesso em: 28 set. 2025.
- MACHADO, C.; ALVES, C. Sobrecarga da equipe de enfermagem. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 5, p. 7839–7850, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/19486>. Acesso em: 28 set. 2025.
- MOURA, A. A. et al. Empoderamento estrutural de enfermeiros. Acta Paulista de Enfermagem, v. 37, n. 2, p. 1-9, 2024. Disponível em: <https://acta-ape.org/article/empoderamento>. Acesso em: 29 set. 2025.
- NOGUEIRA, A. C.; SANTOS, D. L.; FERREIRA, L. M. Desafios na formação e qualificação. Revista Saúde em Foco, v. 10, n. 1, p. 75-84, 2020. Disponível em: <https://saudeemfoco/artigo2020>. Acesso em: 30 set. 2025.
- OLIVEIRA, M. V. Educação contínua – excelência do enfermeiro. Research, Society and Development, v. 14, n. 4, 2025. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/48503>. Acesso em: 29 set. 2025.

PEREIRA, V. F. et al. Comunicação e interação da equipe de enfermagem. Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro, v. 14, e4347, 2024. Disponível em:

<https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/16921/9600/41614>. Acesso em: 29 set. 2025.

PIMENTA, C. J. L. et al. O impacto do trabalho para a saúde do profissional de enfermagem. Rev. Esc. Enferm. USP, v. 54, e03584, 2020. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/reesp/article/view/03584>. Acesso em: 29 set. 2025.

SANTOS, E. C. M.; CASTELO BRANCO, L. S.; OLIVEIRA, C. A. B. Sobrecarga da equipe de enfermagem. Revista REASE, v. 11, n. 5, 2025. Disponível em:

<https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/19486/11649/51834>. Acesso em: 28 set. 2025.

SILVA, J. M. et al. Os 15 direitos da administração de medicamentos. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 74, n. 5, 2021. Disponível em: <https://rbenfermagem/artigo2021>. Acesso em: 25 jul. 2024.

SILVEIRA, V. C. et al. Práticas de liderança do enfermeiro durante a pandemia. Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 45, n. 3, 2024. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rgenf/a/gvQfwJ6tNRmXmPYK38zTwcJ/?format=pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

SOUSA, S.; ALENCAR, S.; CIPRIANO, L. et al. Desafios da assistência de enfermagem nos serviços de emergência. Enfermagem Brasil, v. 23, n. 4, 2024. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/385358889>. Acesso em: 28 set. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Patient Safety Curriculum Guide: Multiprofessional Edition. Geneva: WHO, 2011. Disponível em:

<https://www.who.int/publications/i/item/9789241501958>. Acesso em: 31 ago. 2025.

O PAPEL DO ENFERMEIRO DIANTE DA RECUSA DE TRANSFUÇÃO SANGUÍNEA EM PACIENTES MENORES DE IDADE

Naiara Marcolongo Pessoa¹

Edimara Cristina da Silva Oliveira Braga²

André Silva de Souza³

Sonia Maria da Fonseca Souza⁴

Sandra Helena de Oliveira⁵

Carmen Cardilo Lima⁶

¹ Graduado do Curso de Enfermagem da Universidade Iguazu *campus V* em Itaperuna/RJ.

² Graduado do Curso de Enfermagem da Universidade Iguazu *campus V* em Itaperuna/RJ.

³ Mestre em Ciências das Religiões em Esfera Pública. E-mail: andredesouza1@hotmail.com

⁴ Doutora em Cognição e Linguagem. E-mail: sonifon1@gmail.com

⁵ Mestre em ciências das religiões em esfera pública – E-mail: sandrahelena0601@gmail

⁶Mestre em Medicina e Biomedicina. Email: carmencardilo@gmail.com

Palavras-chave: Recusa transfusional; atuação enfermeiro; segurança do paciente.

INTRODUÇÃO

A transfusão sanguínea é procedimento terapêutico fundamental em situações graves, como hemorragias e anemias severas (Coelho; Oliveira, 2024). Entretanto, a recusa do tratamento em pacientes menores de idade gera conflitos éticos, legais e religiosos, especialmente quando parte dos responsáveis legais.

O poder familiar não é absoluto e deve atender ao melhor interesse da criança, podendo a recusa configurar negligência em casos de risco à vida (Conti et al., 2018). A Resolução CFM nº 2.232/2019 autoriza a realização da transfusão diante de risco iminente de morte, mesmo sem consentimento, reforçando a prevalência da proteção à vida do menor (Brasil, 2019). A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente garantem prioridade absoluta ao direito à vida e à saúde (Brasil, 1988; 1990), não havendo precedentes que validem a recusa transfusional por menores com base na teoria do menor maduro (Borges, 2021).

Quando a recusa é motivada por crenças religiosas, como entre Testemunhas de Jeová (Bastos et al., 2025), o enfermeiro deve equilibrar respeito às convicções e dever de preservação da vida, contando com respaldo ético e institucional, como os Comitês de Bioética (Reis; Maia, 2020; SBP, 2018). Assim, a atuação do enfermeiro exige preparo técnico, ético e legal para garantir cuidado seguro e fundamentado, priorizando sempre o melhor interesse da criança ou adolescente.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de caráter descritivo, contemplando artigos nacionais e internacionais publicados nos últimos dez anos, selecionados nas bases SciELO, LILACS, Biblioteca Virtual em Saúde e Google Acadêmico. Foram incluídos estudos disponíveis de forma gratuita, em português ou inglês, que abordassem de maneira pertinente a temática investigada, enquanto foram excluídos trabalhos duplicados, pagos ou fora do recorte temporal. A busca inicial resultou em 196 artigos, dos quais 88 atenderam aos critérios de inclusão e exclusão; após análise de títulos e resumos, 32 foram lidos na íntegra, e 19 selecionados para compor o corpo dos resultados e discussões.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

A transfusão sanguínea, também denominada hemotransfusão, consiste na administração de hemocomponentes, como concentrado de hemácias, plaquetas e plasma, com a finalidade de corrigir anemias, hemorragias e distúrbios hemostáticos. Trata-se de procedimento invasivo e de alta complexidade, essencial na terapêutica moderna por restabelecer o transporte de oxigênio e a estabilidade hemodinâmica, sendo muitas vezes vital em situações críticas (Paula et al., 2024; Cervinski, 2021). Apesar dos benefícios, apresenta riscos epidemiológicos e possibilidade de reações adversas, o que exige planejamento criterioso, controle rigoroso e documentação adequada (Barros; Oliveira, 2022).

A segurança transfusional envolve todo o “ciclo do sangue”, desde a captação e triagem de doadores até armazenamento, transporte, compatibilidade e infusão, sendo monitorada por protocolos institucionais e sistemas de hemovigilância (Araújo Júnior, 2023). Reações transfusionais podem variar de manifestações leves a quadros graves, como choque e coagulação intravascular disseminada, reforçando a necessidade de vigilância contínua (Cervinski, 2021; Pinho, 2024). Nesse contexto, o enfermeiro desempenha papel central na identificação do paciente, conferência da prescrição, monitorização de sinais vitais e reconhecimento precoce de intercorrências (Paula et al., 2024).

Quando ocorre recusa transfusional em menores de idade, emergem dilemas éticos, legais e religiosos que envolvem a autonomia parental, o direito à vida e os princípios da beneficência e não maleficência. Em casos motivados por crenças religiosas, como entre Testemunhas de Jeová, estabelece-se tensão entre liberdade religiosa e dever de proteção integral da criança (Dainez; Pinto, 2020). A literatura aponta que, embora a liberdade de crença deva ser respeitada, ela encontra limites quando há risco iminente à vida, prevalecendo o princípio do melhor interesse do menor (Jammal; Soares, 2022; Sickkids, 2021).

Estudos nacionais e internacionais convergem ao afirmar que, em situações de risco vital, é legítima a intervenção médica, inclusive com respaldo judicial, para assegurar o direito à vida da criança. Ainda que adolescentes devam ser ouvidos no processo decisório, a autonomia progressiva não se sobrepõe ao dever de tutela protetiva (Wong; Mistovich; Morrison, 2022; Jammal; Soares, 2022). Assim, a mediação ética exige equilíbrio entre respeito às crenças familiares e preservação da vida (Azevedo, 2020).

Nesse cenário, o enfermeiro assume papel multidimensional, executando cuidados técnicos, atua como mediador entre equipe, família, o próprio menor, fornecendo informações claras e registros detalhados (Ramos; Silva; Santana, 2021; Reis; Maia, 2020).

A literatura recente destaca ainda a importância de protocolos estruturados, estratégias de *Patient Blood Management* (PBM) e alternativas terapêuticas, quando clinicamente viáveis (Crowe; DeSimone, 2022). Sistemas de rastreabilidade, checklists e tecnologias de identificação reduzem erros e oferecem respaldo técnico-jurídico (Nayeri et al., 2022). Além disso, intervenções educativas, como simulação clínica e realidade virtual, aumentam conhecimento, confiança e preparo para lidar com reações transfusionais e situações de recusa (Lee et al., 2023; Soares et al., 2024; Rodrigues et al., 2025).

Conclui-se que a atuação do enfermeiro diante da recusa transfusional em menores exige competência técnica, preparo ético-legal, habilidades comunicacionais e suporte institucional, garantindo segurança assistencial e prioridade absoluta à proteção da vida da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o enfermeiro exerce papel central diante da recusa transfusional em menores, integrando dimensões éticas, legais, técnicas e comunicacionais. Sua atuação ultrapassa a execução de procedimentos, envolvendo mediação entre equipe, família e instâncias jurídicas, sempre pautada no princípio do melhor interesse da criança. A literatura demonstra que protocolos estruturados, estratégias de *Patient Blood Management* e capacitação contínua fortalecem decisões seguras e reduzem conflitos. Além disso, comunicação empática, documentação rigorosa e suporte institucional são fundamentais para garantir segurança assistencial. Assim, o enfermeiro consolida-se como agente estratégico na proteção da vida e na mediação de conflitos complexos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO JÚNIOR, C. D. S. Revisão bibliográfica das reações transfusionais: uma contribuição para o enfermeiro emergencista. Revista FT, 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/revisao-bibliografica-das-reacoes-transfusionais-uma-contribuicao-para-o-enfermeiro-emergencista/>.

Acesso em: 22 jun. 2025.

BARROS, R. T.; OLIVEIRA, M. A. A importância da assistência de enfermagem na transfusão de sangue. Revista Multidisciplinar do Norte de Minas, Montes Claros, v. 10, 2022. Disponível em: https://www.revistas.unipacto.com.br/storage/publicacoes/2022/1136_a_importancia_da_assistencia_de_enfermagem_na_transfusao_de_sangue.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

CERVINSKI, H. S. Aspectos relevantes da leucorredução na prática transfusional. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade de Caxias do Sul, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/12032/TCC%20Helen%20Susin%20Cervinski.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 jun. 2025.

CROWE, E. P.; DESIMONE, R. A. When blood transfusion is not an option owing to religious beliefs. *Annals of Blood*, 2022. Disponível em: <https://aob.amegroups.org/article/view/6723/html>. Acesso em: 4 set. 2025.

DAINEZ, C. F. S.; PINTO, R. M. F. O dever do médico em transfundir sangue no paciente em caso de risco de morte. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO, 4., 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/Maria%20Eduarda/Downloads/2608-6964-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Maria%20Eduarda/Downloads/2608-6964-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 4 set. 2025.

DOMARADZKI, J.; GŁODOWSKA, K.; JABKOWSKI, P. Between autonomy and paternalism: attitudes of nursing personnel towards Jehovah's Witnesses' refusal of blood transfusion. *International Journal of Public Health*, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37600524/>. Acesso em: 4 set. 2025.

JAMMAL, L. M. F.; SOARES, E. K. B. G. M. Transfusão de sangue em crianças e adolescentes Testemunha de Jeová: conflito de direitos fundamentais e seus desdobramentos jurídicos. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Universitário do Rio Grande do Norte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unirn.edu.br/jspui/bitstream/123456789/597/1/2022-LARA%20DE%20MELO-TRANSFUSAO%20DE%20SANGUE%20EM%20CRIANÇAS%20E%20ADOLESCENTES.pdf>. Acesso em: 4 set. 2025.

LEE, J. J. et al. Virtual reality simulation-enhanced blood transfusion education for undergraduate nursing students: a randomised controlled trial. *Nurse Education Today*, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37467707/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

LO, B. D. et al. Clinical outcomes, blood utilization, and ethical considerations for pediatric patients in a bloodless medicine and surgery program. *Anesthesia & Analgesia*, 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38175737/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MALKIN, M. et al. Transfusion ethics in a pediatric Jehovah's Witness trauma patient: an ethics simulation case. *MedEdPORTAL*, 2016. Disponível em: https://www.mededportal.org/doi/pdf/10.15766/mep_2374-8265.10450. Acesso em: 22 jun. 2025.

NAYERI, N. D. et al. Ways to enhance blood transfusion safety: a systematic review. *Florence Nightingale Journal of Nursing*, v. 30, n. 3, p. 288–300, 2022. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/362710516_Ways_To_Enhance_Blood_Transfusion_Safety_A_Systematic_Review. Acesso em: 22 jun. 2025.

PAULA, A. S. et al. Assistência de enfermagem na transfusão de hemocomponentes seguindo as metas internacionais de segurança do paciente: revisão integrativa. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 17, n. 7, 2024. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/382319524_Assistencia_de_enfermagem_na_transfusao_de_hemocomponentes_seguindo_as_metas_internacionais_de_seguranca_do_paciente_revisao_integrativa. Acesso em: 24 jun. 2025.

PINHO, N. Transfusão sanguínea: protocolos, procedimentos e cuidados pela enfermagem. 24 set. 2024. Disponível em: <https://artmed.com.br/artigos/transfusao-sanguinea-protocolos-procedimentos-e-cuidados-pela-enfermagem>. Acesso em: 24 jun. 2025.

RAMOS, M. V.; SILVA, W. H.; SANTANA, G. R. A responsabilidade ético-legal dos enfermeiros na transfusão de sangue em Testemunhas de Jeová: revisão narrativa da literatura. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DA UNAERP, 18., 2021. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/689812700/a-responsabilidade-etico-legal-dos-enfermeiros-na-transfusao-de-sangue-em-testemunhas-de-jeova-revisao-narrativa-da-literatura>. Acesso em: 24 jun. 2025.

REIS, V.; MAIA, S. M. Ética e bioética no contexto da recusa a transfusão sanguínea: revisando a literatura. *Revista Recien – Revista Científica de Enfermagem*, v. 10, n. 29, p. 137–144, 2020.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/340440199_Etica_e_bioetica_no_contexto_da_recusa_a_transfusao_sanguinea_revisando_a_literatura. Acesso em: 24 jun. 2025.

RODRIGUES, A. B. F. L. et al. The effects of the clinical simulation of transfusion reactions on nursing students' knowledge gain: a pragmatic clinical trial. *Education Sciences*, 2025. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2227-7102/15/6/693>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SICKKIDS. Jehovah's Witnesses and blood products: educational guide for clinicians. Toronto: The Hospital for Sick Children, 2021. Disponível em:

<https://profedu.blood.ca/sites/default/files/2022-03/Sickkids%282021%29%20TC%20Day%204.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2025.

SOARES, F. M. M. et al. Development and content validation of a nursing clinical simulation scenario on transfusion reaction management. *International Journal of Environmental Research and*

Public Health, 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39200652/>. Acesso em: 23 ago. 2025.

WONG, C.; MISTOVICH, J.; MORRISON, M. Pediatric and adolescent Jehovah's Witnesses: considerations for safe and ethical orthopaedic procedures. Journal of the Pediatric Orthopaedic Society of North America, v. 4, n. 3, 2022. Disponível em: <https://www.jposna.org/index.php/jposna/article/view/534/491>. Acesso em: 4 set. 2025.

CONHECIMENTO DO ENFERMEIRO SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DE FERIDAS

Adriely Martins dos Santos¹

Jennifer Verdan Moreira Fernandes²

Rubia Vitória Silva Almeida de Paula Afonso³

Gisele Simas dos Santos⁴

Carmen Cardilo Lima⁵

Edineth Vargas Rosestolato Hoffmann⁶

¹ Graduado do Curso de Enfermagem da Universidade Iguazu *campus* V em Itaperuna/RJ.

² Graduado do Curso de Enfermagem da Universidade Iguazu *campus* V em Itaperuna/RJ.

³ Graduado do Curso de Enfermagem da Universidade Iguazu *campus* V em Itaperuna/RJ.

⁴ Mestre em Ciências da Saúde. E-mail: simasenfermeira@yahoo.com.br

⁵ Mestre em Medicina e Biomedicina. E-mail: carmencardilo@gmail.com

⁶Mestre em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente. E-mail: enhoffman50@gmail.com

Palavras-chave: Feridas. Cicatrização. Enfermagem. Avaliação clínica. Autocuidado.

INTRODUÇÃO

As feridas caracterizam-se pela perda da integridade da pele, podendo atingir desde camadas superficiais até estruturas profundas, exigindo cuidados específicos conforme sua etiologia, complexidade e fase de cicatrização (Silva et al., 2021). Consideradas um relevante problema de saúde pública, estão associadas a impactos físicos, psicológicos, sociais e econômicos, incluindo dor, limitação funcional, hospitalizações e prejuízos à qualidade de vida, demandando abordagem multiprofissional e integração entre os níveis de atenção à saúde (Oliveira et al., 2016; Macedo et al., 2019).

Nesse contexto, o enfermeiro exerce papel central no cuidado integral de pacientes com lesões cutâneas, sendo responsável pela avaliação, planejamento terapêutico e acompanhamento da cicatrização, o que requer conhecimento técnico sobre fisiologia tecidual e classificação de feridas (Oliveira et al., 2016; Silva et al., 2021). O estudo parte da hipótese de que o domínio da classificação das feridas contribui para decisões clínicas mais assertivas, redução de complicações e melhora do processo cicatricial.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, conduzida para reunir e sintetizar evidências sobre a classificação de feridas e sua importância na prática clínica da enfermagem (Souza et al., 2010; Whittemore; Knafl, 2005). O estudo seguiu seis etapas metodológicas, incluindo definição da questão norteadora, critérios de seleção, busca nas bases SciELO, LILACS, Google Acadêmico e PubMed, análise dos estudos e síntese dos resultados (Ganong, 1987). Foram incluídos artigos publicados entre 2010 e 2025, disponíveis na íntegra em português, inglês ou espanhol, relacionados ao manejo de feridas pelo enfermeiro. A análise qualitativa dos dados foi realizada conforme recomendações do PRISMA, garantindo rigor metodológico na seleção e interpretação dos achados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

As feridas, classificadas como agudas ou crônicas e segundo grau de contaminação, representam importante problema de saúde pública devido ao impacto clínico, social e econômico associado ao

tratamento prolongado (Campos; More; Arruda, 2007; Ramos et al., 2021). O processo de cicatrização ocorre em fases interdependentes e pode ser comprometido por fatores clínicos e comportamentais, como doenças crônicas, idade avançada, nutrição inadequada e adesão insuficiente ao autocuidado (Ferreira, 2016; Ramos et al., 2021).

A literatura destaca que a avaliação sistemática da ferida — considerando profundidade, exsudato, odor, presença de infecção e extensão do dano tecidual — é fundamental para orientar intervenções terapêuticas adequadas e escolha correta de coberturas, favorecendo melhores desfechos clínicos (Cofen, 2015; Jorge et al., 2025). Instrumentos clínicos baseados em sinais e sintomas auxiliam no diagnóstico precoce de infecção e no monitoramento da evolução da lesão, embora ainda exista variabilidade na padronização das práticas assistenciais (Lima; Paes, 2025).

O enfermeiro assume papel central no manejo das feridas, sendo responsável pela avaliação, planejamento, execução e supervisão do cuidado, além da educação do paciente e da coordenação da equipe de enfermagem (Macedo et al., 2019; Costa et al., 2021). A atuação eficaz exige formação técnica, atualização contínua e prática baseada em evidências, pois lacunas no conhecimento podem comprometer a segurança do paciente e prolongar o processo de cicatrização (Magalhães et al., 2024).

Assim, a classificação adequada das feridas constitui ferramenta essencial para a tomada de decisão clínica, permitindo intervenções individualizadas, prevenção de complicações e acompanhamento sistematizado da evolução das lesões. A integração entre conhecimento científico, Processo de Enfermagem e protocolos institucionais fortalece a autonomia profissional e contribui para um cuidado seguro, integral e centrado no paciente (Cofen, 2015; Lucena et al., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As feridas representam um importante desafio para a saúde pública, exigindo do enfermeiro competências técnicas e científicas para garantir cuidado integral e seguro. O estudo evidenciou que a classificação adequada das lesões cutâneas é fundamental para a tomada de decisão clínica, favorecendo a escolha correta das intervenções, a prevenção de complicações e a otimização do processo de cicatrização.

Observou-se que o nível de conhecimento do enfermeiro está diretamente relacionado à eficácia do cuidado, à seleção apropriada de curativos e ao monitoramento da evolução das feridas. A utilização de escalas e instrumentos validados fortalece o acompanhamento sistemático e possibilita intervenções mais precisas, além de contribuir para a identificação precoce de infecções e uso adequado de tecnologias terapêuticas.

Destacou-se ainda que a atuação do enfermeiro envolve educação em saúde, promoção do autocuidado e trabalho multiprofissional, reforçando seu protagonismo na assistência. A pesquisa evidencia que a formação acadêmica e a educação continuada são essenciais para consolidar práticas baseadas em evidências, reduzir variabilidades clínicas e promover maior segurança do paciente. Conclui-se que a classificação de feridas constitui ferramenta estratégica para qualificar a assistência, fortalecer a autonomia profissional e melhorar os desfechos clínicos e a qualidade de vida dos pacientes.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, A. A. G.; MORE, L. F.; ARRUDA, S. S. Protocolo de cuidados de feridas. Secretaria Municipal de Saúde. 2008. Disponível em: https://www.sausedireta.com.br/docsupload/134049915626_10_2009_10.46.46.f3edcb3b301c541c121c7786c676685d.pdf. Acesso em 20 jun. 2025.
- COFEN. Norma técnica que regulamenta a competência da equipe de enfermagem no cuidado às feridas. Conselho Federal de Enfermagem. 2015. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/ANEXO-Resolu%C3%A7%C3%A3o501-2015.pdf>. Acesso em 20 jun. 2025.
- COSTA, C. V. et al. Conhecimento da enfermagem no tratamento de feridas. Revista Eletrônica Acervo Enfermagem, v. 15, e9221, dez. 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/enfermagem/article/view/9221>. Acesso em 20 jun. 2025.
- FERREIRA, A. G. A. Aplicação do laser de baixa intensidade no processo de cicatrização da ferida cirúrgica: padronização dos parâmetros dosimétricos. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AC3LL8>. Acesso em 20 jun. 2025.
- GANONG, L. H. Integrative reviews of nursing research. Research in Nursing & Health, v. 10, n. 1, p. 1–11, 1987. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/3644366/>. Acesso em 10 out. 2025.
- JORGE, M. M. et al. Simuladores de baixo custo para a avaliação de ferimentos e lesões de pele: relato de experiência. Cogitare Enfermagem, v. 30, e94184, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cenf/a/mXLyxgMPGPQxPdhvFQ639QN/?format=html&lang=pt>. Acesso em 22 jun. 2025.

LIMA, D. C. J.; PAES, G. O. Ferramentas de avaliação de infecção em feridas agudas e crônicas: revisão de escopo. *Rev Esc Enferm USP*, v. 59, e20240392, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reesp/a/FC7FjkdrP6hNyjrWT4mx8Jf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 jun. 2025.

LUCENA, A. F. et al. Laser em feridas: translação do conhecimento para uma prática efetiva e inovadora na enfermagem. *Rev Gaúcha Enferm.*, v. 42, e20200396, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/3sNGbDhVNtXL8kccmchVw4L/?lang=pt>. Acesso em 20 jun. 2025.

MACEDO, E. A. B. et al. Conhecimento no cuidado à pessoa com ferida: evidências de validade de instrumento. *Rev Bras Enferm.*, v. 72, n. 6, p. 1640-1648, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/5GC4MLBKtXSy3VFC4sfP9Ld/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 jun. 2025.

MAGALHÃES, S. C. F. et al. Conhecimentos em enfermagem sobre feridas. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 24, n. 12, e17867, 2024. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/17867>. Acesso em 20 jun. 2025.

OLIVEIRA, F. P. et al. Classificações de intervenções e resultados de enfermagem em pacientes com feridas: mapeamento cruzado. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 37, n. 2, e55033, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/9zDQRbKBmx7GxYbDcjMBCMH/abstract/?lang=pt>. Acesso em 20 jun. 2025.

RAMOS, F. T. et al. Associação entre a orientação recebida durante a internação e a ocorrência de cicatrização de feridas. *Rev Bras Enferm.*, v. 74, n. 2, e20190647, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/Py33bjzyHzCL9XPbmZMFZFS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 jun. 2025.

SILVA, P. C. et al. A atuação do enfermeiro no tratamento de feridas. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 4, n. 2, p. 4815-4822, mar./abr. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/25942>. Acesso em 20 jun. 2025.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Maria das Graças Carvalho; CARVALHO, Rosângela Oliveira de. Integrative review: what is it? How to do it? *Einstein (São Paulo)*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102–106, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 out. 2025.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, v. 52, n. 5, p. 546–553, 2005. Disponível em:

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16268861/>. Acesso em 10 out. 2025.

DEFICIÊNCIA DE VITAMINA B12: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS CLÍNICAS E MÉTODOS LABORATORIAIS DE DIAGNÓSTICO

Maria Luísa Seghetto Lobo¹

Renan Modesto Monteiro²

Stephano Picanço Damian Rezende³

Sônia Maria da Fonseca Souza⁴

Juliano Gomes Barreto⁵

¹ Graduada do Curso de Farmácia da Universidade Iguazu campus V Itaperuna/RJ.

² Doutor em Biociências e Biotecnologia – UENF.

³ Mestrando em Medicina Tradicional Chinesa com Ênfase em Fitoterápicos - Universidade del Atlantico.

⁴ Doutora em Cognição e Linguagem. E-mail: 0504053@professor.unig.edu.br

⁵ Mestre em Ensino de Ciências da Saúde e Ambiente - Unipli/RJ E-mail: 0508078@professor.unig.edu.br

Palavras-chave: Vitamina B12. Tratamento. Diagnóstico.

INTRODUÇÃO

O presente estudo delimita-se à deficiência de vitamina B12 (cobalamina), com foco em sua importância fisiológica, as consequências clínicas decorrentes da insuficiência, os aspectos epidemiológicos e fisiopatológicos envolvidos e os métodos laboratoriais utilizados no diagnóstico. O objetivo do presente estudo é oferecer um panorama abrangente sobre a importância fisiológica da vitamina B12, examinando as consequências de sua deficiência e discutindo seu papel nos processos metabólicos do organismo e contribuir para a compreensão da deficiência de vitamina B12 e para a promoção de práticas que favoreçam sua prevenção e manejo adequados.

METODOLOGIA

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica composta por artigos científicos, livros especializados e publicações técnicas. Tal metodologia possibilita uma análise crítica e detalhada do tema, integrando diferentes perspectivas teóricas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

A compreensão da deficiência de vitamina B12 evoluiu a partir dos estudos sobre anemia perniciosa, especialmente após a identificação da cobalamina como fator terapêutico essencial, em meados de 1940 (MINOT; MURPHY, 2001; SCHNEEDE, 2017).

Posteriormente, novos estudos e avanços científicos permitiram a elucidação da estrutura molecular da cobalamina, bem como, sua síntese completa (Green; Miller, 2007).

De acordo com Mouchaileh (2023), nos últimos 20 a 30 anos, a comunidade científica tem intensificado investigações direcionadas à avaliação dos níveis plasmáticos de vitamina B12, reconhecendo essa deficiência como um problema relevante de saúde pública.

A vitamina B12, ou cobalamina, é um composto que possui um anel tetrapirrólico com átomo central de cobalto, podendo apresentar-se em diferentes formas estruturais, como metilcobalamina, cianocobalamina, hidroxicobalamina e deoxiadenosilcobalamina, cada uma com funções metabólicas específicas (GREEN; MILLER, 2022; TEMOVA RAKUŠA et al., 2022).

Sua absorção envolve um processo fisiológico complexo, iniciado no estômago, onde fatores gástricos contribuem para sua liberação e biodisponibilidade. No duodeno, a vitamina associa-se ao fator intrínseco, glicoproteína essencial para sua proteção e transporte, sendo posteriormente absorvida na porção distal do íleo por meio do receptor cubilina, em um mecanismo ativo e dependente de cálcio (GREEN; MILLER, 2022; TEMOVA RAKUŠA et al., 2022).

A deficiência de vitamina B12 pode ocasionar manifestações clínicas relevantes, como anemia megaloblástica, neuropatia periférica e alterações cognitivas (JOHNSON; BRAUNSTEIN, 2024). Sua principal causa está relacionada à má absorção intestinal, que pode decorrer de doenças autoimunes, alterações anatômicas do trato gastrointestinal ou uso prolongado de determinados medicamentos.

Condições como gastrite atrófica, doença celíaca, doença de Crohn e infecção por *Helicobacter pylori*, bem como cirurgias bariátricas ou ressecções intestinais, comprometem a absorção no íleo terminal (JOHNSON; BRAUNSTEIN, 2024).

Além disso, dietas vegetarianas estritas e veganas configuram importante fator nutricional, já que a vitamina B12 está presente exclusivamente em alimentos de origem animal. O uso contínuo de fármacos como metformina, inibidores da bomba de prótons e antagonistas H2 também pode interferir na absorção da vitamina ao alterar o pH gástrico ou a ação do fator intrínseco (JOHNSON; BRAUNSTEIN, 2024).

A deficiência de vitamina B12 representa um problema relevante de saúde pública, com prevalência estimada entre 5% e 20% da população mundial, sendo mais frequente em idosos, vegetarianos, gestantes e indivíduos com distúrbios gastrointestinais. No Brasil, estudos indicam que até 14,2% das crianças podem apresentar níveis insuficientes, especialmente em contextos de insegurança alimentar (NUTRITOTAL, 2023).

Do ponto de vista fisiopatológico, a cobalamina atua como cofator em reações metabólicas essenciais, como a conversão da homocisteína em metionina e do metilmalonil-CoA em succinil-CoA, processos fundamentais ao metabolismo celular (GREEN; MILLER, 2022; O'LEARY; SAMMAN, 2010). A interrupção dessas vias leva ao acúmulo de homocisteína e ácido metilmalônico, resultando em alterações hematológicas e neurológicas, incluindo anemia megaloblástica e desmielinização do sistema nervoso (GREEN; MILLER, 2022).

A absorção da vitamina depende da integridade do estômago, pâncreas e íleo terminal, envolvendo a ação do ácido gástrico, enzimas pancreáticas, fator intrínseco e receptor cubilina, em um processo ativo e dependente de cálcio (LANGAN; ZAWISTOWSKI, 2011; GREEN; MILLER, 2022). A

identificação precoce de indivíduos em risco é essencial para prevenir complicações sistêmicas e neurológicas (O'LEARY; SAMMAN, 2010).

A deficiência de vitamina B12 pode gerar manifestações clínicas variadas, desde alterações leves até danos irreversíveis. A carência interfere no metabolismo da homocisteína e nos processos de metilação, comprometendo funções fisiológicas importantes (PANIZ et al., 2005).

No âmbito hematológico, destaca-se a anemia megaloblástica, caracterizada por eritrócitos aumentados e imaturos, resultando em fadiga, palidez, taquicardia e dispneia (BORGA, 2023). A deficiência prolongada também afeta o sistema nervoso, podendo causar neuropatia periférica e, em casos avançados, degeneração combinada subaguda da medula espinhal (PANIZ et al., 2005).

Além disso, níveis reduzidos de vitamina B12 estão associados a prejuízos cognitivos e possíveis sequelas no desenvolvimento infantil (BORGA, 2023), bem como ao aumento da homocisteína sérica, fator relacionado ao risco cardiovascular (PANIZ et al., 2005). Alterações psiquiátricas e comprometimento da função imunológica também podem ocorrer em decorrência da carência prolongada (BORGA, 2023).

O diagnóstico precoce da deficiência de vitamina B12 é fundamental para prevenir danos neurológicos irreversíveis (PANIZ et al., 2005). A investigação inicia-se com avaliação clínica dos sintomas e análise de fatores de risco, como hábitos alimentares, uso de medicamentos e alterações gastrointestinais (ASSUNÇÃO; MARCELINO, 2025).

A dosagem sérica de vitamina B12 é o exame inicial, sendo necessária a avaliação de ácido metilmalônico e homocisteína em casos duvidosos (PANIZ et al., 2005; ASSUNÇÃO; MARCELINO, 2025). A pesquisa do fator intrínseco auxilia na identificação de anemia perniciosa (NUTRITOTAL, 2023), e o hemograma pode indicar anemia macrocítica (PANIZ et al., 2005). A interpretação dos exames deve sempre considerar o contexto clínico do paciente (NUTRITOTAL, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia que a deficiência de vitamina B12 constitui um problema de relevância clínica e epidemiológica, frequentemente subestimado, mas capaz de gerar importantes repercussões à saúde. Destaca-se a importância da detecção precoce, considerando que os sinais iniciais podem ser inespecíficos e confundidos com outras condições.

Compreender os fatores de risco, os mecanismos fisiopatológicos e os grupos mais vulneráveis se mostra essencial para um manejo adequado. Assim, o reconhecimento antecipado da deficiência, aliado a um diagnóstico criterioso, representa a principal estratégia para garantir tratamento eficaz e

prevenir complicações, reforçando a necessidade de aprimoramento das ações de diagnóstico e prevenção na prática em saúde.

REFERÊNCIAS

ALPERS, D. H.; RUSSELL-JONES, G. Gastric intrinsic factor: **The gastric and small intestinal stages of cobalamin absorption. A personal journey**. Biochimie. 2013. Disponível em: View of Vitamina B12: funções metabólicas e impactos para a saúde Acesso em 12 de Set. 2025.

ASSUNÇÃO, L. M. de; MARCELINO, F. A. **Nova diretriz de diagnóstico de deficiência de vitamina B12**. TadeClinicagem, 2025. Disponível em: <https://www.tadeclinicagem.com.br/guia/412/nova-diretriz-de-diagnostico-de-deficiencia-de-vitamina-b12/>. Acesso em: 04 nov. 2025.

BORGA, C. R. **Deficiência de vitamina B12 e seu manejo clínico: uma revisão narrativa**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/252609>. Acesso em: 04 nov. 2025.

GREEN, R.; MILLER, J. W. **Vitamin B12. Handbook of Vitamins, p. 413, 2007**. Disponível em: View of Vitamina B12: funções metabólicas e impactos para a saúde Acesso em 12 de Set. 2025.

GREEN, R.; MILLER, J.W. **Vitamin B12 deficiency. In: Vitamins and hormones**. Academic Press, 2022. Disponível em: View of Vitamina B12: funções metabólicas e impactos para a saúde Acesso em 12 de Set. 2025.

JOHNSON, L. E.; BRAUNSTEIN, G. D. **Deficiência de vitamina B12. In: Manuais MSD – Edição Profissional**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt/profissional/dist%C3%BArbios-nutricionais/defici%C3%A2ncia-depend%C3%A2ncia-e-toxicidade-das-vitaminas/defici%C3%A2ncia-de-vitamina-b12>. Acesso em: 04 nov. 2025.

LANGAN, R. C.; ZAWISTOSKI, K. J. **Update on vitamin B12 deficiency. American Family Physician, 2011**. Disponível em: <https://www.aafp.org/pubs/afp/issues/2011/0615/p1425.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MINOT, G. R.; MURPHY, W.P. **Treatment of pernicious anemia by a special diet**.

1926. The Yale journal of biology and medicine, 2001. Disponível em: View of Vitamina B12: funções

metabólicas e impactos para a saúde. Acesso em 12 de Set. 2025.

MOUCHAILEH, N. **Deficiência de vitamina B12 em idosos: uma abordagem prática para reconhecimento e tratamento.** *Journal of Pharmacy Practice and Research*, 2023. Disponível em: [View of Vitamina B12: funções metabólicas e impactos para a saúde](#) Acesso em 12 de Set. 2025.

NUTRITOTAL. **Consenso Brasileiro sobre deficiência de vitamina B12.** São Paulo, 2023. Disponível em: <https://nutritotal.com.br/pro/material/deficiencia-de-vitamina-b12/>. Acesso em: 04 nov. 2025.

O'LEARY, F.; SAMMAN, S. **Vitamin B12 in health and disease.** *Nutrients*, 2010.

Disponível em: <https://www.mdpi.com/2072-6643/2/3/299>. Acesso em: 20 nov. 2025.

PANIZ, C.; GROTTTO, D.; SCHMITT, G C. et al. **Fisiopatologia da deficiência de vitamina B12 e seu diagnóstico laboratorial.** *Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial*, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpm/a/ds8PKDSTTBsXBhtfHqncT8M/>. Acesso em: 04 nov. 2025.

SCHNEEDE, J. **Milestones in the Discovery of Pernicious Anemia and its Treatment.** In: *Vitamin B12.* CRC Press, 2017. Disponível em: [View of Vitamina B12: funções metabólicas e impactos para a saúde](#) Acesso em 12 de Set. 2025.

TEMOVA RAKUŠA, A. et al. **Vitamin B12 deficiency and neurological outcomes: a clinical review.** *Journal of Clinical Nutrition*, London, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jcnut.2022.04.005>. Acesso em: 04 nov. 2025.

MEDICINA NATURAL COMO ALIADA AO TRATAMENTO DA DOR CRÔNICA EM PACIENTES COM FIBROMIALGIA

Isabella Faria Goulart Encarnação Cabral¹

Juliana Maria Rocha e Silva Crespo²

Rondinelli de Carvalho Ladeira³

Stephano Picanço Damian Resende⁴

¹Graduada, Universidade Iguazu – Campus V – Itaperuna/RJ | Isabellagoulart281@gmail.com

²Mestre, Universidade Iguazu – Campus V – Itaperuna/RJ | julianamariarsc@gmail.com

³Mestre, Universidade Iguazu – Campus V – Itaperuna/RJ | rondinellicl@uol.com.br

⁴Especialista, Universidade Iguazu – Campus V – Itaperuna/RJ | stephanoresende@gmail.com

Palavras-chave: fibromialgia; dor crônica; medicina natural; terapia integrativa; terapia alternativa.

A fibromialgia é uma síndrome reumática não articular caracterizada por dor crônica musculoesquelética generalizada, com pontos dolorosos distribuídos principalmente na coluna

vertebral, tórax, pescoço e cabeça. Além da dor, manifestam-se frequentemente fadiga, distúrbios do sono, rigidez matinal, ansiedade e depressão. No Brasil, a prevalência é estimada em 2,5% da população total, com predominância no sexo feminino na faixa etária de 35 a 44 anos (SANTOS; ANDRADE; MURAKAMI, 2022). A fisiopatologia envolve mecanismos de sensibilização central à dor, com alterações em neurotransmissores inibitórios — como serotonina, encefalina e norepinefrina — e aumento de neurotransmissores excitatórios, além de disfunções do eixo hipotálamo-hipófise-suprarrenal (FRIEDRICH; UHDE; DE OLIVEIRA ZANINI, 2020).

O tratamento convencional baseia-se principalmente em antidepressivos, anticonvulsivantes e relaxantes musculares, utilizados de forma isolada ou combinada. Contudo, muitos pacientes não obtêm resultados satisfatórios ou apresentam efeitos adversos relevantes, o que tem impulsionado o interesse por terapias naturais e integrativas como fitoterapia, acupuntura, aromaterapia e homeopatia (BORGES et al., 2021). O presente estudo teve como objetivo analisar a contribuição da medicina natural como aliada no tratamento da fibromialgia, avaliando seus efeitos na redução da dor, na qualidade de vida e no bem-estar dos pacientes, além de identificar as principais terapias utilizadas e discutir riscos e benefícios associados.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem quantitativa e qualitativa de caráter exploratório. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário estruturado no Google Forms, disponibilizado via WhatsApp, aplicado a pacientes diagnosticados com fibromialgia com idade igual ou superior a 18 anos, que relatassem uso isolado ou associado de práticas de medicina natural. O instrumento contemplou dados sociodemográficos, dados clínicos, uso de medicamentos convencionais e uso de terapias naturais. Os dados foram tratados por estatística descritiva e analisados de forma anônima, com assinatura prévia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A pesquisa foi complementada por revisão bibliográfica nas bases PubMed e SciELO, para fundamentar a análise dos dados obtidos.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O estudo obteve 31 respostas válidas, compostas exclusivamente por mulheres (100%), com idades entre 34 e 65 anos, concentradas na faixa de 40 a 55 anos. Quanto à escolaridade, prevaleceu o ensino superior completo (41,9%). A maioria convive com a doença entre 1 e 10 anos (66,6%), e a intensidade média da dor nas últimas semanas foi de 7,6 pontos em escala de 0 a 10, indicando dor de moderada a intensa. Esses dados corroboram a literatura, que aponta predominância da

fibromialgia em mulheres de meia-idade com quadros álgicos persistentes (VERAS et al., 2024; LIMA et al., 2025).

Em relação ao tratamento convencional, 87,1% das participantes fazem ou fizeram uso de medicamentos, sendo os antidepressivos (77,4%) — principalmente duloxetine e amitriptilina —, anticonvulsivantes (74,2%) e relaxantes musculares (71%) as classes mais prevalentes. A eficácia média percebida foi de 5,8 pontos, com 48,4% relatando melhora apenas parcial, e 58,1% reportando algum efeito adverso, sendo os mais comuns tonturas/vertigens (29%), náuseas (22,6%), problemas gastrointestinais e sonolência. Esse perfil confirma que, embora o tratamento farmacológico seja amplamente utilizado, a resposta terapêutica é frequentemente insatisfatória, justificando a busca por abordagens complementares (ARAÚJO et al., 2022; LIMA et al., 2025).

Quanto ao uso de terapias naturais, 90,3% das participantes relataram experiência com medicina natural para o manejo da dor fibromiálgica. As mais utilizadas foram suplementos naturais como cúrcuma, ômega-3 e magnésio (54,8%), acupuntura (48,4%), fitoterapia (19,4%), outras terapias como osteopatia, laserterapia e ozonioterapia (22,6%) e uso de canabidiol (9,7%). A maioria das indicações partiu do próprio médico reumatologista (48,4%), e 46,4% dos usuários mantiveram as terapias naturais por mais de um ano. A eficácia média percebida das terapias naturais foi de 6,1 pontos, com 46,2% relatando efeito significativo (7 a 8 pontos). Além disso, 41,9% utilizam simultaneamente medicamentos convencionais e terapias naturais, evidenciando crescente tendência à abordagem integrativa. Entre os benefícios qualitativos mais relatados estão melhora na qualidade do sono, redução do uso de medicamentos, diminuição de efeitos colaterais e maior sensação de autonomia no tratamento (LACERDA et al., 2024; SILVA et al., 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstram que as terapias naturais apresentam eficácia percebida comparável à do tratamento convencional na avaliação subjetiva das pacientes, com perfil de segurança mais favorável e menor taxa de efeitos adversos. A acupuntura, os suplementos naturais e a fitoterapia se destacam como as abordagens mais adotadas, e o uso concomitante com medicamentos prescritos aponta para uma consolidação da medicina integrativa no manejo da fibromialgia.

Conclui-se que a medicina natural representa aliada relevante no tratamento da dor crônica fibromiálgica, especialmente quando integrada ao cuidado multidisciplinar. A combinação de abordagens farmacológicas e não farmacológicas mostra-se mais eficaz do que intervenções isoladas, contribuindo para redução da dor, melhora do sono e maior qualidade de vida.

Recomenda-se a realização de estudos com amostras mais amplas e delineamento experimental, visando à validação clínica das terapias naturais e à construção de protocolos baseados em evidências para o cuidado integral ao paciente fibromiálgico.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, L. V. F. de et al. Prevalência da dor e percepção do tratamento em pacientes com fibromialgia. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 15, n. 8, p. e10856, 2022.
- BORGES, B. S. et al. Fibromialgia: da patogênese ao tratamento. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 7, n. 12, p. 1160–1167, 2021.
- BRAZ, A. S. de et al. Uso da terapia não farmacológica, medicina alternativa e complementar na fibromialgia. *Revista Brasileira de Reumatologia*, v. 51, p. 275-282, 2011.
- FRIEDRICH, J. V.; RITTER, S. U.; ZANINI, E. de O. Fibromialgia: importância do conhecimento da doença e seus tratamentos. *Fag Journal of Health*, v. 2, n. 2, p. 307-314, 2020.
- LACERDA, R. J. P. et al. Terapias complementares no tratamento de pacientes com fibromialgia: uma revisão integrativa. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 10, p. 1847–1856, 2024.
- LIMA, R. O. A. de et al. Avaliação da eficácia e segurança de terapias farmacológicas e não farmacológicas no manejo de fibromialgia: uma revisão sistemática. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, v. 11, n. 1, p. 1–12, 2025.
- PEREZ, A. da C. et al. Fibromialgia: uma revisão integrativa. *Observatório de la Economía Latinoamericana*, v. 23, n. 8, p. e11248, 2025.
- SANTOS, M. de S.; ANDRADE COSTA, B.; MURAKAMI, R. G. Práticas integrativas e complementares na fibromialgia: plantas medicinais e fitoterápicos. *Journal of Technology & Information*, v. 2, n. 4, 2022.
- SILVA, E. R. da et al. Práticas integrativas e complementares no tratamento de dores crônicas. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 24, n. 8, p. e16631, 2024.
- TREVISAN, M. et al. Diagnóstico e tratamento da fibromialgia: uma revisão integrativa. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 9, p. 62404-62423, 2022.

VERAS, B. M. S. et al. História clínica da fibromialgia: importância da avaliação da dor no diagnóstico e o impacto na qualidade de vida dos pacientes. *Research, Society and Development*, v. 13, n. 4, p. e3113445488, 2024.

USO DE FITOTERÁPICOS NO CONTROLE DA HIPERTENSÃO ARTERIAL NO MUNICÍPIO DE VARRE-SAI/RJ

Pierre Soares Valentim¹

Juliana Maria Rocha e Silva Crespo²

Rondinelli de Carvalho Ladeira³

Stephano Picanço Damian Resende⁴

¹Graduado, Universidade Iguazu – Campus V – Itaperuna/RJ | pierrevalentim0@gmail.com

²Mestre, Universidade Iguazu – Campus V – Itaperuna/RJ | julianamariarsc@gmail.com

³Mestre, Universidade Iguazu – Campus V – Itaperuna/RJ | rondinellicl@uol.com.br

⁴Especialista, Universidade Iguazu – Campus V – Itaperuna/RJ | stephanoresende@gmail.com

Palavras-chave: hipertensão arterial; fitoterapia; plantas medicinais; saúde pública; atenção farmacêutica.

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma condição crônica caracterizada pela elevação persistente da pressão arterial, constituindo um dos principais fatores de risco para doenças cardiovasculares, acidente vascular cerebral e insuficiência renal. Estima-se que aproximadamente um terço da população adulta mundial seja acometida pela doença, configurando-a como relevante problema de saúde pública (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2018). No Brasil, sua ocorrência está associada ao envelhecimento populacional, hábitos alimentares inadequados, sedentarismo, estresse e predisposição genética, e a baixa adesão ao tratamento medicamentoso ainda representa desafio significativo para seu controle efetivo (COSTA et al., 2022).

Nesse contexto, o interesse pelo uso de terapias complementares, especialmente a fitoterapia, tem crescido de forma expressiva. Reconhecida pela Organização Mundial da Saúde e regulamentada no Brasil pela Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos, essa prática valoriza o potencial terapêutico de espécies vegetais quando utilizada com segurança e embasada em evidências científicas (ANVISA, 2021). Em pequenas comunidades como Varre-Sai/RJ, o uso de chás e infusões para o controle da pressão arterial é uma tradição cultural amplamente preservada, transmitida de geração em geração (MEDEIROS et al., 2019). Entretanto, a ausência de orientação profissional pode expor os usuários a riscos como interações medicamentosas e ineficácia terapêutica (DIAS et al., 2017).

Diante desse panorama, o presente estudo teve como objetivo geral analisar o conhecimento e a percepção de pacientes hipertensos do município de Varre-Sai/RJ sobre o uso de fitoterápicos no controle da pressão arterial. Como objetivos específicos, buscou-se: descrever os principais fitoterápicos utilizados pela comunidade local; confrontar o saber popular com as evidências científicas disponíveis; e discutir o papel do farmacêutico na promoção do uso seguro e racional dessas terapias.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, desenvolvida no município de Varre-Sai/RJ entre agosto e setembro de 2025. A amostra foi composta por 50 participantes com diagnóstico de hipertensão arterial sistêmica, cadastrados em unidades de saúde do município, selecionados por conveniência mediante aceite voluntário e assinatura do Termo de Consentimento

Livre e Esclarecido (TCLE). A coleta de dados foi realizada por meio de questionários semiestruturados aplicados presencialmente, contemplando perguntas sobre perfil sociodemográfico, uso de plantas medicinais, percepção de eficácia e fonte de recomendação para o uso de fitoterápicos. Os dados foram tabulados em planilhas eletrônicas e analisados por meio de estatística descritiva, com cálculo de frequências e percentagens.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Dos 50 participantes, 72% declararam conhecer o uso de plantas medicinais no tratamento da hipertensão, e 52% relataram já ter utilizado algum fitoterápico para auxiliar no controle da pressão arterial. Entre as espécies citadas, o alho (*Allium sativum*) e o chuchu (*Sechium edule*) foram as mais empregadas, seguidos pelo gengibre (*Zingiber officinale*) e o hibisco (*Hibiscus sabdariffa*). Esses achados são consistentes com a literatura: o alho possui compostos sulfurados, como a alicina, com ação vasodilatadora, antioxidante e hipotensora (SHOUK et al., 2014; SLEIMAN et al., 2024); o chuchu demonstrou, em ensaios clínicos, redução da pressão arterial sistólica e diastólica e diminuição do estresse oxidativo em indivíduos com síndrome metabólica (GAVIA-GARCÍA et al., 2023); o hibisco apresenta efeitos diuréticos e antioxidantes (NATURAL PRODUCTS AND BIOPROSPECTING, 2020); e o gengibre está associado à melhora da circulação e ao equilíbrio metabólico (LACHOVICZ; FERRO-LEBRES; ALMEIDA-DE-SOUZA, 2025).

Quanto à origem do conhecimento sobre o uso dessas plantas, 86,5% dos participantes apontaram familiares ou amigos como principal fonte de informação, 10,8% citaram outros meios, e 2,7% mencionaram a internet. Nenhum participante referiu orientação por profissional de saúde. Esse dado reflete o que já foi observado por Costa et al. (2022) e Dias et al. (2017), que apontam o uso de plantas medicinais no Brasil como uma prática majoritariamente guiada pelo saber popular, sem supervisão técnica adequada, o que reforça a necessidade de maior atuação do farmacêutico e da equipe multiprofissional nesse contexto.

A percepção de eficácia foi positiva para a maioria: 44% relataram melhora no controle da pressão arterial, 36% afirmaram não saber avaliar o efeito, e 20% perceberam apenas melhora parcial. Nenhum participante relatou efeitos adversos relevantes, sugerindo boa tolerabilidade dos produtos utilizados. Esses resultados estão em consonância com estudos que evidenciam a segurança dos fitoterápicos quando empregados de forma racional como terapia complementar (SILVA et al., 2021; LIMA et al., 2020). A maioria dos respondentes considerou os fitoterápicos

como adjuvantes ao tratamento médico convencional, e não como substitutos dos medicamentos prescritos, o que denota uma compreensão adequada do papel dessas terapias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de fitoterápicos no controle da hipertensão arterial revela-se uma prática culturalmente enraizada e amplamente aceita entre os pacientes investigados no município de Varre-Sai/RJ. As espécies alho (*Allium sativum*) e chuchu (*Sechium edule*) destacam-se como as mais utilizadas, com respaldo em evidências científicas que confirmam seus efeitos anti-hipertensivos. A percepção de eficácia e a tolerabilidade relatadas são favoráveis, e os participantes demonstram compreender os fitoterápicos como complementares, e não substitutos, do tratamento farmacológico convencional.

Constata-se, no entanto, a ausência de orientação profissional de saúde na adoção dessas práticas, com predominância do saber popular como fonte de informação. Esse cenário evidencia a urgência de fortalecer a educação em saúde e a atuação do farmacêutico na orientação sobre o uso racional de plantas medicinais. O elevado interesse dos participantes em obter informações científicas sobre fitoterapia (98%) indica abertura da população para ações educativas que integrem o conhecimento tradicional às evidências científicas, promovendo um cuidado mais seguro e eficaz no manejo da hipertensão arterial.

REFERÊNCIAS

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira. Brasília: ANVISA, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

COSTA, G. D. F. et al. A importância da atenção farmacêutica no uso de plantas medicinais em hipertensão arterial sistêmica. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 4, p. e54811428895, 2022.

DIAS, E. C. M. et al. Uso de fitoterápicos e potenciais riscos de interações medicamentosas: reflexões para prática segura. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 41, n. 2, 2017.

GAVIA-GARCÍA, I. et al. Effect of *Sechium edule* var. *nigrum spinosum* on blood pressure and oxidative stress in older adults with metabolic syndrome: a randomized, placebo-controlled trial. *Plants*, v. 12, n. 3, p. 537, 2023.

LACHOVICZ, R.; FERRO-LEBRES, V.; ALMEIDA-DE-SOUZA, J. Phytotherapy: a systematic review for the treatment of hypertension. *Journal of Herbal Medicine*, v. 46, p. 100985, 2025.

LIMA, M. R. S. et al. Efeito terapêutico do *Allium sativum* L. no controle da hipertensão arterial. *Revista de Ciências da Saúde*, v. 8, n. 2, p. 55-63, 2020.

MEDEIROS, I. L. et al. A utilização da fitoterapia para o tratamento da hipertensão arterial em idosos. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 6, n. 10, p. 144-158, 2019.

NATURAL PRODUCTS AND BIOPROSPECTING. Plants used as antihypertensive: ethnopharmacological review. *Natural Products and Bioprospecting*, v. 10, p. 1-15, 2020.

NYULAS, K.-I. et al. Cardiovascular Effects of Herbal Products and Their Interaction with Antihypertensive Drugs. *International Journal of Molecular Sciences*, v. 25, n. 12, p. 6388, 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. WHO guidelines for the regulation of herbal medicines. Geneva: WHO, 2018.

SHOUK, R. et al. Mechanisms underlying the antihypertensive effects of garlic bioactives. *Nutrition Research*, v. 34, n. 2, p. 106-115, 2014.

SILVA, C. O. et al. O uso de extrato de alho como fitoterapia no controle da hipertensão: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 4, p. e34710412024, 2021.

SLEIMAN, C. et al. Garlic and hypertension: efficacy, mechanism of action, and clinical implications. *Nutrients*, v. 16, n. 17, p. 2895, 2024.

PERCEPÇÃO E CONHECIMENTO ACERCA DO USO DE FITOTERÁPICOS EM ITAPERUNA-RJ

Isaque Narde Martins¹

Juliana Maria Rocha e Silva Crespo²

Renan Modesto Monteiro³

Vivian Vasques de Oliveira Leite⁴

¹Graduado, Universidade Iguazu – Campus V – Itaperuna/RJ | saquezada13@gmail.com

²Mestre, Universidade Iguazu – Campus V – Itaperuna/RJ | julianamariarsc@gmail.com

³Doutor, Universidade Iguazu – Campus V – Itaperuna/RJ | renanmodesto@gmail.com

⁴Mestre, Universidade Iguazu – Campus V – Itaperuna/RJ | 0518038@professor.unig.edu.br

Palavras-chave: fitoterápicos; uso racional; orientação profissional; automedicação; plantas medicinais.

O uso de plantas medicinais e fitoterápicos acompanha a história da humanidade e, no Brasil, é fortemente influenciado por fatores culturais e pelo fácil acesso a esses produtos, frequentemente considerados mais seguros por serem "naturais" (VEIGA JÚNIOR; PINTO; MACIEL, 2005). Apesar do crescente interesse pela fitoterapia, impulsionado pela valorização dos saberes tradicionais e por políticas públicas como a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), implementada pelo SUS em 2006, grande parte dos usuários consome fitoterápicos sem orientação de profissionais de saúde, baseando-se em informações populares ou experiências pessoais (BRASIL, 2006; ARNOSTI et al., 2020). A utilização sem acompanhamento profissional pode gerar riscos significativos, como interações medicamentosas, hepatotoxicidade, nefrotoxicidade e reações alérgicas (BRUNING; MOSEGUI; VIANNA, 2012; SILVA et al., 2021).

Diante desse contexto, o presente estudo teve como objetivo geral avaliar o uso de fitoterápicos pela população de um bairro do município de Itaperuna-RJ. Os objetivos específicos incluíram: identificar o perfil sociodemográfico dos usuários; levantar a frequência e os principais fitoterápicos utilizados; verificar as finalidades e percepções de eficácia; avaliar o conhecimento sobre riscos e interações medicamentosas; e investigar a existência de orientação profissional. A relevância da pesquisa reside na compreensão do perfil local de uso para subsidiar práticas farmacêuticas e estratégias de educação em saúde voltadas ao uso racional desses recursos terapêuticos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quali-quantitativa, realizada no município de Itaperuna-RJ. A coleta de dados foi conduzida por meio de questionário estruturado elaborado no Google Forms, contendo perguntas objetivas e discursivas sobre variáveis sociodemográficas (idade, sexo e escolaridade), principais fitoterápicos utilizados, finalidades terapêuticas, frequência de uso, percepções sobre eficácia e segurança, conhecimento de interações medicamentosas e existência de acompanhamento profissional. O questionário foi disponibilizado

online para moradores de um bairro de Itaperuna-RJ com idade mínima de 18 anos, selecionados por conveniência. A participação foi voluntária e anônima, precedida de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com 100% de adesão entre os convidados. Os dados foram organizados em planilhas do Microsoft Excel e submetidos à análise estatística descritiva; as respostas discursivas foram interpretadas por análise qualitativa de conteúdo.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Participaram do estudo 100 moradores. Quanto ao perfil sociodemográfico, predominaram adultos jovens entre 26 e 35 anos (33%), seguidos pela faixa de 18 a 25 anos (27,2%), com maioria de nível superior (45,5%) e ensino médio (37%). O uso de fitoterápicos mostrou-se frequente: 54,4% declararam utilizá-los atualmente, 23,3% já utilizaram anteriormente e apenas 22,3% nunca fizeram uso. O consumo esporádico foi o padrão mais comum (68,7%), seguido de uso diário (18%) e semanal (13,3%). Esses dados corroboram estudos anteriores que associam adultos economicamente ativos à busca por terapias complementares (OLIVEIRA et al., 2017; MACEDO; ROSA; SILVA, 2019).

Os fitoterápicos mais conhecidos e utilizados foram camomila (67,4%), hortelã (57,9%), erva-cidreira (56,8%), babosa (42,1%), ginseng, ginkgo biloba e valeriana (26,3% cada). As principais finalidades terapêuticas relatadas foram ansiedade (48,4%), insônia (45,2%), gripe/resfriado (38,7%), dor (30%), problemas digestivos (29%) e fortalecimento da imunidade (25,8%). Observou-se divergência relevante entre o consumo popular e os fitoterápicos preconizados pela Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), que contempla espécies como guaco, espinheira-santa e alcachofra — voltadas a condições respiratórias e digestivas —, enquanto a população privilegia plantas de tradição cultural e fácil acesso doméstico, resultado também encontrado por Silva et al. (2021) e Oliveira et al. (2020).

No que se refere à segurança e ao conhecimento sobre riscos, 96,1% dos participantes acreditam que fitoterápicos são seguros e eficazes, e apenas 1,1% relataram ter experienciado efeito adverso — dado possivelmente influenciado pela subnotificação de reações leves (ANVISA, 2023). Sobre interações medicamentosas, apenas 45,6% sabiam que fitoterápicos podem interagir com outros medicamentos, 33% já tinham ouvido falar sem entender o mecanismo, e 21,4% desconheciam totalmente o fato, evidenciando lacuna significativa no conhecimento farmacoterapêutico. As indicações de uso partiram predominantemente de familiares e amigos (43%), seguidos por farmacêuticos (20,4%) e autoindicação (14%), com apenas 32,6% das orientações sobre preparo, dose e riscos sendo fornecidas por profissionais de saúde. Embora 83,5%

reconhecessem a importância do acompanhamento profissional, persiste expressiva discrepância entre percepção e prática (COSTA; ALMEIDA, 2022; PEREIRA et al., 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de fitoterápicos revela-se culturalmente enraizado e frequente na população investigada, concentrado entre adultos jovens com bom nível de instrução, que recorrem principalmente a plantas de tradição popular — camomila, erva-cidreira, hortelã e babosa — sobretudo para fins calmantes, digestivos e de fortalecimento imunológico. Os dados confirmam a hipótese inicial: o consumo é amplo, mas majoritariamente realizado sem orientação profissional adequada, com base em indicações de familiares e amigos, e com desconhecimento relevante acerca de interações medicamentosas e efeitos adversos.

Os achados evidenciam a necessidade de fortalecer ações de educação em saúde e de promoção do uso racional de fitoterápicos, com ênfase na atuação multiprofissional e no papel central do farmacêutico como agente de orientação terapêutica na Atenção Primária. A integração entre saber popular e conhecimento científico deve ocorrer de forma responsável, garantindo que o potencial terapêutico das plantas medicinais seja explorado com segurança e eficácia. O fortalecimento da fitoterapia no SUS depende não apenas de políticas públicas, mas também da conscientização da população e da capacitação de profissionais de saúde aptos a orientar o uso racional e seguro desses recursos.

REFERÊNCIAS

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Plantas medicinais e fitoterápicos. Brasília: ANVISA, 2023.

ARNOSTI, J. C. et al. Fitoterapia e saúde pública: revisão sobre a inserção da fitoterapia no Sistema Único de Saúde. *Revista Brasileira de Plantas Mediciniais*, v. 22, n. 1, p. 64–72, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – PNPIC. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais: RENAME 2025. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

BRUNING, M. C. R.; MOSEGUI, G. B. G.; VIANNA, C. M. M. A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu – Paraná. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 10, p. 2675–2685, 2012.

- CARVALHO, F. A. R. et al. A importância dos medicamentos fitoterápicos e as consequências causadas pelo uso irracional. Recife: UNIBRA, 2023.
- COSTA, R. S.; ALMEIDA, A. M. O papel do farmacêutico na orientação do uso racional de fitoterápicos. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, v. 58, n. 2, p. 77–85, 2022.
- FERREIRA, L. L. et al. Interações medicamentosas entre fitoterápicos e fármacos sintéticos: revisão integrativa. *Revista Fitos*, v. 14, n. 3, p. 315–329, 2020.
- LORENZI, H.; MATOS, F. J. A. Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas. 2. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2008.
- MACEDO, J. F.; ROSA, J. F.; SILVA, R. C. Conhecimento e uso de plantas medicinais pela população: uma revisão de literatura. *Revista Saúde em Foco*, v. 11, p. 175–185, 2019.
- OLIVEIRA, E. R. et al. Perfil de utilização de plantas medicinais e fitoterápicos por usuários do SUS em um município de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, v. 19, n. 1, p. 1–9, 2017.
- PEREIRA, G. L. et al. Educação em saúde e o papel do farmacêutico no uso racional de fitoterápicos. *Revista de Ciências da Saúde e Farmácia*, v. 6, n. 2, p. 56–65, 2020.
- SILVA, E. F. et al. Riscos toxicológicos do uso indiscriminado de fitoterápicos: uma revisão. *Revista Brasileira de Farmacognosia*, v. 31, n. 1, p. 112–120, 2021.
- VEIGA JÚNIOR, V. F.; PINTO, A. C.; MACIEL, M. A. M. Plantas medicinais: cura segura? *Química Nova*, v. 28, n. 3, p. 519–528, 2005.

ESTUDO FITOQUÍMICO E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO À BASE DE RESINA DE *Protium icicariba*

Pamella Pires Teixeira¹

Juliana Maria Rocha e Silva Crespo²

Rondinelli de Carvalho Ladeira³

Stephano Picanço Damian Resende⁴

¹Graduado, Universidade Iguazu – Campus V – Itaperuna/RJ | pamella040699@gmail.com

²Mestre, Universidade Iguazu – Campus V – Itaperuna/RJ | julianamariarsc@gmail.com

³Mestre, Universidade Iguaçú – Campus V – Itaperuna/RJ | rondinelicl@uol.com.br

⁴Especialista, Universidade Iguaçú – Campus V – Itaperuna/RJ | stephanoresende@gmail.com

Palavras-chave: anti-inflamatório tópico; atividade nociceptiva; bioprospecção; compostos bioativos; fitoterapia.

O uso de plantas medicinais como recurso terapêutico constitui prática milenar que, com o avanço da ciência, tem fornecido compostos bioativos de grande interesse farmacêutico. No Brasil, a investigação de espécies nativas representa oportunidade estratégica para o desenvolvimento de novos fitoterápicos. Nesse cenário, o gênero *Protium* (família Burseraceae) destaca-se pela produção de resinas aromáticas com propriedades anti-inflamatórias, analgésicas, cicatrizantes e antimicrobianas, aspectos corroborados em estudos fitoquímicos de espécies como *Protium heptaphyllum* (PATIAS et al., 2021). A espécie *Protium icicariba*, foco do presente trabalho, é pouco explorada pela comunidade científica, apesar de seu uso tradicional no tratamento de dores, inflamações e no processo de cicatrização de feridas.

Diante das limitações associadas às terapias farmacológicas convencionais para dor e inflamação — como efeitos adversos, alto custo e dificuldade de adesão —, a busca por alternativas terapêuticas de origem natural assume crescente relevância. O presente estudo propôs-se a avaliar o potencial terapêutico da resina de *Protium icicariba* por meio de triagem fitoquímica e do desenvolvimento de uma formulação tópica (loção pós-barba), com os objetivos específicos de: identificar os principais metabólitos presentes na resina; desenvolver formulação tópica estável; avaliar parâmetros físico-químicos; e discutir o potencial terapêutico no tratamento de condições inflamatórias e nociceptivas.

METODOLOGIA

A pesquisa teve caráter experimental e foi estruturada em etapas sequenciais. A resina de *Protium icicariba* foi coletada de vegetal adulto e submetida à extração por maceração a frio ou aquecimento suave, com solventes adequados. A triagem fitoquímica qualitativa foi realizada por meio de testes colorimétricos padronizados para detecção de alcaloides (teste de Wagner), flavonoides (complexação com cloreto de alumínio), saponinas (teste de espuma), taninos (cloreto férrico), cumarinas (espectroscopia UV) e antraquinonas (teste de Bornträger). Com base nos resultados, desenvolveu-se uma loção pós-barba com base emulsionada contendo extrato glicólico de *Protium icicariba*, cujos parâmetros físico-químicos — pH, viscosidade e densidade — foram

avaliados por métodos instrumentais validados pela Farmacopeia Brasileira (7ª ed.), visando garantir estabilidade, eficácia e segurança do produto.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A triagem fitoquímica revelou perfil químico rico e diversificado. A resina de *Protium icicariba* é composta predominantemente por monoterpenos (97,40%), com destaque para β -felandreno (60,68%) e p-cimeno (13,63%), compostos amplamente reconhecidos por suas atividades biológicas e antimicrobianas, e cuja predominância corrobora achados anteriores para o gênero (ROCHA et al., 2022). A presença de flavonoides foi confirmada pela formação de complexos de coloração amarela e laranja, reforçando o potencial anti-inflamatório e antioxidante da resina, em consonância com os estudos de Marcucci et al. (2021) e Oliveira (2023), que evidenciaram inibição da produção de óxido nítrico e de citocinas pró-inflamatórias como TNF- α e IL-6 em macrófagos. Saponinas de ação anti-inflamatória e demulcente, taninos condensados de propriedade adstringente e cicatrizante, cumarinas e antraquinonas também foram identificados. Notavelmente, o teste para alcaloides foi negativo, indicando perfil de baixa toxicidade e maior segurança para aplicações tópicas (NASCIMENTO JÚNIOR et al., 2020).

O produto formulado — loção pós-barba à base de extrato glicólico de *Protium icicariba* — apresentou características físico-químicas adequadas para uso tópico. O pH de 5,5 encontra-se dentro da faixa fisiológica da pele humana (4,5 a 5,8), essencial para preservar a integridade da barreira cutânea, especialmente após o processo de barbear (ARAUJO et al., 2022). A viscosidade de 7.000 mPa.s e o aspecto homogêneo garantem fluidez e espalhabilidade adequadas, e a densidade de 1,19 g/mL situa-se dentro da faixa aceitável para loções pós-barba (0,95 a 1,25 g/mL), confirmando a estabilidade e consistência da formulação (CHIARENTIN et al., 2023). Adicionalmente, a resina demonstrou potencial antimicrobiano por inibição de biofilmes, ampliando o espectro de aplicação do produto para o combate a infecções dermatológicas.

O conjunto de achados — predominância de monoterpenos com ação anti-inflamatória e antinociceptiva, presença de flavonoides antioxidantes, ausência de alcaloides e estabilidade físico-química da formulação — posiciona a resina de *Protium icicariba* como matéria-prima promissora para o desenvolvimento de produtos fitoterápicos e cosmecêuticos de alto valor agregado. A escolha da loção pós-barba como veículo terapêutico é especialmente pertinente, pois permite a aplicação localizada dos princípios ativos, potencializando o efeito anti-inflamatório e regenerador na pele irritada pelo barbear, com menor risco de efeitos adversos sistêmicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo confirma que a resina de *Protium icicariba* possui potencial terapêutico relevante para o desenvolvimento de produto tópico anti-inflamatório e antinociceptivo, validando o uso popular etnofarmacológico da espécie. A triagem fitoquímica evidenciou perfil químico rico em monoterpenos e flavonoides, com ausência de alcaloides que atesta sua segurança, e a formulação desenvolvida demonstrou estabilidade e parâmetros físico-químicos adequados às exigências para uso tópico.

Os resultados obtidos constituem base sólida para investigações futuras, incluindo ensaios de toxicidade crônica, genotoxicidade, irritação cutânea primária e estudos de eficácia biológica *in vivo*, indispensáveis para a translação clínica do produto. A riqueza fitoquímica da resina de *Protium icicariba* abre ainda perspectivas para o desenvolvimento de outras categorias de produtos, como géis cicatrizantes e cremes para alívio de dor articular, reforçando a relevância da bioprospecção da flora nacional e a valorização do conhecimento etnofarmacológico como fonte de inovação farmacêutica.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, B. et al. pH de cosméticos e sua analogia com o pH biológico: uma abordagem investigativa no ensino de química. *Pesquisa em Foco*, São Luís, v. 27, n. 2, p. 44-66, jul./dez. 2022.
- BARATA, A. C. et al. Análise fitoquímica e potencial alelopático do extrato etanólico das folhas de *Protium calendulinum* (Burseraceae) na germinação de *Lactuca sativa*. *Diversitas Journal*, v. 5, n. 4, p. 2660-2675, 2020.
- CHIARENTIN, L. et al. Rheology of Complex Topical Formulations: An Analytical Quality by Design Approach to Method Optimization and Validation. *Pharmaceutics*, Basel, v. 15, n. 7, p. 1810, 2023.
- CHIVODZE, R. S. Análise fitoquímica e avaliação da actividade antioxidante e antimicrobiana dos extractos de *Solanum linnaeanum*. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2022.
- FARMACOPEIA BRASILEIRA. 7. ed. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2024.
- MARCUCCI, M. C. et al. Metodologias acessíveis para a quantificação de flavonoides e fenóis totais em própolis. *Revista Virtual de Química*, v. 13, n. 1, p. 11-22, 2021.

NASCIMENTO JÚNIOR, C. S. do et al. Análise qualitativa do perfil químico de plantas medicinais do horto das Faculdades Nova Esperança. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 9, e816998033, 2020.

OLIVEIRA, A. A. da S. Atividade anti-inflamatória, antimicrobiana e toxicidade genética da resina de breu-branco (*Protium spp.*, Burseraceae) extraída por método verde. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

PATIAS, N. S. et al. Identification of Flavonoids by LC-MS/MS in Leaves Extract From *Protium heptaphyllum* (Aubl.) March and Antioxidant Activity in Mice. *The Natural Products Journal*, v. 11, n. 5, p. 715-727, 2021.

RIBEIRO-LACERDA, T. M. et al. Inalação do óleo essencial de *Protium heptaphyllum* (Aubl.) Marchand (breu-branco) como analgésico e ansiolítico na fibromialgia: relato de casos. *BrJP*, v. 8, e20250004, 2025.

ROCHA, T. S. et al. Variabilidade química de óleos essenciais de *Protium heptaphyllum*. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 10, e288111032835, 2022.

EVIDÊNCIAS E PERSPECTIVAS TERAPÊUTICAS NO TRATAMENTO DA ANSIEDADE EM ADULTOS COM FITOTERÁPICOS

Maria Aparecida Laurindo de Matos¹

Juliana Maria Rocha e Silva Crespo²

Renan Modesto Monteiro³

Rondinelli de Carvalho Ladeira⁴

¹Graduada, Universidade Iguçu – Campus V – Itaperuna/RJ | m.aparecidamatos@gmail.com

²Mestre, Universidade Iguçu – Campus V – Itaperuna/RJ | julianamariarsc@gmail.com

³Doutor, Universidade Iguçu – Campus V – Itaperuna/RJ | renanmodesto@gmail.com

⁴Mestre, Universidade Iguçu – Campus V – Itaperuna/RJ | rondinellicl@uol.com.br

Palavras-chave: ansiedade; fitoterapia; plantas medicinais; tratamento ansiolítico; adultos.

Os transtornos de ansiedade figuram entre as condições de saúde mental mais prevalentes na vida adulta, com estimativas globais que apontam acometimento de 10% a 20% da população, número que se intensificou após a pandemia de COVID-19 (JENSEN et al., 2024). A ansiedade se manifesta por sintomas físicos, cognitivos e comportamentais — como inquietação, fadiga, tensão muscular, alterações do sono e dificuldade de concentração —, frequentemente associados a comorbidades como depressão e hipertensão (ZHAO et al., 2023). Os tratamentos convencionais, baseados principalmente em benzodiazepínicos e inibidores seletivos da recaptação de serotonina (ISRS), apresentam eficácia reconhecida, mas estão associados a limitações como dependência, efeitos adversos e baixa adesão em longo prazo (VELASQUEZ et al., 2024).

Nesse contexto, os fitoterápicos têm despertado crescente interesse como alternativas complementares, por apresentarem ação ansiolítica relacionada à modulação de neurotransmissores como GABA e serotonina, além de maior aceitação pelos pacientes e perfil de segurança frequentemente superior ao dos psicofármacos (SAHIN et al., 2024). Plantas como *Passiflora incarnata*, *Valeriana officinalis* e *Matricaria recutita* acumulam evidências científicas de eficácia e constituem as espécies mais estudadas no campo da saúde mental integrativa. O presente estudo teve como objetivo geral avaliar a eficácia e a segurança dos fitoterápicos utilizados no tratamento da ansiedade em adultos, revisando a literatura recente, descrevendo mecanismos de ação, comparando efeitos terapêuticos e adversos com os ansiolíticos tradicionais e identificando vantagens e limitações clínicas.

O estudo foi desenvolvido por meio de revisão narrativa de literatura. A busca bibliográfica foi realizada entre junho e setembro de 2025 nas bases PubMed, SciELO, LILACS, ScienceDirect e Google Scholar, utilizando descritores em português e inglês combinados por operadores booleanos: "fitoterápicos", "plantas medicinais", "ansiedade em adultos", "tratamento ansiolítico", "herbal medicine" e "anxiety disorders". Foram incluídos ensaios clínicos, revisões sistemáticas, metanálises e estudos experimentais publicados entre 2020 e 2025, em português, inglês ou espanhol, com textos completos disponíveis e que abordassem eficácia, segurança ou mecanismos de ação de fitoterápicos na ansiedade em adultos. Foram excluídos artigos duplicados, resumos sem texto completo, estudos voltados exclusivamente a populações pediátricas ou geriátricas e textos

sem fundamentação empírica. Ao final da triagem, selecionaram-se 10 estudos de maior relevância, organizados em planilhas estruturadas para análise comparativa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise da literatura evidencia que os três fitoterápicos mais estudados — *Passiflora incarnata*, *Valeriana officinalis* e *Matricaria recutita* — apresentam mecanismos de ação bem fundamentados. Compostos presentes nessas plantas modulam receptores GABAérgicos e serotoninérgicos, produzindo efeito calmante comparável ao dos benzodiazepínicos, porém com menor risco de dependência e tolerância (SAHIN et al., 2024; VELASQUEZ et al., 2024). Muitas dessas espécies também contêm substâncias antioxidantes e anti-inflamatórias, sugerindo que a redução do estresse oxidativo contribui para a atenuação dos sintomas ansiosos.

A *Passiflora incarnata* destaca-se como a espécie com evidências mais consistentes. Ensaio clínico demonstram eficácia similar à do diazepam em situações de ansiedade aguda — como em procedimentos odontológicos —, com menor sonolência residual e menor prejuízo cognitivo (VELASQUEZ et al., 2024). Seu uso como adjuvante no desmame de benzodiazepínicos também foi documentado, com atenuação dos sintomas de abstinência e maior adesão ao processo de retirada gradual (CARMINATI et al., 2024). A *Valeriana officinalis*, por sua vez, mostra resultados relevantes especialmente em pacientes com ansiedade associada a distúrbios do sono, com melhora nos escores de ambas as condições e ausência de dependência ou tolerância (SAHIN et al., 2024; SALM et al., 2023). A *Matricaria recutita* (camomila) apresenta eficácia superior ao placebo na ansiedade generalizada e demonstra versatilidade terapêutica ao exibir resultados positivos tanto por via oral quanto por aromaterapia, com redução de parâmetros fisiológicos do estresse como frequência cardíaca e pressão arterial (SAADATMAND et al., 2024; POURSHAIKHIAN et al., 2024).

Os estudos analisados apontam que a maior adesão aos fitoterápicos está associada à percepção de naturalidade e menor agressividade, o que favorece a continuidade do tratamento (CARMINATI et al., 2024). Contudo, essa percepção pode induzir ao uso inadequado sem orientação profissional, especialmente diante de interações medicamentosas relevantes: valeriana pode potencializar efeitos sedativos de outros fármacos, e camomila pode aumentar o risco de sangramento em usuários de anticoagulantes (SALM et al., 2023). Os principais desafios do campo incluem a falta de padronização dos extratos vegetais — influenciados por fatores como clima, solo e técnicas de processamento —, a heterogeneidade metodológica dos estudos, amostras reduzidas e

ausência de acompanhamento em longo prazo, que dificultam a generalização dos resultados (ZHAO et al., 2023; SAADATMAND et al., 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fitoterápicos *Passiflora incarnata*, *Valeriana officinalis* e *Matricaria recutita* constituem recursos terapêuticos promissores no manejo da ansiedade em adultos, com ações ansiolíticas associadas à modulação de sistemas GABAérgicos e serotoninérgicos, perfil de segurança favorável e boa aceitação pelos pacientes. Os resultados são especialmente consistentes em quadros leves a moderados, onde essas plantas podem atuar como adjuvantes ou complementos da farmacoterapia convencional.

Conclui-se, no entanto, que a fitoterapia não deve ser adotada como substituta definitiva dos ansiolíticos tradicionais, dada a persistência de limitações metodológicas nos estudos disponíveis. Seu uso deve ser sempre acompanhado por profissional de saúde capacitado, considerando interações medicamentosas e contraindicações individuais. Do ponto de vista das políticas públicas, a incorporação da fitoterapia ao Sistema Único de Saúde representa oportunidade relevante de ampliar o acesso ao cuidado em saúde mental, especialmente em regiões com menor oferta de serviços especializados. Para consolidar essa perspectiva, são necessários ensaios clínicos randomizados com amostras amplas, padronização de extratos, definição de doses ideais e avaliação de efeitos em longo prazo.

REFERÊNCIAS

CARMINATI, M. et al. *Passiflora incarnata* L., herba, in benzodiazepine tapering: dry extract as an add-on treatment in anxiety patients. *Phytotherapy Research*, v. 38, n. 2, p. 512-520, 2024.

HARIT, M. K. et al. Randomized, double-blind, placebo-controlled, clinical study of *Passiflora incarnata* extract (SIVI) in stress and sleep problems. *Journal of Evidence-Based Integrative Medicine*, v. 29, p. 1-10, 2024.

JENSEN, M. G. et al. Herbal medicines and botanicals for managing insomnia and anxiety-related mental health issues: a review. *Sleep Medicine Reviews*, v. 72, p. 1-15, 2024.

POURSHAIKHIAN, M. et al. Effects of aromatherapy with *Matricaria chamomile* essential oil on anxiety and hemodynamic indices in patients with acute coronary syndrome: a randomized controlled trial. *BMC Complementary Medicine and Therapies*, v. 24, p. 1-10, 2024.

SAADATMAND, S. et al. The effect of oral chamomile on anxiety: a systematic review of clinical trials. *Journal of Herbal Medicine*, v. 45, p. 1-12, 2024.

SAHIN, K. et al. Impact of a novel valerian extract on sleep quality, relaxation, and GABA/serotonin receptor activity in a murine model. *Antioxidants*, v. 13, n. 6, p. 657, 2024.

SALM, S. et al. Current state of research on the clinical benefits of herbal medicines for non-life-threatening ailments. *Frontiers in Pharmacology*, v. 14, p. 1234701, 2023.

VELASQUEZ, A. C. A. et al. Effects of *Passiflora incarnata* and *Valeriana officinalis* in the control of anxiety due to tooth extraction: a randomized controlled clinical trial. *Oral and Maxillofacial Surgery*, v. 5, n. 3, p. 1-9, 2024.

ZHAO, F. Y. et al. Identifying complementary and alternative medicine recommendations in existing anxiety disorder guidelines: a systematic review. *Frontiers in Psychiatry*, v. 14, p. 1290580, 2023.

JUDICIALIZAÇÃO NA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: uma análise no município de Muriaé, MG, em 2023

Pamella O. Teixeira¹

Juliana Maria R. S. Crespo²

Patrícia O. Silva³

Paulo Sérgio P. Amaral⁴

¹Graduada, Universidade Iguazu – Campus V – Itaperuna/RJ | pamella040699@gmail.com

²Mestre, Universidade Iguazu – Campus V – Itaperuna/RJ | julianamariarsc@gmail.com

³Graduada, Universidade Iguazu – Campus V – Itaperuna/RJ | patricia.oliveira4098@hotmail.com

⁴Mestre, Universidade Iguazu – Campus V – Itaperuna/RJ | pamar2005@yahoo.com.br

Palavras-chave: Judicialização da saúde; Assistência farmacêutica; Sistema Único de Saúde; Direito à saúde; Medicamentos.

A Constituição Federal de 1988 consolidou o direito à saúde como um direito social fundamental no Brasil, garantindo acesso universal e igualitário por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse sistema foi concebido com base em princípios de universalidade, integralidade e equidade, garantindo assistência à saúde em todos os níveis de complexidade. No entanto, apesar dos avanços institucionais, persistem desafios relacionados à efetivação desse direito, especialmente no que se refere ao acesso a medicamentos e insumos essenciais.

Nesse cenário, a judicialização da saúde emerge como um fenômeno crescente, caracterizado pela busca do Poder Judiciário como meio para garantir o acesso a tratamentos e medicamentos não disponibilizados pelo sistema público. Tal prática reflete tanto lacunas na gestão e no planejamento das políticas públicas quanto ao fortalecimento do reconhecimento do direito individual à saúde, gerando impactos relevantes na organização e no financiamento do SUS (AITH et al., 2017).

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa empírica, de natureza descritivo-analítica, com abordagem quantitativa, realizada por meio da análise documental de ações judiciais. Foram examinados 15 processos julgados no município de Muriaé, Minas Gerais, no ano de 2023, com dados apurados junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). As informações foram organizadas e comprovadas com auxílio do software Excel®, permitindo a categorização e interpretação dos dados referentes ao perfil das ações, dos beneficiários e das demandas assistenciais (OLIVEIRA et al., 2015).

Diante desse contexto, o estudo teve como objetivo analisar o perfil da assistência farmacêutica necessária por meio de ações judiciais individuais no município de Muriaé-MG, identificando as características dos demandantes, das ações judiciais e dos medicamentos solicitados, bem como compreender as implicações dessas implicações para a gestão pública em saúde.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A judicialização da saúde está diretamente relacionada à dificuldade de acesso a serviços e insumos garantidos constitucionalmente, sendo frequentemente utilizada como instrumento para garantir o fornecimento de medicamentos. Estudos apontam que esse aspecto tem crescido

significativamente no Brasil, refletindo limitações estruturais do SUS, especialmente no que diz respeito ao financiamento, planejamento e incorporação de tecnologias em saúde (CASTRO et al., 2016; BARROSO et al., 2009).

Os resultados obtidos neste estudo evidenciam que todas as ações comprovadas foram de natureza individual, sem participação de associações ou do Ministério Público, o que reforça o caráter individualizado da judicialização. Observe-se a predominância de mulheres como autoras das ações, dado que pode estar relacionado a maior percepção e cuidado com a saúde. Além disso, a maioria dos processos envolve concessão de gratuidade de justiça e foi patrocinada por advogados particulares (AITH et al., 2017; OLIVEIRA et al., 2015).

Quanto ao tipo de ação, houve predomínio do mandato de segurança, representando a principal via utilizada pelos requerentes, possivelmente devido à sua maior ceridade e à ausência de fase instrutória. Não se refere às prescrições médicas, fornece-se predominância de receitas oriundas do setor privado, indicando uma possível desconexão entre a prática clínica privada e as diretrizes do SUS (BIEHL et al., 2012; TONETE et al., 2019).

Outro achado relevante foi a elevada proporção de medicamentos solicitados que não constam nas listas oficiais do SUS, embora todos possuíssem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Entre os principais medicamentos exigidos destacam-se aqueles destinados ao tratamento de doenças oncológicas e autoimunes, o que evidencia a complexidade e o alto custo das terapias requeridas judicialmente (TONETE et al., 2019; CASTRO et al., 2016).

No que diz respeito às decisões judiciais, examinamos-se alta taxa de deferimento total ou parcial das demandas, demonstrando o papel ativo do Judiciário na garantia do direito à saúde. Contudo, esse cenário pode gerar impactos significativos na gestão pública, como desorganização do planejamento, aumento de custos e comprometimento do patrimônio no acesso aos recursos em saúde (AITH et al., 2017; OLIVEIRA et al., 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A judicialização da assistência farmacêutica no município de Muriaé-MG evidenciou a existência de fragilidades na organização e na gestão do sistema público de saúde, especialmente no que se refere ao acesso a medicamentos. O efeito reflete a busca dos cidadãos pela efetivação de um direito constitucional, ao mesmo tempo em que impõe desafios à sustentabilidade do SUS.

Diante disso, torna-se fundamental fortalecer o planejamento das políticas públicas de saúde, ampliar a integração entre os poderes Executivo e Judiciário e implementar estratégias administrativas, como mecanismos de mediação, que possam reduzir a necessidade de

judicialização. Além disso, é necessário promover maior racionalidade na alocação de recursos e aprimorar a assistência farmacêutica, garantindo acesso equitativo e eficiente aos medicamentos.

REFERÊNCIAS

AITH, F. Direito à saúde e democracia sanitária. São Paulo: Quartier Latin, 2017.

BARROSO, LR Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, Fornecimento gratuito de medicamentos e restrições para a atuação judicial. Revista Interesse Público, 2009.

BIEHL, J.; AMON, JJ; SOCAL, MP; PETRYNA, A. Entre o tribunal e a clínica: ações judiciais por medicamentos e o direito à saúde no Brasil. Saúde e Direitos Humanos, 2012.

CASTRO, SHR Impacto desalocativo no orçamento público estadual em face de decisões judiciais. Fórum de Contratação e Gestão Pública, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Judicialização da saúde no Brasil: perfil das demandas, causas e propostas de solução. Brasília, 2019.

OLIVEIRA, R.; SOUZA, AI O perfil das demandas judiciais por direito à saúde pública do município de Leopoldina – MG. Revista de Saúde Pública do SUS/MG. 2015.

TONETE, D.; CHUSOLI, C. Judicialização no acesso a medicamentos: análise sobre os impactos na gestão da saúde. O Social em Questão, 2019.

VASCONCELLOS, M.; ROVER, T. Advogados e juízes disputam vetos. Revista Brasileira de Biociências, 2010.

USO DE BENZODIAZEPÍNICOS ANSIOLÍTICOS E DROGAS Z ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: FATORES DE RISCO E CONSEQUÊNCIAS DO USO

Clara Scalercio Brasil Vieira¹

Cristiano Guilherme Alves de Oliveira²

¹ Graduanda do Curso de Farmácia da Universidade Iguçu, Campus V, Itaperuna/RJ. E-mail: cscalercio000@gmail.com.

² Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional. Área de concentração: Farmacologia, UCAM-MG. Professor de Toxicologia da Universidade Iguçu campus V em Itaperuna/RJ. E-mail: cristiano.farma@hotmail.com.

Palavras-chave: benzodiazepínicos; hipnóticos; fatores de risco; estudantes universitários; uso racional de medicamentos.

INTRODUÇÃO

O ambiente universitário representa, para muitos jovens, um período de intensas transformações e desafios. A pressão por desempenho acadêmico, os prazos exíguos, a distância da família e a transição para a vida adulta compõem um cenário propício ao surgimento de ansiedade, insônia e outros transtornos emocionais. Nesse contexto, cresce de forma preocupante o recurso a medicamentos psicotrópicos, especialmente os benzodiazepínicos ansiolíticos e os hipnóticos não benzodiazepínicos, conhecidos como drogas Z, como estratégia de enfrentamento ao sofrimento cotidiano (Almeida; Fernandes; Ferreira, 2021).

Substâncias como o Alprazolam, o Clonazepam, o Bromazepam e o Zolpidem são amplamente prescritas para quadros de ansiedade e insônia, justamente pela eficácia e pela rapidez no alívio dos sintomas (Leonardi; Azevedo; Oliveira, 2017; Bauchrowitz et al., 2019). Contudo, esse aparente benefício imediato encobre riscos relevantes, sobretudo quando o uso ocorre sem orientação profissional adequada, por automedicação ou por compartilhamento entre estudantes (Araujo; Ribeiro; Vanderlei, 2021).

Diante disso, o presente trabalho teve como objetivo compreender os fatores de risco e as consequências do uso de benzodiazepínicos e de hipnóticos não benzodiazepínicos entre estudantes universitários da área da saúde da Universidade Iguazu, Campus V, em Itaperuna/RJ, considerando a prevalência do consumo, as condições que o favorecem, os efeitos adversos relatados e as perspectivas de prevenção e promoção do uso racional de medicamentos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza observacional, com abordagem quantitativa, delineamento descritivo e corte transversal, realizada com 86 discentes dos cursos de Farmácia e demais graduações da área da saúde da Universidade Iguazu, Campus V, no município de Itaperuna, estado do Rio de Janeiro.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de setembro e novembro de 2025, por meio de um questionário estruturado e autoaplicável, elaborado com base na literatura científica e adaptado à realidade acadêmica, disponibilizado na plataforma Google Forms. O instrumento abordou dados sociodemográficos, hábitos de sono, histórico clínico, padrões de uso de psicotrópicos, efeitos

adversos percebidos, formas de obtenção dos medicamentos e percepção individual dos riscos envolvidos.

A divulgação do formulário se deu por redes sociais e aplicativo de mensagens (WhatsApp). Todos os participantes consentiram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disponibilizado em formato eletrônico. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o CAAE nº 73451298.1.0000.5213, em conformidade com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, com cálculo de frequências absolutas e relativas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DISCUSSÕES

A amostra foi composta majoritariamente por participantes do sexo feminino (76%, n=65), com idades entre 19 e 53 anos e média de aproximadamente 26,1 anos. A maior parte era estudante do curso de Farmácia (91%, n=78). No que se refere à qualidade do sono, 45% classificaram-na como regular, 32% como boa e 13% como muito boa; apenas 10% relataram qualidade ruim ou muito ruim. Quanto à duração do sono, 60% dormem entre 6 e 7 horas por noite, e somente 13% possuíam diagnóstico formal de distúrbio do sono.

Entre os medicamentos utilizados, destacaram-se o Clonazepam (Rivotril®), referido por 36% dos participantes, e o Alprazolam (Frontal®), mencionado por 34%. O Zolpidem foi utilizado por 10% dos estudantes, enquanto o Bromazepam (Lexotan®) apareceu em 3,5% das respostas. Esses achados estão em consonância com os de Almeida, Fernandes e Ferreira (2021), que apontam a predominância dos benzodiazepínicos de referência no consumo nacional de ansiolíticos.

A forma de obtenção dos medicamentos revelou dados igualmente preocupantes: 37,8% dos participantes adquiriram os fármacos sem prescrição médica, 26,7% relataram uso compartilhado com amigos ou familiares, e apenas 35,5% utilizaram com prescrição. Esses dados corroboram os achados de Araújo, Ribeiro e Vanderlei (2021) e Melo et al. (2024), que ressaltam a naturalização da automedicação no ambiente universitário como reflexo de fragilidades no acesso à saúde mental e do desconhecimento sobre os riscos do uso prolongado de psicotrópicos.

Em relação aos efeitos adversos associados ao uso de benzodiazepínicos, o sintoma mais relatado foi a sonolência excessiva (28%), seguido pela diminuição da concentração (16%) e por sinais de dependência ou tolerância (14%). Outros efeitos incluíram tontura e falta de coordenação motora (12%), mudanças de humor (10%) e xerostomia (9%). Esses resultados alinham-se ao perfil farmacológico descrito por Brossi et al. (2023), que enfatizam os impactos cognitivos e sedativos decorrentes do uso prolongado dessas substâncias.

Para os hipnóticos não benzodiazepínicos, como o Zolpidem, 44% dos participantes referiram nunca ter utilizado o medicamento. Entre os usuários, os efeitos mais relatados foram amnésia (8,5%) e sonambulismo (8,5%), o que reforça os alertas de Lanna et al. (2024) sobre comportamentos automatizados e alterações cognitivas associados ao uso dessa substância, mesmo em usuários ocasionais.

Quanto à percepção de vulnerabilidade, aproximadamente 50% dos participantes acreditam que estudantes universitários são mais propensos ao uso de ansiolíticos, atribuindo essa susceptibilidade à pressão acadêmica, à sobrecarga emocional e ao estresse. Essa percepção confirma o cenário descrito por Franco et al. (2022) e Andres et al. (2024), que relacionam a vida acadêmica ao aumento no consumo de psicotrópicos como estratégia de enfrentamento a demandas emocionais não acolhidas institucionalmente.

No que tange ao impacto emocional, 51% dos participantes não perceberam diferença em seu estado emocional após o uso das substâncias, 25% relataram melhora subjetiva e 15% notaram piora dos sintomas. Conforme Dos Santos Sousa et al. (2020), o alívio promovido pelos psicotrópicos tende a ser pontual, sem resolver os fatores emocionais subjacentes, o que pode perpetuar os quadros de ansiedade e insônia e acelerar o desenvolvimento de dependência. Por fim, 56% dos participantes manifestaram o desejo de reduzir ou interromper o uso, indicando uma crescente conscientização sobre os riscos envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia que o uso de benzodiazepínicos e hipnóticos não benzodiazepínicos entre estudantes universitários da área da saúde é expressivo e, em grande parte, ocorre sem acompanhamento profissional adequado. Os medicamentos mais utilizados são o Clonazepam e o Alprazolam, com motivações fortemente relacionadas ao estresse acadêmico e às dificuldades de sono.

Os efeitos adversos relatados, como sonolência excessiva, redução da concentração, dependência, amnésia e sonambulismo, confirmam os riscos do uso indiscriminado dessas substâncias. A predominância de aquisição sem prescrição e por compartilhamento reforça a urgência de intervenções educativas voltadas ao uso racional de medicamentos e à promoção da saúde mental no ambiente acadêmico.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. M.; FERNANDES, W. O. B.; FERREIRA, E. M. R. Uso abusivo de psicofármacos e o papel do farmacêutico na prevenção da medicalização. *Revista Saúde & Ciência Online*, v. 10, n. 2, p. 109-123, 2021.
- ANDRES, A. E. et al. Incidência de distúrbios do sono e uso irracional de medicamentos entre discentes da área da saúde de uma universidade no Paraná. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 10, p. 3366-3380, 2024.
- ARAUJO, A. F. L. L.; RIBEIRO, M. C.; VANDERLEI, A. D. Automedicação de psicofármacos entre estudantes universitários de Odontologia e Medicina. *Revista Interdisciplinar em Educação Superior*, v. 7, p. 1-19, 2021.
- BAUCHROWITZ, C. et al. Prevalência de uso de psicofármacos por acadêmicos: efeitos do processo de graduação. *Brazilian Journal of Development*, v. 5, n. 11, p. 24915-24933, 2019.
- BROSSI, A. et al. Compreendendo os efeitos farmacológicos dos benzodiazepínicos e o impacto negativo na memória. *Revista Brasileira de Ciências Biomédicas*, v. 4, n. 1, 2023.
- DOS SANTOS SOUSA, G. et al. As consequências e os efeitos decorrentes do uso indiscriminado e prolongado de benzodiazepínicos: uma revisão da literatura. *Revista Amazônica de Ciências Farmacêuticas*, v. 1, n. 2, p. 54-69, 2020.
- FRANCO, J. V. V. et al. O uso de benzodiazepínicos por acadêmicos do curso de Medicina de uma universidade no sul do estado do Tocantins. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 9, 2022.
- LANNA, C. C. e et al. Zolpidem: uma revisão integrativa sobre uso indiscriminado, dependência e efeitos colaterais. *Revista Contemporânea*, v. 4, n. 12, 2024.
- LEONARDI, J. G.; AZEVEDO, B. M.; OLIVEIRA, A. C. C. Benzodiazepínicos e seus efeitos no sistema nervoso central. *Revista Saúde em Foco*, n. 9, 2017.
- MELO, P. C. G. et al. Uso de psicofármacos sem prescrição médica entre acadêmicos de medicina e odontologia. *Medicina (Ribeirão Preto)*, v. 57, n. 3, 2024.

**AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DE CREME MANIPULADO
COM EXTRATO GLICÓLICO DE PRÓPOLIS (3% E 7%) FRENTE AO
STAPHYLOCOCCUS AUREUS**

Luana Lopes Bezerra FRANÇA¹

Henrique da Rocha BARROS²

Juliana Maria Rocha e Silva CRESPO³

Cristiano Guilherme Alves de OLIVEIRA⁴

Leonardo Figueira Reis de SÁ⁵

Renan Modesto MONTEIRA⁶

Sérgio Henrique de Mattos MACHADO⁷

Rondinelli de carvalho LADEIRA⁸

Sabryne da rocha LADEIRA⁹

Juliano Gomes BARRETO¹⁰

¹Graduanda em Farmácia, Universidade Iguazu (UNIG), luanalbfranca@hotmail.com.

²Médico Veterinário, Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO), henriquerochet@gmail.com.

³Mestre em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal de Viçosa (UFV), 0520047@professor.unig.edu.br.

⁴Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional, Universidade Cândido Mendes (UCAM), cristiano.farma@hotmail.com.

⁵Doutor em Biociência e Biotecnologia, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), leoreis@gmail.com.

⁶Doutor em Biociência e Biotecnologia, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), renanmodesto@gmail.com.

⁷Doutor em Planejamento Regional e Gestão, Universidade Cândido Mendes (UCAM), shmmachado@gmail.com.

⁸Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional, Universidade Cândido Mendes (UCAM), rondinellicl@uol.com.br.

⁹Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional, Universidade Cândido Mendes (UCAM), byne.rocha@uol.com.br.

¹⁰Mestre em Ensino de Ciência da Saúde e ambiente, Centro Universitário Plínio Leite (UNIPLI), julianoabarreto@hotmail.com.

Palavras-chave: Própolis; *Staphylococcus aureus*; Doenças dermatológicas; Extrato glicólico; Creme Manipulado.

INTRODUÇÃO

A bactéria *Staphylococcus aureus* é responsável por diversas infecções, dentre elas, as manifestações dermatológicas (Rodrigues *et al.*, 2014; Zaroni *et al.*, 2023), que podem variar de lesões superficiais até potencialmente graves. Em tal situação, o tratamento contínuo de fármacos antibacterianos sistêmicos é indispensável.

No entanto, o uso excessivo e indiscriminado destes fármacos favorece o

desenvolvimento de resistência bacteriana, que afeta diretamente a eficácia do regime terapêutico padrão (Oliveira *et al.*, 2014).

Sob essa perspectiva, a própolis, concentra um potencial oportuno, devido à presença de diferentes bioativos em sua composição, que exercem propriedades cicatrizantes, antimicrobianas, etc (Anjum *et al.*, 2019), fazendo-se necessária a análise microbiana frente à bactéria *S. aureus*, com a finalidade de mitigar o risco de desenvolvimento de resistência bacteriana. O extrato glicólico de própolis revela-se como uma proposta promissora, além de atuar como inibidor do crescimento bacteriano, apresenta característica menos irritativa,

O estudo visa capacitar a validação científica como alternativa terapêutica o uso de extrato glicólico de própolis em dosagens menores para tratamentos terapêuticos.

METODOLOGIA

A pesquisa possui desenho experimental e abordagem mista com objetivo de comparar a atividade antimicrobiana de extrato de própolis glicólico frente à bactéria *Staphylococcus aureus* com concentrações diferentes (3% e 7%). Os cremes foram produzidos em farmácia magistral a partir de fórmula fornecida pela pesquisadora, apenas para embasamento científico.

Teste *pour plate*

No procedimento de vertimento em ágar, método quantitativo, conduzido para avaliar a cinética de redução bacteriana, realizou-se preparação prévia do meio de cultura Muller-hinton (MH) e distribuído em 36 tubos de ensaio, contendo de 15-20 mL cada.

Quanto a preparação da suspensão primária de ensaio, pesou-se 9,0 g de cada formulação em creme (3% e 7%), em frascos estéreis e, em seguida foi adicionado 1,0 mL de suspensão bacteriana de *S.aureus*, previamente preparada em água peptonada estéril ajustada à turbidez de 0,5 McFarland ($\approx 1,5 \times 10^8$ UFC/mL). A mistura foi homogeneizada e disposta para contato com microorganismo em três intervalos de tempo: T0 (contato imediato), T30 (30 minutos de contato) e T60 (60 minutos de contato).

Ao final de cada tempo de contato, 1,0 g do creme/bactéria foi imediatamente disperso em 9,0 mL de solução salina estéril, criando a diluição primária (10^{-1}). Essa suspensão foi homogeneizada para garantir a dispersão do creme. A partir desta, realizaram-se diluições seriadas até a diluição 10^{-6} , utilizando salina estéril. Para o plaqueamento, foi transferido 1,0 mL de cada diluição em placas de Petri estéreis, e logo foi vertido os 20 mL de ágar

Mueller-Hinton, previamente fundido e mantido entre 45-50°C, para evitar a morte bacteriana. Após a homogeneização, as placas foram deixadas em uma superfície nivelada até a solidificação e incubadas em posição invertida a $35 \pm 2^\circ\text{C}$ por 24 horas.

Teste de difusão em poço

Quanto ao teste de difusão em poço, método qualitativo/semi-quantitativo, foram preparadas previamente três placas de ágar Mueller-Hinton, as placas foram semeadas com *S.aureus* utilizando swab estéril, de forma uniforme em toda superfície do meio. Em seguida, foram feitos poços de ágar (6 mm de diâmetro) em duas das três placas, nos quais foram adicionados 1 g do creme em triplicata para cada amostra, a última placa foi utilizada como controle negativo, semeada com *S.aureus* (figura 2). Após os procedimentos finalizados todas as placas foram incubadas em posição invertida a $35 \pm 2^\circ\text{C}$ por 24 horas.

Implementou-se uso do teste t de *Student* para amostras independentes com a finalidade de analisar estatisticamente as médias obtidas e avaliar se apresentará diferença significativa entre as concentrações de 3% e 7%. Foi adotado um nível de significância de 5% ($\alpha = 0,05$), onde os valores inferiores indicam diferença estatisticamente relevante entre as amostras avaliadas, enquanto valores iguais ou superiores, indicam ausência de diferença significativa, assim as amostras são consideradas estatisticamente semelhantes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DISCUSSÕES

Própolis: aspectos químicos e funcionais

A própolis é uma combinação de pólen, exsudatos de plantas, cera e secreções salivares das abelhas (*Apis mellifera L.*). Na colméia, a própolis funciona como uma barreira natural, responsável pela proteção contra agentes externos e na inibição do crescimento de microorganismos que podem prejudicar a higiene da colmeia.

Os compostos químicos presentes na própolis variam com a localização geográfica e sazonal (Park *et al.*, 2002). Ainda sim, predominantemente é constituída por flavonoides, ácidos fenólicos, terpenóides, aromáticos e seus ésteres. Bouchelaghem (2021), aponta os flavonóides como responsáveis por uma porção significativa das atividades antimicrobianas e antioxidantes.

Atividade antimicrobiana do extrato de própolis

Bouchelaghem (2021), evidencia a forte inibição da própolis contra as bactérias Gram-positivas, com estudos que demonstram uma redução de até 93% na viabilidade das células em biofilmes de *Staphylococcus aureus*. Estudos revelam que tratamentos de exposição prolongada com a própolis não ocasionaram o surgimento de resistência microbiana.

Marcucci (1994) e Lustosa *et al.* (2008), apontam a capacidade da própolis na modulação das respostas com alguns antibacterianos, onde age em sinergia e potencializa o efeito e auxilia na tolerância das bactérias frente à antibióticos.

Extrato glicólico de própolis: Vantagens Farmacotécnicas e aplicações tópicas

O extrato glicólico, utiliza-se solventes como: propilenoglicol, glicerina e água, e, soluções que utilizam propilenoglicol e glicerina conferem maior estabilidade e tolerabilidade a formulações tópicas cutâneas, sendo menos agressivas à pele e mucosas (Longhini *et al.*, 2007), justificando, assim, a opção da escolha para avaliação da otimização de sua concentração no propósito de utilizar em formulações dermatológicas.

Escolha das concentrações dos extratos glicólicos de própolis

As concentrações foram determinadas por princípio farmacêutico da otimização da dose e da segurança tópica. O extrato de própolis com a concentração de 3% foi selecionado como limite experimental inferior no objetivo de testar o potencial antimicrobiano frente ao de concentração de 7%, escolhido como referência superior da eficácia, pois se encontra na faixa comumente utilizada em preparações dermatológicas tópicas, (Longhini *et al.*, 2007), entre 5% a 10%.



Figura 1. Teste de difusão em poço das concentrações de 3% e 7%.

Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

Ao avaliar os testes de difusão em poço é possível verificar o crescimento dos halos em ambas concentrações (figura 1). Para controle negativo (figura 2), fez-se a semeadura do *S. aureus* em ágar MH sem presença de inibidores de crescimento.

Figura 2. Teste de controle negativo.



Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

Tabela 1. Resultados dos halos do teste de difusão em poço.

Concentração do extrato glicólico de própolis	Halo efetivo (mm)
3%	10,0 – 10,5 – 11,0
7%	11,0 – 11,5 – 14,0

Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

A tabela 1 apresenta os resultados dos halos efetivos, onde podemos comparar em milímetros os valores que cada um dos halos.

Tabela 2. Resultados da média, desvio padrão e variância das amostras dos halos do método de difusão em poço.

Concentração do extrato	n	Média amostral	Desvio padrão (s)	Variância padrão
3%	3	10,67 mm	0,76 mm	0,5776
7%	3	12,17 mm	1,61 mm	2,5921

Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

A tabela 2 revela os valores médios, desvio padrão e variâncias. Na tabela 3 tem como resultado o valor de $t = 1,46$ a partir do teste t de *Student* na forma de *Welch*. Para as análises dos dados foi utilizado o software Microsoft Excel® (versão 365).

Tabela 3. Resultados da análise estatística pelo teste T de *Student (Welch)* entre as médias dos halos do método de difusão em poço.

Erro padrão	Estatística T	Graus de liberdade	P - valor	Nível de significância
1,03	1,46	≈ 3	≈ 0,24	0,05

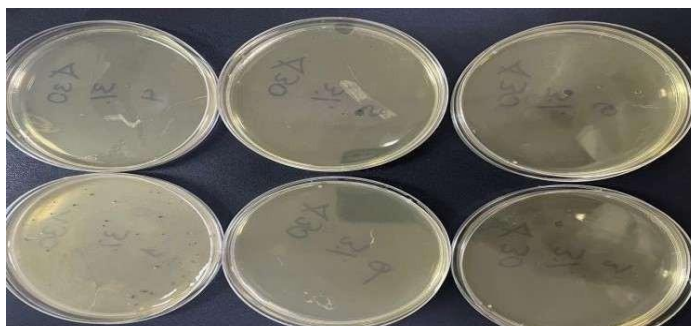
Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

Figura 3. Método *pour plate* contato imediato (concentração de 3% do extrato glicólico).



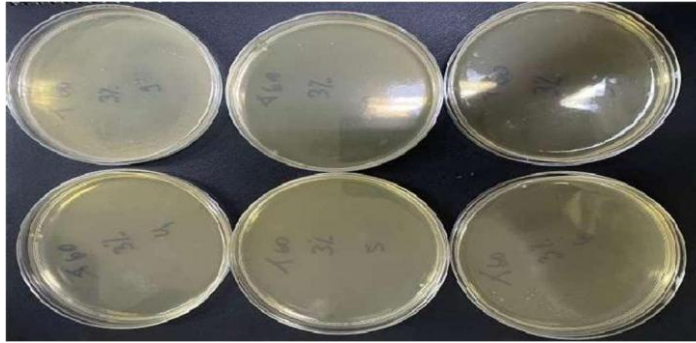
Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

Figura 4. Método *pour plate* contato de 30 minutos (concentração de 3% do extrato glicólico).



Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

Figura 5. Método *pour plate* contato de 60 minutos (concentração de 3% do extrato glicólico).



Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

Figura 6. – Método *pour plate* contato imediato (concentração de 7% do extrato glicólico).



Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

Figura 7. – Método *pour plate* contato de 30 minutos (concentração de 7% do extrato glicólico).



Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

Figura 8. – Método *pour plate* contato de 60 minutos (concentração de 7% do extrato glicólico).

Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

Tabela 4 – Número de colônias contado em cada tempo de contato (UFC/mL).

Concentração do extrato	Tempo de contato	Diluições	Números de colônias
3%	0	10^{-1}	66
3%	0	10^{-2}	3
3%	0	10^{-3}	2
3%	30	10^{-1}	49
3%	30	10^{-2}	4
3%	30	10^{-3}	3
3%	60	10^{-1}	48
3%	60	10^{-2}	4
3%	60	10^{-3}	2
7%	0	10^{-1}	18
7%	0	10^{-2}	1
7%	30	10^{-1}	8
7%	60	10^{-1}	11

Fonte: Dados experimentais obtidos pelos próprios autores.

Na tabela 4, demonstra as avaliações do método *pour plate*, onde a concentração 7% apresentou menor número de colônias no contato imediato, com 18 colônias, em relação ao de menor concentração 3%, com 66 colônias (figuras 6 e 3), e ausência de crescimento bacteriano nas diluições mais altas (figuras 4, 5, 7 e 8).

O método de difusão em poço evidencia uma média de halo de inibição ligeiramente superior na concentração de 7% (12,17 mm) em comparação com a de 3% (10,67 mm) (tabela 2), esta diferença aparente foi submetida a análise estatística. O teste t de *Student de Welch* (tabela 3), revelou o valor de $p= 0,24$. Dado que $p>0,05$, que confirma a ausência de diferença estatística significativa entre os dois grupos. O achado reforça a interpretação que o aumento da concentração do extrato não promoveu um potencial significativo.

CONCLUSÃO

Os resultados dos testes corroboram o potencial antimicrobiano do extrato glicólico de própolis nas duas concentrações frente à *Staphylococcus aureus*. A comprovação de ausência de diferença estatística valida o uso de concentração reduzida do extrato de 3% respalda sua aplicação como uma alternativa terapêutica promissora e eficaz para o controle de infecções por *S. Aureus*. Sua multifuncionalidade (antimicrobiana, anti-inflamatória e cicatrizante), associada ao baixo risco de indução de resistência bacteriana, torna esta formulação uma candidata ideal para desenvolvimento como agente terapêutico de origem natural.

REFERÊNCIAS

ANJUM, S. I. *et al.* **Composition and functional properties of propolis (bee glue): A review.** Saudi Journal of Biological Sciences, v. 26, p. 1695–1703, 2019.

BOUCHELAGHEM, S. **Propolis characterization and antimicrobial activities against *Staphylococcus aureus* and *Candida albicans*: a review.** Saudi Journal of Biological Sciences, v. 29, p. 1936-1946, 2022.

LONGHINI, R. *et al.* **Obtenção de extratos de própolis sob diferentes condições e avaliação de sua atividade antifúngica.** Revista Brasileira de Farmacognosia, v. 17, n. 3, p. 388–395, jul./set. 2007.

LUSTOSA, S. R. *et al.* **Própolis: atualizações sobre a química e a farmacologia.** Revista Brasileira de Farmacognosia, v. 18, n. 3, p. 447–454, 2008.

MARCUCCI, M. C. **Propolis: chemical composition, biological properties and therapeutic activity.** Apidologie, v. 26, n. 2, p. 83–99, 1995. Disponível em:

<https://doi.org/10.1051/apido:19950202>. Acesso em: 16 ago. 2025.

MICROSOFT CORPORATION. **Microsoft Excel®: software de planilha eletrônica.** Versão

365. Redmond, WA: Microsoft Corporation, 2025.

OLIVEIRA, C. F. de *et al.* **Emergência de *Staphylococcus aureus* resistentes aos antimicrobianos: um desafio contínuo.** Revista de Ciências Médicas e Biológicas, Salvador, v. 13, n. 2, p. 242–247, 2014..

PARK, Y. K. *et al.* **Própolis produzida no sul do Brasil, Argentina e Uruguai: evidências fitoquímicas de sua origem vegetal.** Ciência Rural, v. 32, n. 6, p. 997– 1003, 2002.

RODRIGUES, D. A. *et al.* **Atlas de dermatologia em povos indígenas.** São Paulo: Editora Unifesp, 2010.

ZANONI, R. D. *et al.* **Impetigo Infantil: uma revisão abrangente das considerações dermatológicas e pediátricas.** Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, [S. l.], v. 5, n. 5, p. 1817–1828, 2023.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SÍFILIS CONGÊNITA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ENTRE 2020 E 2024: ANÁLISE COMPARATIVA COM OS DEMAIS ESTADOS DO BRASIL

Raphaela de Carvalho Cabral LIMA¹

Cristiano Guilherme Alves de OLIVEIRA²

Rondinelli de Carvalho LADEIRA³

Sérgio Henrique de Matos Machado⁴

Juliano Gomes BARRETO⁵

Graduanda do Curso de Farmácia, Universidade Iguazu (UNIG), Campus V – Itaperuna/RJ. E-mail: 210047117@aluno.unig.edu.br

² Docente do Curso de Farmácia da Universidade Iguazu campus V em Itaperuna/RJ. E-mail: 0505087@professor.unig.edu.br

³ Docente do Curso de Farmácia da Universidade Iguazu campus V em Itaperuna/RJ. E-mail: 0507003@professor.unig.edu.br

⁴ Docente do Curso de Farmácia da Universidade Iguazu campus V em Itaperuna/RJ. E-mail: shmmachado@gmail.com.

⁵ Docente do Curso de Farmácia da Universidade Iguazu campus V em Itaperuna/RJ. E-mail: julianobarreto@hotmail.

Palavras-chave: sífilis congênita; gestação; transmissão vertical; vigilância epidemiológica; saúde pública.

INTRODUÇÃO

A sífilis é uma infecção sexualmente transmissível causada pelo *Treponema pallidum* que, quando não diagnosticada e tratada adequadamente durante a gestação, pode ser transmitida ao feto, caracterizando a sífilis congênita. A transmissão vertical está associada a desfechos graves, como abortamento, natimortalidade, prematuridade, óbito neonatal e sequelas permanentes, configurando importante problema de saúde pública. Apesar da disponibilidade de diagnóstico simples e tratamento eficaz no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Brasil tem registrado aumento significativo de casos nas últimas décadas, evidenciando fragilidades no pré-natal, no diagnóstico oportuno e no tratamento adequado da gestante e de seu parceiro sexual. Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar o perfil epidemiológico da sífilis congênita no estado do Rio de Janeiro entre 2020 e 2024, estabelecendo comparação com os demais estados brasileiros, a fim de identificar padrões, vulnerabilidades e desafios relacionados à prevenção da transmissão vertical.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo epidemiológico, descritivo e retrospectivo, com abordagem quantitativa, realizado a partir da análise de dados secundários de domínio público. O estudo teve como foco o estado do Rio de Janeiro, com análise comparativa em relação aos demais estados brasileiros, no período de 2020 a 2024. A população compreendeu todos os casos confirmados de sífilis congênita notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) durante o intervalo analisado. Foram avaliadas variáveis sociodemográficas e clínicas, incluindo faixa etária e escolaridade materna, realização do pré-natal, momento do diagnóstico da sífilis materna, tratamento do parceiro sexual, faixa etária da criança ao diagnóstico, classificação final e evolução do caso. A coleta dos dados foi realizada por meio de consulta aos bancos públicos do DATASUS e aos Boletins Epidemiológicos de Sífilis do Ministério da Saúde. As informações foram organizadas em tabelas e gráficos para análise descritiva, permitindo comparação temporal e regional, sendo interpretadas à luz da literatura científica e das diretrizes nacionais vigentes. Por se tratar de pesquisa com dados secundários, agregados e de acesso público, sem identificação individual dos sujeitos, o estudo dispensa apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as normas éticas brasileiras.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

A sífilis congênita é reconhecida como indicador da qualidade da atenção pré-natal, pois sua ocorrência está diretamente associada à falha no diagnóstico e tratamento oportunos da sífilis materna. A transmissão vertical do *Treponema pallidum* pode ocorrer em qualquer fase da gestação e está relacionada a desfechos graves, como prematuridade, natimortalidade e óbito neonatal (Avelleira; Bottino, 2006). Apesar da disponibilidade de diagnóstico acessível e tratamento eficaz no Sistema Único de Saúde, a manutenção de taxas elevadas evidencia fragilidades assistenciais.

Os dados analisados demonstram que o estado do Rio de Janeiro acompanhou a tendência nacional entre 2020 e 2024, com aumento de casos até 2021 e redução progressiva nos anos seguintes, conforme observado em boletins oficiais (Brasil, 2024). Ainda assim, os números permanecem expressivos, indicando que as estratégias de controle não têm sido suficientes para interromper a transmissão vertical de forma consistente.

A maior concentração de casos entre gestantes de 15 a 24 anos e entre mulheres com menor escolaridade reforça a influência dos determinantes sociais da saúde, em consonância com estudos nacionais (Ramos et al., 2022). Embora a maioria das gestantes tenha realizado pré-natal, a ocorrência de diagnóstico tardio, frequentemente no parto ou pós-parto, evidencia falhas na testagem em tempo oportuno. Soma-se a isso a baixa adesão ao tratamento do parceiro sexual,

fator determinante para reinfecção materna e manutenção da cadeia de transmissão (Domingues; Leal, 2016).

Assim, a análise comparativa entre o Rio de Janeiro e o cenário nacional demonstra que a sífilis congênita permanece como desafio epidemiológico relevante, exigindo qualificação da assistência pré-natal, fortalecimento da vigilância e estratégias efetivas para tratamento simultâneo do casal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permite compreender o perfil epidemiológico da sífilis congênita no estado do Rio de Janeiro entre 2020 e 2024 e compará-lo ao cenário nacional, alcançando o objetivo proposto. Os resultados demonstram que, embora haja redução gradual dos casos após 2021, a incidência permanece elevada, especialmente entre gestantes jovens e com menor escolaridade.

Verifica-se que a ampla realização do pré-natal não garante, de forma isolada, a prevenção da transmissão vertical, sobretudo diante do diagnóstico tardio e da baixa adesão ao tratamento do parceiro sexual. A predominância de casos em recém-nascidos nos primeiros dias de vida confirma a persistência de falhas na detecção e no manejo adequado da sífilis durante a gestação.

Conclui-se que a sífilis congênita permanece como importante desafio de saúde pública no estado do Rio de Janeiro e no Brasil. O enfrentamento da doença exige qualificação do pré-natal, fortalecimento da vigilância epidemiológica, ampliação da testagem em tempo oportuno e garantia do tratamento adequado da gestante e de seu parceiro, com integração efetiva entre assistência e políticas públicas voltadas à saúde materno-infantil.

REFERÊNCIAS

AVELLEIRA, João Carlos Regazzi; BOTTINO, Giuliana. Sífilis: diagnóstico, tratamento e controle. **Anais Brasileiros de Dermatologia**, Rio de Janeiro, v. 81, n. 2, p. 111–126, 2006.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0365-05962006000200002>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico – Sífilis 2024**. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/>.

DOMINGUES, Rosa Maria Soares Madeira; LEAL, Maria do Carmo. Incidência de sífilis congênita e fatores associados à transmissão vertical. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 6, e00082415, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00082415>.

RAMOS, Amanda Maués et al. Perfil epidemiológico da sífilis em gestantes no Brasil. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/REAS.e9541.2022>

DOENÇAS TRANSMITIDAS POR ALIMENTOS: PRINCIPAIS MICRO-ORGANISMOS E O PAPEL DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Carlos Augusto Pereira Nogueira GOMES¹

Juliano Gomes BARRETO²

Arith Ramos dos SANTOS³

Luis Antonio Eckhardt de PONTES⁴

Sonia Maria Fonseca de SOUZA⁵

¹Graduando em Farmácia, Universidade Iguazu (UNIG), gutopng@gmail.com.

²Mestre em Ensino de Ciência da Saúde e ambiente, Centro Universitário Plínio Leite (UNIPLI), julianoabarreto@hotmail.com.

³Mestre em Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), arithramos@hotmail.com.

⁴Doutor em Ciência Animal, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), eckhardtluiz@yahoo.com.br.

⁵Doutora em Cognição e Linguagem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), sonifon1@gmail.com.

Palavras-chave: Doenças transmitidas por alimentos; Segurança alimentar; Vigilância epidemiológica; Contaminação microbiológica; Saúde pública.

INTRODUÇÃO

As Doenças Transmitidas por Alimentos (DTAs) representam um importante problema de saúde pública em nível mundial, estando associadas ao consumo de alimentos contaminados por microorganismos patogênicos ou suas toxinas. Esses agravos podem provocar desde quadros gastrointestinais leves até complicações graves, especialmente em grupos vulneráveis como crianças, gestantes, idosos e indivíduos imunocomprometidos. No Brasil, a ocorrência de surtos ainda está frequentemente relacionada a falhas na manipulação, no preparo e no armazenamento dos alimentos (Bernardes et al., 2018). Entre os principais agentes envolvidos destacam-se bactérias como a *Salmonella* spp., *Escherichia coli* O157:H7, *Listeria monocytogenes* e *Staphylococcus aureus* (Coelho et al., 2021). Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender os principais microrganismos associados às DTAs e a atuação da vigilância epidemiológica na prevenção e controle desses eventos.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter descritivo, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica. Foram consultadas bases de dados científicas, incluindo SciELO, PubMed e

LILACS, utilizando descritores em português e inglês relacionados a doenças transmitidas por alimentos, segurança alimentar e vigilância epidemiológica.

Foram selecionados artigos científicos, documentos oficiais e publicações acadêmicas relevantes ao tema, priorizando estudos recentes e materiais que abordassem os principais agentes etiológicos, fatores de risco, grupos vulneráveis e medidas de prevenção. A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, buscando sintetizar as evidências disponíveis na literatura.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As DTAs estão associadas à presença de micro-organismos patogênicos em alimentos manipulados ou armazenados de forma inadequada. A *Salmonella* spp. destaca-se como uma das principais causas de gastroenterite, geralmente relacionada ao consumo de ovos crus e carnes mal cozidas (Bernardes et al., 2018). A *Escherichia coli* O157:H7 apresenta elevado potencial patogênico, podendo causar diarreia hemorrágica e complicações graves, como a síndrome hemolítico-urêmica (Soragni et al., 2019). A *Listeria monocytogenes* possui a capacidade de se multiplicar em baixas temperaturas e está associada a alta taxa de letalidade, principalmente em gestantes e recém-nascidos (Barancelli et al., 2011). O *Staphylococcus aureus* está relacionado à manipulação inadequada dos alimentos e à produção de enterotoxinas termoestáveis, responsáveis por intoxicações alimentares de início rápido (Almeida et al., 1995).

Outros agentes relevantes incluem *Campylobacter* sp. e *Clostridium perfringens*, frequentemente associados a falhas no controle de temperatura e armazenamento (Coelho et al., 2021). Nesse contexto, a vigilância epidemiológica permite a detecção precoce de surtos e a implementação de medidas de controle, sendo fundamental para a proteção da saúde coletiva citado por Sirtoli e Comarella (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Doenças Transmitidas por Alimentos permanecem como um desafio relevante para a saúde pública, estando associadas principalmente a falhas na manipulação e conservação dos alimentos. Bactérias como *Salmonella* spp., *Escherichia coli*, *Listeria monocytogenes* e *Staphylococcus aureus* são responsáveis pela maior parte dos surtos e representam risco significativo para a população, especialmente para grupos vulneráveis.

A vigilância epidemiológica se mostra essencial para a identificação precoce de casos, monitoramento de surtos e implementação de medidas preventivas. A redução da incidência das DTAs depende da atuação integrada entre vigilância sanitária, educação em saúde, adoção das Boas Práticas de Fabricação e conscientização da população.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. C. C. *et al.* **Avaliação e controle de qualidade microbiológica de mãos de manipuladores de alimentos.** Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 29, n. 4, p.290–294,1995.
- BARANCELLI, G. V.; SILVA-CRUZ, J. V.; PORTO, E.; OLIVEIRA, C. A. F. **Listeria monocytogenes: ocorrência em produtos lácteos e suas implicações em saúde pública.** Arquivos do Instituto Biológico, São Paulo, v. 78, n. 1, p. 155–168, jan./mar. 2011.
- BERNARDES, N. B. *et al.* **Intoxicação alimentar: um problema de saúde pública. ID on line** Revista de Psicologia, v. 12, n. 42, p. 894–906, 2018.
- COELHO, R. H.; MOURA, G. S.; ANDRADE, V. O. A. **Contaminação de alimentos e seus fatores predisponentes: uma revisão integrativa.** Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 10071–10087, 2021.
- SIRTOLI, D. B.; COMARELLA, L. **O papel da vigilância sanitária na prevenção das doenças transmitidas por alimentos(DTA).** Revista Saúde e Desenvolvimento, Curitiba, v. 12, n. 10, p. 197–209, 2018.
- SORAGNI, L.; BARNABÉ, A. S.; MELLO, T. R. C. **Doenças Transmitidas por alimentos e participação da manipulação inadequada para sua ocorrência: uma revisão.** Estação Científica (UNIFAP), Macapá, v. 9, n. 2, p. 19–32, 2019.

O USO DE METILFENIDATO (RITALINA) POR ESTUDANTES DO CURSO DE FARMÁCIA DA UNIG - CAMPUS V

Caio da Silva Gonçalves Pires¹

Isabella Faria Goulart Encarnação Cabral²

Rondinelli de Carvalho Ladeira³

Juliano Gomes BARRETO⁴

Sérgio Henrique de Matos Machado⁵

Renan Modesto Monteiro⁶

¹ Graduando do Curso de Farmácia, Universidade Iguazu (UNIG), Campus V – Itaperuna/RJ.

² Graduanda do Curso de Farmácia, Universidade Iguazu (UNIG), Campus V – Itaperuna/RJ.

³ Docente do Curso de Farmácia da Universidade Iguazu campus V em Itaperuna/RJ.

⁴ Docente do Curso de Farmácia da Universidade Iguazu campus V em Itaperuna/RJ.

⁵ Docente do Curso de Farmácia da Universidade Iguazu campus V em Itaperuna/RJ.

⁶ Docente do Curso de Farmácia da Universidade Iguazu campus V em Itaperuna/RJ. E-mail: renanmodesto@gmail.com

Palavras-chave: metilfenidato; automedicação; universitários; desempenho acadêmico; uso irracional.

INTRODUÇÃO

O cloridrato de metilfenidato é um fármaco psicotrópico estimulante do sistema nervoso central, amplamente utilizado no tratamento do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e narcolepsia. Seu mecanismo de ação envolve a modulação de neurotransmissores como dopamina e noradrenalina, promovendo melhora na atenção e concentração. Apesar de sua indicação terapêutica restrita, observa-se crescente uso não prescrito entre estudantes universitários, especialmente com a finalidade de aprimoramento cognitivo. Esse uso indevido está associado a riscos à saúde, incluindo efeitos adversos e potencial dependência. Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo investigar a prevalência, os padrões de uso e os riscos associados ao consumo de metilfenidato entre estudantes do curso de Farmácia da Universidade Iguazu – Campus V.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo, de caráter descritivo, realizado com estudantes do curso de Farmácia da Universidade Iguazu – Campus V, no município de Itaperuna (RJ). A coleta de dados ocorreu entre julho e agosto de 2023 por meio de um questionário estruturado com 19 questões, elaborado na plataforma Google Forms e divulgado via grupos institucionais de WhatsApp. A

amostra foi composta por 98 estudantes, de ambos os sexos, matriculados entre o 1º e o 10º período. O instrumento abordou dados sociodemográficos, conhecimento sobre o fármaco e padrões de uso do metilfenidato. Os dados foram analisados de forma descritiva, com apresentação em frequências absolutas e relativas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

O uso de metilfenidato sem prescrição médica tem se tornado uma prática crescente entre universitários, especialmente em cursos da área da saúde. Esse fenômeno está relacionado à busca por melhor desempenho acadêmico, sobretudo em períodos de avaliação, além do fácil acesso ao medicamento e da autoconfiança derivada do conhecimento técnico. Estudos indicam que a automedicação é uma prática comum no Brasil, sendo intensificada em populações com maior acesso a medicamentos.

Os resultados evidenciaram que 33,7% dos estudantes já utilizaram metilfenidato, sendo a automedicação a principal forma de uso (63,6%). Observou-se também que a maioria dos usuários faz uso do medicamento durante períodos de provas, associando-o à melhora da atenção e concentração. Apesar disso, a literatura aponta que não há evidências consistentes de benefícios cognitivos em indivíduos saudáveis, além de destacar os riscos associados ao uso indiscriminado. Outro aspecto relevante é que, embora a maioria dos estudantes reconheça a necessidade de prescrição médica, uma parcela significativa relata saber como adquirir o medicamento ilegalmente. Esse dado reforça a necessidade de estratégias educativas voltadas ao uso racional de medicamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstram que o uso não prescrito de metilfenidato é uma prática significativa entre estudantes de Farmácia, estando principalmente associado à busca por melhor desempenho acadêmico. Observa-se predominância da automedicação, mesmo diante do conhecimento sobre as indicações e restrições legais do fármaco. Conclui-se que o uso irracional do metilfenidato representa um problema relevante de saúde pública no ambiente universitário. Torna-se fundamental a implementação de ações educativas que promovam o uso racional de medicamentos, bem como a conscientização sobre os riscos associados ao seu consumo indiscriminado.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, R. S. et al. O uso indiscriminado do cloridrato de metilfenidato como estimulante por estudantes da área da saúde. *Infarma*, 2016.

ANDRADE, L. S. et al. Ritalina, uma droga que ameaça a inteligência. *Revista de Medicina e Saúde de Brasília*, 2018.

CARLINI, E. A. et al. Metilfenidato: influência da notificação de receita A. *Archives of Clinical Psychiatry*, 2003.

FINGER, G. et al. Use of methylphenidate among medical students. *Rev Assoc Med Bras*, 2013.

RODRIGUES, L. A. et al. Uso não prescrito de metilfenidato por estudantes universitários. *Cadernos Saúde Coletiva*, 2022.

SOARES, A. B. et al. Uso não terapêutico do cloridrato de metilfenidato. 2022.

(Todas as demais referências seguem conforme o relatório original)
